



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MICHELE DE MELO

**MITOS DA IDENTIDADE SULISTA:  
O IMAGINÁRIO SEPARATISTA DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS**

---

Londrina  
2020

MICHELE DE MELO

**MITOS DA IDENTIDADE SULISTA:  
O IMAGINÁRIO SEPARATISTA DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Comunicação – do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) – da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em comunicação.

Orientador: Prof. Dr. André Azevedo da Fonseca.

Londrina  
2020

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Melo, Michele.

MITOS DA IDENTIDADE SULISTA: O IMAGINÁRIO SEPARATISTA  
DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS/ Michele de Melo. - Londrina, 2020.

Orientador: André Azevedo da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, 2018

Inclui bibliografia.

1.

MICHELE DE MELO

**MITOS DA IDENTIDADE SULISTA:  
O IMAGINÁRIO SEPARATISTA DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Azevedo da Fonseca  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dr. Rozinaldo Antonio Miani  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Dra. Rose Mara Vidal de Souza  
Universidade Federal do Espírito Santo,  
UFES

---

Prof. Dr. Rodolfo Rorato Londero  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 11 de agosto de 2020

*Aos meus pais, Nilton e Maria*

## AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica, por vezes, nos faz sentir pequenos diante de tantos desafios. Não tem sido fácil lutar contra os ataques à ciência, nos apoiamos entre colegas, mestres e familiares, outros, recorrem à espiritualidade. Contudo, ao concluir esta etapa e tenho muito a agradecer, começando por minhas três Marias: Maria Iolanda, Maria de Nazaré e Maria de Schoenstatt. À primeira Maria, minha mãe, por me estimular a estudar, por divulgar minha pesquisa e dar seu colo quando mais precisei. À Maria de Nazaré, a quem recorri durante o projeto de pesquisa, pois, um pouco de fé e alguns goles de café recarrega todas as forças. À Maria de Schoenstatt, que entrou em minha vida assim que a bolsa acabou, o emprego naquela instituição permitiu conciliar a etapa final da escrita e a defesa.

Ao meu pai, Nilton, que sempre teve a resposta na ponta da língua para o problema de minha pesquisa, mais do que gratidão. A sua preocupação com a saúde emocional e física era o “eu te amo, estou com saudades” que eu precisava ouvir para seguir. Maicon, meu irmão é parte dessa jornada, pois, foi meus olhos na casa de meus pais, além de contribuir com questionamentos valiosos para minha pesquisa e meu crescimento pessoal. Aos meus companheiros, Jhonatan e o gato Nipo, assino uma dívida vitalícia de compreensão, suporte e amor, não imagino dias melhores sem vocês.

Dos amigos de mestrado, veteranos e aqueles que desde o pré-projeto estiveram ao meu lado, sou grata à Patrícia, Fernanda, Lariane, Cleverson e José, pois o que me deram foi muito mais do que um minutinho para falar dos causos separatistas. Não fiz terapia, mas a amizade de Jade foi o que, por muitas vezes, me renovou. Dos nossos áudios ainda escreveremos bons artigos. O mestrado me deu também uma irmã, Rosana, minha companheira de bar e confidente. Todos foram injetores diários de força e de confiança.

Aos meus professores, fonte de inspiração na busca pelo conhecimento, obrigada pelo saber compartilhado. Em especial, à Rose Vidal, Rodolfo Rorato Londero e Rozinaldo Antonio Miani, pelos apontamentos e contribuições nesta pesquisa. Agradeço ainda, à Marinalva Almeida, que pacientemente me auxiliou com as correções de ABNT.

À Capes, por possibilitar, por meio da minha bolsa de pesquisa, a realização e concretização deste estudo, tão especial e valioso para mim.

Ao meu orientador, André Azevedo da Fonseca, por toda compreensão, encorajamento, por me fazer acreditar em mim e nessa pesquisa, por me auxiliar tanto. Me sinto grata e honrada.

MELO, Michele. **Mitos da identidade sulista: o imaginário separatista do movimento o Sul é Meu País** 110 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

O Sul é o Meu País é um movimento que empreende uma série de ações de comunicação e mobilização em busca da separação política dos três estados da região Sul do Brasil. A presente pesquisa tem o objetivo de identificar as mitologias políticas manipuladas nas práticas de comunicação do movimento para forjar uma identidade cultural sulista e reafirmar seus discursos. Para isso, empregamos os métodos da pesquisa bibliográfica, da análise documental e da mitocrítica em um conjunto de fontes constituídas por entrevistas na imprensa, pelos livros de propaganda ideológica e pela série de vídeos “Mateando com o Sul”, veiculada nas redes sociais. Como resultado, observamos que os mitos da origem, da conspiração e da união sagrada se constituem nas metáforas obsessivas que o movimento reitera para legitimar sua causa e mobilizar seus seguidores.

**Palavras-chave:** comunicação visual, mitologia política; identidade; o sul é meu país; separatismo.

Michele Melo. **Myths of Southern Identity: The Separatist Imaginary of the 'The South is My Country' Movement**. 110p. Dissertation (Master's in Communication). State University of Londrina, Londrina, 2020.

### **ABSTRACT**

'The South is My Country' is a movement that undertakes a series of communication and mobilization actions seeking the political separation of the three states in the Southern region of Brazil. This research aims to identify the political mythologies manipulated in the communication practices of the movement to forge a Southern cultural identity and reaffirm its discourses. To do so, bibliographic research methods, document analysis, and myth criticism were used on a set of sources consisting of press interviews, ideological propaganda books, and the video series "Mateando com o Sul," broadcast on social networks. As a result, we observed that the myths of origin, conspiracy, and sacred union are the obsessive metaphors that the movement reiterates to legitimize its cause and mobilize its followers.

**Keywords:** visual communication, political mythology; identity; the south is my country; separatism.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tabela de diferenças culturais entre o Sul e o resto do Brasil.....	52
Figura 2 - Tabela de <i>lives</i> do OSMP.....	76

## LISTA DE SIGLAS E'CDT GXKÇ ð GU

"

OSMP	O Sul é Meu País
MIP	Movimento pela Independência do Pampa
GESUL	Grupo de Estudos Sul Livre
PLIP	Projeto de Lei de Iniciativa Popular

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 O JOGO DE IDENTIDADES: SER BRASILEIRO OU SER SULISTA .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Mitologias.....</b>	<b>22</b>
1.1.1 Mito Político.....	24
1.1.2 Mito da União.....	30
<b>1.2 Mitocrítica.....</b>	<b>33</b>
<b>1.3 Do separatismo histórico ao movimento O Sul é o Meu País.....</b>	<b>35</b>
<b>2 ENTRE LINHAS: O SUL NÃO É O MEU PAÍS.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 Discriminação e preconceito no passado de um discurso separatista.....</b>	<b>46</b>
<b>2.2 O Brasil meridional: o centro dos ideais separatistas.....</b>	<b>50</b>
<b>2.3 O Separatismo como vocação.....</b>	<b>52</b>
<b>2.4 O Sul é o Meu País: “aqui no Sul não gostamos de carnaval” .....</b>	<b>58</b>
<b>3 AS INVENÇÕES DE UMA TRADIÇÃO SEPARATISTA SULISTA.....</b>	<b>71</b>
<b>3.1 A crise enunciada.....</b>	<b>77</b>
<b>3.2 Conspirando.....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 3.3 Ich bin... lo sono... eu sou?.....</b>	<b>94</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

Imaginar o Brasil como uma grande tela pode nos auxiliar a pintar o atual cenário. Com um território de 8.547,403 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 210,1 milhões de habitantes (IBGE, 2019), temos uma enorme e exclusiva obra em andamento. Como uma pintura a óleo, observa-se as texturas e cores das pinceladas, que ora formam traços isolados, ora se mesclam formando novas cores. Somos esses milhões de pigmentos depositados na tela. E por estarmos imersos nela, vemos apenas um amontoado de cores sobrepostas a outras milhares, que estão em camadas anteriores. Essa imagem um tanto abstrata nos permite identificar parte desse colorido ao redor de nós mesmos, pois sem o afastamento necessário, não há visão do todo, o que permite a cada região construir novos imaginários a respeito de si e do outro. Já os que de fora observam, não se atentam aos detalhes, contemplam a obra como completa, reconhecendo a cara do Brasil: um rosto multiétnico.

Tentar separar as camadas desta pintura ou classificar as cores em uma paleta de tons é, antes de mais nada, perder: perde-se texturas, perde-se cor, assim como perde-se também todos os detalhes da obra ao manter o velho verniz amarelado pelo tempo. Esta camada superficial dada pelo verniz pode ser vista como uma demão de nacionalismo, que acaba por homogeneizar de norte a sul a imagem de um Brasil multicultural. Aparecem nas fissuras, no craquelado dessa camada superficial, indícios de que cada região tem em suas cores uma vibração e um contraste próprio. As rachaduras, as divisas criadas pelo ressecamento do velho verniz, ao mesmo tempo em que denunciam pelo contraste, também causam diferenças, criam novos imaginários, delimitam áreas mais saturadas contrapondo as mais opacas. Quanto menos verniz, mais aumenta o sentimento de não fazer parte da tela. O craquelado traz visibilidade, e algumas partes reclamam maior reconhecimento para si, enquanto que o outro, lhe parece valer menos.

Uma pequena analogia do mundo das artes problematiza uma situação que poderia ocorrer somente em um universo fictício, procurado como comédia, porém encontrado na seção de cinema catástrofe. Mais do que realidade, os movimentos separatistas cresceram nesses últimos trinta anos. Organizados como grupos, conseguiram articular seus ideais, apresentando-os como solução para uma significativa parcela de diferentes povos.

Como fotógrafa, entusiasta do cinema e apreciadora das artes, ansiava por uma pesquisa onde a poética das imagens fosse objeto de minhas inquietações acadêmicas. No entanto, o interesse pelo excesso de autorretratos (*selfies*) observados em minhas redes

sociais foi deixado de lado porque outro fenômeno passou a chamar minha atenção. E foi assim que notei a emergência de um discurso de que o Sul do Brasil é ‘diferente’ e que deveria se tornar independente. Pessoas próximas a mim têm compartilhado no *Facebook* e *Instagram* imagens de lugares pitorescos, festas, habitantes com trajes folclóricos, danças, músicas, bebidas e comidas típicas de cidades que não parecem pertencer ao Brasil. E quanto à neve? Até isso é usado como artifício para demonstrar o quanto o Sul se difere das demais regiões brasileiras. Além dessas imagens também há textos enaltecendo as riquezas naturais, os ‘bons modos’ que as tradições supostamente resgatam e uma versão da história sulista que, segundo os separatistas, seria sua ‘verdadeira’ narrativa que tem se perdido ao ser apagada dos livros didáticos pelos órgãos governamentais, segundo este imaginário. Esses sujeitos não mais se reconhecem na identidade nacional, rejeitando-a para forjar outra baseada em memórias, símbolos e valores distintos.

A rejeição dessa identidade tomou grandes proporções: nem mesmo a Copa do Mundo parece ter sido capaz de recuperar esse sentimento de pertencimento nacional. O futebol, um dos maiores símbolos brasileiros, aquele que detém o poder de criar heróis nacionais, vem perdendo sua força unificadora, pelo menos nessas comunidades que aparecem nas minhas redes sociais. Ao contrário do rei Midas, que transforma em ouro aquilo que toca, tudo o que representa o Brasil, para os separatistas, está manchado pela corrupção. Logo, é nada espantoso ouvir dos sulistas que a derrota da seleção não se deu pelo mau desempenho do time, mas por terem ‘vendido o título’. Essa imagem se agravou ainda mais em função do campeonato ocorrer durante a administração da presidente Dilma Rousseff, que constantemente era acusada de desvio das verbas destinadas à realização do evento. Se essa paixão nacional partia corações e dividia as pessoas em vez de uni-las, quem dirá a política e a economia? E no calor desses conflitos, os movimentos separatistas, que se consideram apartidários, colocam-se como única alternativa salvadora, incitando a emancipação política e administrativa dos Estados. Dentre estes movimentos, nos ocuparemos daquele que imagina a região Sul uma nova comunidade, um novo país.

O movimento O Sul é o Meu País (OSMP) tem, desde fevereiro de 2015, reunido em suas redes sociais um conjunto de notícias relacionando altos impostos e baixo percentual de investimento nos municípios, dando margem ao discurso de que os ‘sulistas pagam as contas de outros estados’, assim como também ‘sustentam Brasília’. Entre essas publicações, há convocações de simpatizantes para eventos onde a pauta discute a insatisfação política, econômica e administrativa brasileira, além de reforçar o alegado desprezo de outras regiões para com a história e a cultura do Sul (que segundo os sulistas, se difere da imagem do Brasil

do carnaval, do futebol e da caipirinha). Ainda há uma crescente veiculação de imagens de personagens históricos representados como heróis sulistas, corroborando em mais um indício da ascensão deste discurso que busca intensificar a suposta peculiaridade de um povo mais ‘aguerrido’.

Eis a imagem do Sul do Brasil, representada por um movimento que, a princípio, de forma contraditória, não se declara propriamente separatista. O OSMP, segundo um de seus fundadores: “É uma entidade de defesa do direito de autodeterminação. Ou seja, o movimento nunca vai dizer para as pessoas, numa ideia própria, que elas devem se separar. As pessoas é que devem dizer se elas querem ou não” (DEUCHER, 2017a). O que é curioso, pois claramente se posicionam como ativistas influenciadores – ouso dizer manipuladores – desse imaginário separatista.

Enquanto observo minha *timeline* refletir as crises que o país tem enfrentado, incomoda a ideia de não compreender por que uma comunidade escolhe o ideal separatista como a solução. Seria um consenso desses indivíduos imaginar os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná como a promessa de um novo país, mais desenvolvido e distante das mazelas brasileiras? Quais elementos os tornariam comuns entre si e distintos do restante dos outros ‘brasis’? Estas questões compõem o imaginário separatista que parte do movimento O Sul é o Meu País.

Como elemento deste sistema, não me cabe assumir um papel nacionalista ou regionalista; tampouco é de meu interesse debater o que é certo ou errado. Sou pesquisadora e, ao mesmo tempo, sujeito desta pesquisa — brasileira, catarinense, branca, mulher. Por isso, me torno parte deste jogo de identidades. Logo, conhecer e criticar este meio vai além de uma busca pessoal: trata-se do estudo de uma mobilização social e cultural em movimento sob expansão.

Destarte, objetiva-se compreender como esse imaginário separatista sulista contemporâneo é constituído. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental que permitiu analisar as narrativas históricas, identificando os mitos manipulados pelos separatistas ao destacar personagens como heróis, bem como ao enfatizar o Estado como uma ameaça conspiradora, tornando a unidade regional uma emergência para os sulistas e, dessa forma, contribuindo para o processo de construção da identidade sulista nas redes sociais.

A história que motivou o desenvolvimento desta pesquisa teve início em minha infância, com a minha criação, que passou por forte influência da cultura gaúcha — as músicas, danças e o chimarrão, além do fato de estudar em uma escola que homenageia uma ‘heroína’ farroupilha —, da ascendência alemã e da familiarização com as ‘italianidades’ dos

vizinhos. Conhecia por ‘morena’ a pessoa de pele branca e cabelos escuros. Negros e orientais eram quase exceção, apareciam como novos moradores e facilmente eram distinguidos. Sabia-se deles pela boca do povo, pois ao caminhar pela rua ouvia-se os burburinhos por cima do muro: ‘devem ser nordestinos’, ‘não aguentarão o ritmo de trabalho e voltarão de onde vieram’, ‘olha que mundaréu de filhos, aqui terão que trabalhar pra sustentar’... eis o começo de uma infinidade de comentários depreciativos que eu ouvia no meu cotidiano. Sendo muito jovem eu não entendia essa imagem coletiva que faziam desses “Outros” que mal se conhecia. Minhas críticas se rascunhavam desde então.

Acredita-se que a ideia de separação não esteja ligada apenas às queixas tributárias, e ao alegado descaso do Governo para com o Sul, pois ao vestir essa máscara de injustiçados, os separatistas iniciam o processo de construção identitária e cultural baseada em valores capitalistas e eurocêntricos, devido a ligação com a parcela europeia de seus antepassados. Como efeito da globalização, estes valores culturais se mesclam a outros que estão presentes na cultura brasileira — e mundial —, o que lhes transmite a sensação de ‘perder’ parte de sua história. O Sul, como um novo país, evitaria as influências culturais dos demais estados brasileiros, prevalecendo a sua suposta homogenia cultural, pois os separatistas não se sentem na ‘obrigação de absorver’, por exemplo, o funk, o pagode e o carnaval — características culturais atribuídas, por eles, a outras regiões. Mesmo que não esteja explícito em documentos oficiais, percebe-se como consequência de todo o processo dessa construção identitária — detectado nas entrelinhas do discurso separatista ao analisar vídeos e falas — um veículo de disseminação de discursos odiosos. Tais discursos são negados pelos separatistas, o que não descarta sua naturalização na forma de racismo, machismo, homofobia, chauvinismo e conservadorismo por parte de integrantes do movimento, assim como dos seguidores. Pela aparente falta de interesse em absorver essas identidades, os negros, assim como os orientais, se tornam uma população à margem dessa elite sulista que deseja cada vez mais deter o poder administrativo, político, econômico e cultural da região Sul.

É necessário frisar que há uma polarização entre o imaginário brasileiro e o separatista sulista, visto como etapa crucial para o desenvolvimento dessas identidades que se consolidam no imaginário daqueles movimentos. Os sulistas se definem como os detentores dos valores regionais e reclamam para si um território que consideram estar sob ameaça econômica e cultural. Porém, a instabilidade nacional tem provocado desconforto em toda população brasileira, o que descaracteriza o alegado ataque aos sulistas e à sua cultura. A tentativa de se autoclassificarem como um grupo de minoria social, oprimido pelo Estado,

é controverso, pois ao assumir as características de sua herança europeia, são eles parte de uma elite social, política, econômica e cultural, predominantemente eurocêntrica e opressora.

Por este motivo há uma urgência em averiguar as motivações dessa parcela da população que se vê como diferente. Para isso, temos como objetivo desta pesquisa compreender as mitologias políticas manipuladas pelo Movimento O Sul é o Meu País nas suas práticas de comunicação na imprensa, nas redes sociais e em seu principal livro de propaganda ideológica. O corpus se constitui em uma amostra de dezesseis vídeos da série ‘Mateando com o Sul’, veiculados entre junho de 2018 a junho de 2019. As *lives* não possuem periodicidade definida. A duração, em média, é de uma hora cada. São observados elementos visuais e textuais coletados por meio de transcrição do vídeo, separados em temas (pautas recorrentes) e comentários. Também faz parte da análise o livro *O Sul é o Meu País*, escrito por Celso Deucher (2016), reportagens sobre o movimento e entrevistas concedidas à imprensa. Junto destas fontes, foram utilizados como material de apoio, notas oficiais e documentos históricos do movimento.

Devido a multiplicidade de fontes — documentos oficiais do movimento dispostos nas redes sociais e no livro, tais como textos legais, documentos internos e relatos em vídeos — esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, pois a “análise documental compreende a identificação, a averiguação e a apreciação de documentos para determinado fim” (DUARTE, BARROS, 2005, p.65). Ao adotar a análise documental como técnica, compreendemos que a base documental é composta tanto de referências impressas quanto informações contidas em registros de áudio, vídeo ou filme. Estas variações do registro documental, segundo Duarte e Barros (2005, p.275) permitem que seja aplicada a metodologia para, “[...] com base na identificação do objeto, demarcar a abrangência da coleta, orientar o levantamento e ordenar as informações”.

Dessa forma, compreendemos que este estudo corresponde ao que Minayo (1994, p. 23) define como pesquisa qualitativa, pois estamos em conformidade para com as especificidades evidenciadas por Lima e Miotto (2007, p. 38). O trabalho possui uma dimensão histórica justamente por estar “[...] localizado temporalmente, podendo ser transformado [...]”; ou seja, possui consciência histórica ao considerar que não cabe apenas ao pesquisador atribuir sentido, mas a toda sociedade a quem se destina a pesquisa, conferindo “[...] significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas [...]”. Da mesma forma, o trabalho assume a sua identidade com os objetos e sujeitos estudados, pois o fato de se propor a investigar as relações humanas, “[...] de uma maneira ou de outra, o pesquisador identifica-se com ele [...]”. Assim, a pesquisa é intrínseca e extrinsecamente



ideológica, ao passo que apresenta os interesses e visões de mundo construídos historicamente além de se comprometer com os limites estipulados pelos ‘esquemas de dominação vigentes’. Por fim, o estudo caracteriza-se por ser essencialmente qualitativo, por conceber a riqueza das realidades sociais mediante suas teorizações, sem excluir o uso de dados quantitativos.

Esta dissertação é dividida em três capítulos. Em primeiro lugar realizamos a discussão teórica onde se apresentarão os conceitos de identidade cultural, de Stuart Hall (2006); invenção das tradições, de Eric Hobsbawn (1984); comunidades imaginadas, de Benedict Anderson (2008); imaginação social (1985), de Bronislaw Baczko; e mitologias políticas, de Raoul Girardet (1987), além da discussão metodológica a partir da perspectiva da mitocrítica.

No segundo capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do separatismo e do movimento O Sul é o Meu País, a partir de um estudo das principais questões que circulam ao redor do tema central: tal como discriminação e preconceito no discurso separatista; aspectos das relações entre o movimento sulista e o nordestino (STURM, 1997); o separatismo no Brasil e o destaque para a região meridional como centro de ideologias separatistas (ANDRADE, 1999); o movimento separatista na década de 1990 em Santa Catarina (FALCÃO, 2000); e a identidade subnacional do movimento separatista sulista como estratégia política (OLST, 2017).

No terceiro capítulo, ao analisar a página do Facebook do movimento o Sul é o Meu País, bem como as notícias sobre o movimento na imprensa, identificamos as principais mitologias manipuladas pelo movimento para atribuir sentido à sua própria atuação. O OSMP, em meio ao período de crise, tem explorado os problemas econômicos, administrativos e políticos brasileiros para promover a ideia de que o Brasil seria melhor desenvolvido se estivesse fragmentado. O mito da conspiração é introduzido por um conjunto de metáforas obsessivas quanto à exploração do Sul, sua representatividade política, sua memória, sua história, bem como suas noções de educação e cultura. O Estado, aos olhos separatistas, torna-se então o inimigo terrível que estaria confabulando contra os sulistas, impedindo sua autonomia com o auxílio das demais regiões que culturalmente seriam diferentes dos sulistas. Como parte deste plano, as demais regiões seriam os agentes corruptores da cultura e educação sulista, ao lado das mídias que estariam impondo uma identidade nacional a qual os separatistas não se identificam.

As mulheres brasileiras também seriam responsáveis por contaminar o Sul com a imagem de um país marcado pelo turismo sexual e pelo carnaval, práticas avessas à

identidade sulista. Então, através da manipulação do mito da união, os emancipacionistas buscam se mobilizar contra o inimigo, defendendo sua terra, suas riquezas, sua história e sua cultura ameaçada pelos “sanguessugas”, pelos “corruptores” que inserem novos vícios e modificam a educação e os valores sulistas. Nesse discurso, o Sul não se sente brasileiro por não admitir as culturas de outras regiões. No esforço de manter as raízes e as tradições, o movimento tem reinventado tradições que não são tão antigas – algumas delas, inclusive, recém inventadas. Ao forjar uma identidade sulista, os ideólogos defendem que a região deseja se separar no intuito de impedir que essas culturas se tornem híbridas e, com isso, mantenham a hegemonia cultural, pois julgam-se como predominantemente herdeiros das culturas europeias. Todo esse arcabouço é construído para legitimar sua causa e mobilizar seus seguidores.

## 1 O JOGO DE IDENTIDADES: SER BRASILEIRO OU SER SULISTA

Nascer no espaço geográfico que compreende o território brasileiro não é garantia de que um sujeito se entenda como pertencente a essa identidade cultural. Embora Hall (2006, p.47) nos lembre que “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”, elas não são determinantes, não são capazes de imprimir nos genes de cada indivíduo as características do que vem a ser um brasileiro, um alemão, um italiano ou um japonês, por exemplo. Essa definição de sujeito é metafórica, faz parte do imaginário coletivo “pensar nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2006, p. 47).

Para Canclini (1997) o espaço geográfico sofre uma “desterritorialização”, pois é um espaço de desordem, está fragmentado por haver a necessidade de novos saberes. Este espaço físico comporta seus habitantes, porém não os limita culturalmente. Com efeito da globalização realizam-se trocas culturais, e o território, então, passa a ser uma das características do sujeito, que em contato com outros locais e outras culturas modificam o que viria a ser o europeu puro, assim como o que viria a ser um americano ou todo e qualquer grande centro que transmita a cultura de forma homogênea. Provoca-se, assim, uma pluralidade de culturas e, dessa forma, “as culturas perdem a relação exclusiva com o seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 1997, p.348).

As identidades nacionais, por sua vez, assim como as identidades pessoais, estão em colapso. Stuart Hall (2006), ao discorrer sobre o “sujeito pós-moderno”, defende que há uma crise nas estruturas tradicionais das velhas identidades, tanto dos indivíduos que no passado se reconheciam como sujeitos prontos e imutáveis, como da coletividade (sociedades, culturas, grupos sociais e nações). O declínio dessas identidades permite que surjam outras novas, “fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7).

Portador de uma identidade cambiante, ou seja, o “sujeito pós-moderno”, está passível de modificações conforme insere-se em determinados meios e relações sociais. Dessa forma, o que acontece é uma mudança estrutural que rompe com a ideia de uma "identidade" — pessoal, social ou cultural —, pela fragmentação e pela superação dos conceitos de nacionalidade, raça, classe, gênero e sexualidade. Permitindo, então, que o sujeito apresente não uma identidade única e constante, mas várias e distintas, inclusive “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou

interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL,2006, p. 11).

A concepção pós-moderna de identidade decorre, sobretudo, dos processos de modernização iniciado na segunda metade do século XX, fundamentados na razão e no progresso contínuo, conforme observa Giddens (2002): dos processos industrializadores, anteriormente sustentados pelo trabalho braçal humano. A identidade pós-moderna tende ainda a superar os conceitos e modelos tradicionais de raça, classe social, gênero, religiosidade e nação, tudo isso no contexto da política da diferença, da cultura como produto da globalização homogeneizadora e da resistência das identidades nacionais frente aos efeitos globalizantes que, por meio da interconexão entre povos, forma "identidades híbridas".

Visto que o sujeito na pós-modernidade tem sido modificado no mesmo processo de mudança das estruturas sociais, tornando-se um sujeito ‘fragmentado’ em relação a suas identidades culturais, as identidades nacionais também são afetadas e deslocadas, “[...] formadas e transformadas no interior da **representação**” (HALL, 2006, p.48, grifo do autor). A exemplo, o autor aborda o que é “ser inglês” pelo “[...] modo como a **inglesidade** (*Englishness*) veio a ser representada — como um conjunto de significados — pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos — **um sistema de representação cultural** [...]”. Ou seja, seriam os indivíduos atores participantes da ‘ideia’ da nação a qual residem e, portanto, pertencem.

Oliven (1992, p.13) pontua que somente na virada do século XX, quando havia tecnologia suficiente para a humanidade iniciar a jornada espacial, é que se voltou a descobrir a tradição e a questão nacional. Paradoxalmente, o período foi marcado tanto pelo “[...] ideal do internacionalismo socialista como pelo rompimento da noção de país através da ação das empresas multinacionais”. O autor lembra que, na década de 1920, Marcel Mauss estabelecia um paralelo entre nação moderna e clã primitivo, “tendo como base os símbolos por intermédio dos quais ambos os tipos de sociedade se representam”. Mauss defendia que a nação se pretende homogênea, composta por cidadãos iguais, como nas sociedades primitivas. Assim, sua bandeira, na sociedade moderna, segundo Durkheim (1968), seria o signo que distingue um clã do outro, tal como o totem dos clãs primitivos. São elas também detentoras de ritos, tal como o culto à pátria.

Para Hall (2006, p.49) “[...] as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna”. Valores que correspondiam à lealdade e à identificação em sociedades tradicionais eram transferidas gradualmente à cultura nacional em forma de instituições. Esse cenário possibilitou criar padrões de alfabetização universais — mantendo instituições e sistemas

educacionais nacionais —, gerou uma única língua dominante que facilitou a comunicação em toda a nação e foi responsável pela criação de uma cultura mais ou menos homogênea. Mesmo que tenha sido ‘facilitado’ a comunicação por meio de uma língua oficial, as nações que comportam imigrantes ou descendentes de outras etnias precisaram impor tanto sua língua como o sistema de educação e costumes a esse povo. A língua é então um sistema social e não se delimita a expressões individuais, mas “[...] significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2006, p.40). Observa-se na analogia: “[...] sabemos o que é a **noite** porque ela não é o **dia**” que há uma relação entre língua e identidade, onde “Eu sei quem **eu** sou em relação com o **outro**” e, dessa forma, ao mesmo tempo em que são definidos os papéis dos sujeitos e suas pertencas, é evidenciada a questão das diferenças. “Daí, também, a ideia de dar batalha aos **preconceitos** e ao **despotismo**” (BACZKO,1985, p.301, grifo do autor), pois não se restringe ao simples fato de compreender as origens e construir identidades, mas de atribuir ao outro o sentido de ‘diferente’.

Uma cultura nacional, além de ser composta por instituições, compreende também símbolos e representações: ou seja, ela é um discurso, que por sua vez constrói sentidos, influenciando e organizando ações dos sujeitos, bem como a concepção de suas identidades. Para Baczko (1985, p.301), as simbologias compõem um imaginário social passivo de ser fabricado e manipulado infinitamente. Logo, torna-se um instrumento de educação, “[...] destinado a inculcar no espírito do povo novos valores e novos modelos formadores”. O autor afirma que não há relação social nem instituição política em que se consiga prolongar a própria existência sem que se construa uma imagem de si ou de outrem. Como exemplo, Rousseau (1762), que trouxe um sistema de educação pública fundamentado pelos ritos e festas cívicas para demonstrar que, dessa forma, instala-se “no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso” (BACZKO,1985, p.301).

Para Hall (2006, p. 40, grifo do autor) “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a **nação**, sentidos com os quais podemos nos **identificar**, constroem identidades”. Esses sentidos estariam imersos nas histórias contadas pelas e sobre as nações, construindo imagens a partir das memórias que conectam o presente e o passado. Há ainda nessas histórias algo pelo o que lutar e morrer — neste caso, uma ideia fortemente criada no imaginário dessas culturas nacionais. Nesse sentido, Anderson (1993, p.32) corrobora a definição de nação como “[...] uma comunidade política e imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Ela seria imaginada por

compreender que os membros de uma nação, por mais que convivam em um mesmo território sob as mesmas leis, que falem a mesma língua e partilhem dos simbolismos e seus significados, não se tornarão íntimos a ponto de conhecer uns aos outros. Hall (2006) compartilha dessa ideia afirmando ainda que são diferentes entre si pelo modo como são imaginadas. Bhabha (1990, p.1) lembra que as nações, assim como as narrativas, “[...] perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente”.

Castells (1996), ao narrar a dissolução da União Soviética, afirma que a revolta dos Estados membros contra o Estado soviético foi um dos maiores fatores para que ocorresse seu colapso. Comprovando, segundo ele, que as nações ‘têm vida própria’ independente da condição de Estado, por mais que tenham ideários culturais e projetos políticos, algumas teorias sociais como a de Anderson (1983) — comunidades imaginadas — além de óbvias, seriam empiricamente inadequadas. Em defesa de seu argumento, Castells (1996, p. 56) questiona o motivo pelo qual “[...] um dos mais poderosos Estados da história da humanidade não conseguiu, mesmo depois de 74 anos, criar uma identidade nacional [...]”, bem como afirmar que *sovetskii narod* (povo soviético) não foi um mito, mesmo que as múltiplas nacionalidades estivessem inicialmente aceitando essa ideia como verdade. Passando a segunda guerra e o orgulho ostentado durante o tempo de bonança na década de 1960, “[...] a ideologia e igualdade e solidariedade humanas deitara raízes na cidadania soviética de modo que, por toda parte, uma nova identidade soviética começou a surgir”. Segundo autor, essa identidade do povo soviético era frágil e não conseguiu sobreviver, dado aos “[...] choques da estagnação econômica e ao entendimento da verdadeira realidade” (CASTELLS, 1996, p.56). O mito do *sovetskii narod* não teria sido, propriamente, um projeto fracassado como construção de identidade nacional, mas seria necessário mais tempo para que a ideia se estabelecesse definitivamente tanto no imaginário como na vida do povo da União Soviética.

Para Castells (1996, p.56), a União Soviética, um dos mais poderosos Estados, mesmo ao utilizar o “[...] mais abrangente aparato ideológico da história [...]” por mais de meio século “[...] fracassou na tentativa de uma nova combinação de matéria-prima histórica e mitos projetados visando à construção de uma nova identidade. Comunidades podem ser imaginadas, mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo”. A integração das diversas identidades nacionais soviética e o reconhecimento delas teria ocorrido em função de não haver uma preocupação quanto a real identidade histórica e cultural/religiosa de cada uma das comunidades incorporadas, bem menos sua especificidade

geográfica. Em concordância com as reflexões de David Hooson (1994, p. 140 apud CASTELLS, 1996, p. 58, grifo do autor,) a questão da identidade nacional que surgiu no período não trataria de um viés étnico ou cultural “[...] o que está em jogo aqui é uma nova busca pelos domínios reais de culturas, economias e ambientes que tenham algum significado (ou total significado, em alguns casos) além das fronteiras imaginárias das **Repúblicas** dos dias de hoje”.

Frente a questões de construção e pertencimento dessas representações identitárias, Hall (2006, p.52, grifo do autor) discorre sobre cinco elementos de uma cultura nacional. O primeiro deles trata da ‘narrativa da nação’, que corresponde às histórias tanto contadas pela população, como aquelas impressas pela literatura e pela mídia. Neste contexto seriam fornecidas, junto das histórias, as “[...] imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou **representam** as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”. Como exemplo, o autor descreve a ‘imagem’ da terra inglesa, sendo ela verde e agradável, lembrando o interior como ambiente tranquilo, quase que bucólico com seus chalés e jardins campestres — assim como descreve Shakespeare ao criticar o imperialismo inglês em Ricardo II, quando Gaut discursa sobre ‘essa ilha coroada’. Esse destino nacional pré-existe aos membros dessa ‘comunidade imaginada’ e continua a existir após a morte de cada indivíduo, serve como conexão, dá importância e sentido às suas vidas.

Em segundo, enfatiza as ‘origens’, a ‘continuidade’, a ‘tradição’ e a ‘intemporalidade’; seria a identidade nacional representada como primordial: “Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, **imutável** ao longo e todas as mudanças, eterno” (HALL, 2006, p.53). Gellner (1993, p.48) a observa como a “[...] verdadeira natureza das coisas [...]” e mesmo que por vezes pareça adormecida, ela estaria na eminência de ser ‘acordada’, ocupando novamente seu lugar no imaginário daqueles que a evocam. É necessário lembrar ainda que esses elementos permanecem imutáveis no imaginário, mesmo com as adversidades históricas.

Uma terceira estratégia discursiva é desenvolvida por meio do conceito de “invenção da tradição” por Hobsbawm e Ranger (1983, p.9), pois discute o conjunto de práticas de natureza real ou simbólica, aos quais são inculcados valores e normas por repetição, implicando em uma continuidade com um passado adequado. Mesmo que pareçam antigas, as tradições podem ter origens mais recentes e até mesmo serem inventadas. Como exemplo, o autor retoma o cerimonial monárquico britânico com toda sua pompa: nada seria “mais antigo e ligado a um passado imemorial”. Oliven (1991, p. 41) ao abordar o gauchismo, destaca

o culto às tradições gaúchas em uma “[...] dialética entre velho e novo, passado e presente, tradição e modernidade”.

O ‘mito fundacional’ é o quarto exemplo de narrativa da cultura nacional, pois seria “[...] uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo **real**, mas de um tempo **mítico**” (HALL, 2006, p. 4, grifo do autor). Hobsbawm e Ranger (1983) também observam que esta é uma forma de auxiliar os povos desprivilegiados a expressarem seus ressentimentos de forma inteligível. Hall (2006, p.55) chama de mito por considerar que muitas das nações africanas que emergiram após a descolonização foram definidas como uma única nação; porém, não foi “um único povo, mas muitas culturas e sociedades tribais diferentes”. A identidade nacional também pode ser simbolicamente baseada na ideia de um *povo — folk — puro, original*, embora dificilmente, lembra Hall (2006, p.55), isso ocorra. “(...) nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo (*folk*) primordial que persiste ou que exercita o poder”.

O discurso da cultura nacional seria uma espécie de peso que equilibra o desejo de avançar para um futuro moderno da mesma forma que a necessidade de retornar a um passado glorioso. Segundo Hall (2006, p.56), ele constrói identidades que ambigualmente transitam entre o passado e o futuro. O retorno ao passado permite restaurar antigas identidades que, por sua vez “oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem as fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente”.

Porém, a ideia de culturas e identidades nacionais são questionadas por Hall (2006, p.60, grifo do autor) quanto a sua força unificadora. O autor parte do princípio de que essa seria uma forma de subordinação e anulação de diferenças culturais que podem se dar por meio de processos de conquistas violentos. No Brasil, temos a colonização portuguesa que, ao avançar o território que viria a se tornar brasileiro, subjugou povos indígenas com suas culturas, costumes, línguas e tradições, impondo uma hegemonia europeia. Assim também ocorreu com os povos africanos. Esses começos violentos dados às origens das nações teriam que “primeiro, ser **esquecidos**, antes que se comece a forjar a lealdade com uma identidade nacional mais unificada, mais homogênea”. Isso significa que, antes de formar-se uma ideia de identidade que representa toda uma nação, pode haver a predominância da cultura de uma região como hegemonia efetiva no imaginário nacional. Hall exemplifica a cultura inglesa como representante da própria cultura britânica, evidenciando a ausência da parceria entre culturas do Reino Unido. No Brasil, observamos a diversidade cultural compreendendo que



não são bloqueadas ou encaixotadas, pois extrapolam suas divisões regionais: o Nordeste não é homogêneo, da mesma forma que o Sudeste, o Norte, o Sudeste e o Sul brasileiro apresentam diferenças entre suas regiões metropolitanas e os respectivos interiores. Por serem diferentes entre si, conseqüentemente a unidade nacional não seria representada pelo conjunto de características dessas regiões: a representação de brasilidade é predominantemente carregada por referências culturais do Sudeste, onde instalou-se o império que formou os primeiros centros culturais e, em seguida, a república.

Em segundo lugar, é composta por diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero. O nacionalismo britânico, segundo Hall, teria despendido um esforço quanto às lutas pela unificação de classes sociais — enquanto que no Brasil são práticas de discriminação —, bem como toda a estrutura patriarcal que destina à mulher um papel secundário em grande parte das nações.

Em terceiro lugar considera-se os centros colonizadores que exerceram — e ainda exercem —, influências sobre as culturas dos colonizados. “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p.62, grifo do autor). Seria sob uma máscara mitológica que a união encontra caminhos, a ideia de ‘um único povo’ obtém forças na etnia — as características culturais formadas pela língua, religião, costume, tradições e lugar são compartilhadas — e em torno da raça — crenças relacionadas erroneamente à categorias genéticas —, que são tomados também como recursos para ideologias racistas, ocupando assim, “uma categoria **discursiva** e não uma categoria biológica”.

## 1.1 Mitologias

O mito como sinônimo de algo “falso ou “mentiroso” foi uma concepção estabelecida nos primórdios da antropologia. Porém, essa concepção já está superada. Para Bezerra e Lima (2009), o mito não é uma mentira, tampouco nega algo, nem omite a realidade, mas tem a capacidade de transformar ou forjar uma narrativa sobre a realidade. Ainda assim, é comum nos depararmos com programas televisivos como os *Mythbusters*, publicações em redes sociais ou *sites* que prometem desvendar ‘o que é mito e o que é verdade’. Também está presente no senso comum a noção de que personagens fictícios do folclore brasileiro, por exemplo, são mitos por caracterizar uma fabulação — ou seja,

aquilo que representa uma ilusão ou crença distante da realidade. Porém, a associação entre mito e mentira deve ser reconsiderada, pois os mitos expressam dinâmicas reais da consciência humana.

Somente a partir de estudos como o da psicanálise voltados a análise dos sonhos realizado por Freud (2012) e Jung (2011), do desenvolvimento da antropologia representada pelo estruturalismo de Lévi-Staruss (2000) e das concepções da história das religiões por Mircea Eliade (2011) é que foi possível investigar e interpretar as mitologias de forma mais abrangente. Lembra Fonseca (2018, p. 156) que foi por meio de análises sistemáticas que a psicanálise identificou vínculos entre as narrativas produzidas pelo inconsciente e as narrativas presentes nas mitologias, nas crenças populares (superstições e lendas), nos contos e fábulas que, ao longo da história, foram transmitidos e compartilhados oralmente entre os povos e, posteriormente, na cultura das mídias.

Antropólogos e historiadores da religião, voltando-se ao mito como uma narrativa que se refere a um passado sagrado, consideram que os mitos são uma forma de dar sentido ao mundo: “[...] mais do que meras ilusões, os mitos carregam **realidades vivas** e funcionam, nas palavras de Malinowski, como um código legal da comunidade” (FONSECA, 2018, p. 157, grifo do autor). As pessoas, de forma individual ou coletiva, estariam inconscientemente a repetir histórias com sua capacidade intuitiva, emocional e imaginativa, vivenciando experiências sagradas por meio de símbolos e rituais, sem mesmo perceber suas ações ou de fato sem conhecer seus significados.

Ferreira-Santos e Almeida (2012, p. 30) ao apoiar-se nos estudos de Cassirer (1994), destacam que a capacidade imaginativa e simbólica é pertencente à atividade humana. O que diferenciaria “[...] os homens dos animais é a mediação simbólica posta em prática como atividade do pensamento”. Logo, a linguagem, o conceito de arte, os mitos, as religiões, a ciência e a história representam esse universo do simbólico inerente à realidade humana, à uma experiência que não é imediata, “[...] mas presa aos vários fios que tecem o universo simbólico no qual está inserido e que o determina, que é configurado pelo homem e o configura” (FERREIRA-SANTOS, ALMEIDA, 2012, p. 30).

A era da razão, observa Fonseca (2018), não extinguiu por completo o pensamento mítico herdado das sociedades antigas. Por esse motivo, tais traços remanescem de forma corrompida e fragmentada, exercendo influências e mobilizando ações políticas nas comunidades. Ao reconhecer que a estrutura do pensamento arcaico não foi extinta e que ela é representada por situações cotidianas, o mito teria então se reinventado.

As crenças antigas estariam presentes na atualidade com uma nova roupagem. Fonseca (2018), ao citar Bachelard (1999) e Eliade (1994), evidencia que a civilização contemporânea não deixou no passado as crenças antigas, mas acrescentou “elementos novos” desse imaginário às velhas narrativas que, por este motivo, encontram-se no cotidiano através de vários exemplos de rituais, mitos e símbolos, tais como dar ovos de chocolate na páscoa, montar árvore de natal, assoprar as velas de um bolo de aniversário, idolatrar jogadores de futebol e líderes políticos, bem como artistas do cinema e da música, além de marcas de produtos das industriais da tecnologia, da moda, etc...

Contudo, os mitos que narram o início de tudo, a criação do mundo, dos tempos primordiais ou das narrativas modernas — os mitos cosmogônicos — são recorrentemente atualizados por meio das celebrações, cultos e rituais, tornando-se assim, tão presentes como responsáveis pela organização da sociedade. Seria por uma cooperação induzida ou involuntária das sociedades por gerações, “[...] cujos imaginários se conectam espiritualmente pela transmissão e atualização dessas histórias, as mitologias se tornam verdadeiras fontes culturais a partir das quais as comunidades buscam respostas para suas inquietações” (FONSECA, 2018, p. 157).

O mito então passa a ser aquilo que é narrado, que é contato aos outros, permeando a cultura oral. É por esse motivo que, para os gregos, “[...] a legitimidade do mito não reside em provas empíricas, mas na credibilidade de quem o narra, pois este é geralmente revelado por alguém confiável e que tem autoridade e, portanto deve ser incontestável por quem ouve” (BEZERRA, LIMA, 2009, p. 14). O mito, na concepção de Mircea Eliade, também é interpretado como uma narrativa de histórias sagradas; das fábulas presentes nas sociedades primitivas; também é o que explica fatos, fenômenos e formas de organização social — como as ‘narrativas e origem’ — que se atualizam constantemente.

### **1.1.1 Mito Político**

Como precursor do conceito de mitos políticos, Georges Sorel destaca o caráter revolucionário em meio ao período de luta política do proletariado francês; logo, sua representação é vista como um instrumento de ação coletiva: pela intuição, as massas se colocariam em movimento. O mito político, para o autor, remete à ação, possui caráter mobilizador, ‘capaz de incitar a luta’. Para Raoul Girardet (1987, p.83), o mito adentra os aspectos de mito político como um “[...] revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo e mentalidade”. Bezerra e Lima (2009, p.12) destacam, na vertente

funcionalista, Murray Edelman, Lasswell, Kaplan e Ernest Cassirer, sendo que este último “[...]-] colabora ao criticar a defesa da racionalidade absoluta na produção e atuação do mito político, ideia defendida por vários autores, principalmente os da corrente instrumentalista”.

Barthes (2009), ao tratar de mitos que estavam presentes na sociedade francesa da década de 1950, propõe uma crítica ideológica enquanto observa os meios de comunicação de massa, realizando assim, uma ‘desmontagem semiótica’ dos discursos ali presentes. Sua estrutura demonstra que o ‘mito é uma fala despolitizada’: isso significa que o mito se constitui quando todo o sentido histórico é esvaziado, permitindo-se que novos sentidos sejam atribuídos. Fonseca (2018, p.158) recorda que, ao suprimir a história, o mito naturaliza aquilo que é uma construção ideológica, tornando-o ‘aceitável’, de modo a despolitizar o objeto: “[...] a imprensa, a arte e o senso comum tendem a simbolizar a realidade como se os movimentos da história fossem eventos naturais e, portanto, inevitáveis”. O mito da igualdade racial no Brasil por exemplo, evoca a beleza da multiplicidade étnica brasileira, mas esconde um conjunto de tensões e violências de natureza discriminatória, excludente e desigual na cultura do país.

Fonseca (2018, p. 157) recorda que os mitos têm por característica a ambivalência e que, por esse motivo, é prudente tratá-los com cautela. Logo, aos mitos políticos é exigido um maior rigor na produção de análises. Da mesma forma que os mitos mascaram problemáticas sociais, são eles também responsáveis por fortalecer tradições, contribuindo para reforçar questões identitárias pertencentes às narrativas da cultura nacional como do mito fundacional, por exemplo. Hall (2006, p. 55) ao se debruçar sobre as questões da nação como uma comunidade imaginada, pontua que as culturas nacionais são compostas de símbolos e representações e que, entre muitos dos aspectos pertinentes a esta questão, estão os mitos de origem que oferecem a povos desprivilegiados a capacidade de expressar de forma coerente seus ressentimentos. Estes “[...] signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento” (BACZKO, 1985, p.311). Logo, o imaginário torna-se compreensível e comunicável: é por meio da produção de discursos que se efetuam as representações coletivas em uma linguagem.

Como indica Harari (2016, p.40), a criação de mitos é uma condição fundamental para o convívio em sociedade. Crenças em comum favoreceram redes amplas de cooperação entre sujeitos distantes, desprovidos de contato íntimo diário, mediante sua capacidade de criar ficções e partilhar mitos. A realidade imaginada, explica Harari (2016, p.40), é uma ficção que provoca consequências na História porque todo mundo acredita: caberia então aos

mitos manter as crenças para que essa realidade imaginada tenha continuidade, exercendo influência no mundo. A exemplo, Anderson (2008, p. 56) observa que mesmo partindo do princípio que um americano jamais tenha condições de “[...] nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas [...]”, ele tem “[...] plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles”. A linguagem humana possibilita a “[...] habilidade em inventar histórias para ancorar a vida social” (FONSECA, 2018, p. 158).

Mas como observa Miguel (1998), o conceito de mito não deve ser simplesmente deslocado para o campo da política, pois os mitos vivenciados pelas comunidades primitivas são diferentes dos discursos políticos contemporâneos, que não necessariamente estabelecem relações diretas com a ‘esfera do sagrado’. Em outras palavras: o culto a líderes políticos têm uma natureza diferente do culto aos deuses criadores da realidade. Por isso, Girardet (1987) relembra que os mitos políticos, devido à sua ambiguidade, tanto podem servir às fabulações ou às deformações ideológicas da realidade, como para a compreensão de mundo ou mobilização política.

O imaginário social, ao mesmo tempo em que está propenso ao consumo de mitos, é também agente na criação dos mitos políticos (BEZERRA, LIMA, 2009, p. 6). As dimensões simbólicas narradas por Michelet (1847, apud BACZKO, 1985, p.303) tanto ao fato revolucionário quanto ao peso do imaginário sobre o político e o social, relacionam-se ao modo como são partilhados os mitos e as esperanças por ela produzidas, pois “[...] tudo se torna possível”. Baczko (1985, p.300) lembra que, com a instalação do poder estatal — poder centralizado —, e conseqüentemente com a autonomia adquirida juntamente do poder político é que foram desritualizadas as técnicas de manejos dos imaginários sociais. Pois as situações de conflitos entre poderes como o que ocorria entre realeza e o papado por exemplo, estimulavam a criação de novas técnicas que visavam construir uma “[...] imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões” (BACZKO, 1985, p.300).

Para Girardet (1987), a criação de mitos políticos se torna particularmente eficiente em momentos da história em que há inquietações sociais. O autor teria chegado a essa conclusão ao perceber que os problemas políticos ocorridos nos dois últimos séculos da história europeia foram acompanhados de uma considerável ebulição mitológica. A exemplo, Bezerra e Lima (2009, p. 6) relatam que, em função das “[...] grandes transformações em curso nesta esfera fizeram vir à tona figuras cercadas de elementos míticos como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek”. Com Fernando Collor de Mello não foi diferente, em meio

a um surto do imaginário da época — com a luta pela democracia — fez insurgir o ‘mito do moderno’. Em 2002, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva teria se revelado um marco, pois toda sua campanha baseada em símbolos como sua trajetória pessoal e política o tornou um candidato ideal e predestinado. Porém, como vimos na introdução deste estudo, as representações atribuídas ao Partido dos Trabalhadores sofreram uma inversão no Governo Dilma, expressa nos protestos de ruas. Em decorrência dos fatos, novos mitos surgiram a partir deste cenário conflituoso.

A defender que os mitos estão intimamente ligados à momentos de crise, Girardet (1987, p. 180) afirma que a maioria dos etnólogos considera os mitos como resposta aos fenômenos de desequilíbrios sociais. Além do que, não há nenhum sistema mitológico que não esteja diretamente ligado à crises, tais como a aceleração descontrolada do processo de evolução histórica, as rupturas súbitas do meio cultural e social, ou a desagregação dos dispositivos que envolvem solidariedade e complementaridade responsáveis por ordenar a vida coletiva. Continuamente, o exame “[...] tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, [...] entre, **períodos críticos e períodos orgânicos**: é nos ‘períodos críticos’ que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõe-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração” (GIRARDET, 1987, p. 180, grifo do autor). Para Baczko (1985, p.310) há épocas de crise de um poder que são aqueles que intensificam a produção de imaginários sociais: é nesse momento que “[...] as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade”.

Girardet também destaca o ‘impulso motriz’ no interior de grupos minoritários, aqueles que não se sentem representados no sistema vigente – ao contrário, sentem-se ameaçados ou esquecidos e oprimidos.

Esses grupos aparecem, no mais das vezes, em uma situação instável em relação à sociedade global, de distorção em relação ao sistema estabelecido ou em via de instauração. Quer essa situação pareça depender prioritariamente de fatores de ordem econômica-social (deterioração das condições de existência, redução ao estado proletário, rejeição para fora dos quadros sociais tradicionais) ou de fatores de ordem cultural (recusa da modernidade, desagregação das crenças, contestação dos valores comumente admitidos), o problema não apresenta, no caso, senão uma importância afinal secundária. O essencial está no fato de que a efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como um fenômeno de não-identificação. A ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil. Os modelos propostos de vida comunitária parecem esvaziar-se de toda significação, de toda legitimidade (GIRARDET, 1987, p. 180).

Observando esse cenário, temos um ciclo onde os momentos de crise propiciam a criação de mitos, essa efervescência mitológica desenvolvida na consciência coletiva cria disputas que podem tornar a posição ideológica menos impactante do que a sensação inconsciente em participar de uma batalha mítica do bem contra o mal (FONSECA, 2007). Os ânimos exaltados entre antagonistas levam a sentimentos odiosos, justificados aparentemente por contradições políticas. Girardet então propõe quatro grandes temas que movimentam as mitologias políticas que auxiliam a refletir e analisar essas questões que se mantêm em segundo plano em grande parte das doutrinas políticas da história:

1) Denúncia de uma conspiração maléfica que teria o objetivo de submeter os povos à dominação de forças obscuras; 2) Apelo ao grande líder salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva; 3) Imagens de uma Idade de Ouro, ou de uma Revolução Redentora, que conduziria a humanidade ao reino da justiça; 4) Um sonho de união e fraternidade, capaz de abolir as diferenças e promover a comunicação universal dos seres humanos. (FONSECA, 2018, p. 155)

Essas narrativas não ocorrem de qualquer forma, elas seguem padrões e possuem regras. Como lembra Fonseca (2018, p. 159), baseando-se em estudos de Durand (2013), “[...] assim como os sonhos possuem os seus padrões, o imaginário social também depende de um número finito de regras, fórmulas e combinações”. Por ser limitado é que estariam constantemente se atualizando. Ao mesmo tempo, aos mitos políticos atribui-se a ambivalência. O mito da conspiração, por exemplo, tanto pode ser negativo, na forma de um complô demoníaco, articulando o mau nas trevas e na sujeira; como positivo, vislumbrando guerreiros sagrados em aliança organizando forças de resistência contra o mal.

A figura do guerreiro, do herói, está constantemente associado a símbolos dourados, com muita luz, cores claras formando o imaginário de libertação e purificação. Tem como objetivo exterminar as criaturas monstruosas, libertar dos cárceres e das correntes, aniquilar o mal, expulsando-o por completo. Muitas dessas imagens também demonstram lugares amplos, com dias ensolarados, marcados pela infinitude do céu azul. Enquanto que a conspiração maléfica, repetindo esses símbolos às avessas, teria como protagonistas os animais imundos, peçonhentos, rasteiros, tentaculares e viscosos, representando a sujeira, fedor, o submundo das trevas, sem horizontes. Eles ficam à espreita, escondidos, aguardando o momento oportuno para espalhar o veneno e a infecção.

Girardet (1987, p.26) narra uma história conspiratória de dominação global do mal. O ambiente descrito é um cemitério judeu que na penumbra silenciosa da noite presencia um evento aterrorizador: os portões entreabertos, sombras furtivas, mantos negros se arrastando pelo chão e uma tumba reunindo rabinos que representam as doze tribos de Israel em uma tradição milenar confabulam um plano de vingança, de dominação. “A luta se desenrolará no plano econômico, político, social, religioso. Todas as estratégias serão utilizadas, tanto as da especulação financeira como as do açambarcamento do poder governamental ou da apropriação dos meios de educação e de informação”. Seria o fim do mundo, se esse não fosse o recorte de uma ficção publicada em Berlim, em 1868, mas que, isolada de seu contexto, viria atingir o público francês na década de 1880 e até mesmo depois da primeira guerra mundial causaria grande impacto. O autor do conto — um ex-funcionário do correio que o assinou com um pseudônimo — teria sido transformado em um nobre e não menos, vítima de uma morte misteriosa anos mais tarde.

Para Girardet (1987, p.36) não importa quais sejam as aspirações de uma conspiração, “[...] trata-se sempre, para aqueles que controlam seus fios, de corresponder uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno a edificação de um império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade”.

O mito do complô recorrentemente começa a partir da imaginação a respeito de uma fantasia que promove temor e desconfiança, denominada ‘organização secreta’” Nessa organização os membros confabulam às escondidas e, assim como narra Girardet (1987), planos de conquista e dominação da sociedade. Nas narrativas clássicas, os membros do complô são astutos acima de tudo, manipulam as massas utilizando os meios de comunicação, criam distrações sobre sua existência para que não sejam descobertos, o que impossibilita fazer denúncias e impedir seus planos.

As mitologias políticas fomentadas para atribuir características odiosas ao adversário podem evoluir muito rapidamente da imagem do vagabundo, do impostor, do lunático ou simplesmente do ‘outro’ — o **estranho** ou **estrangeiro**, do outro lado da linha abissal — até sua progressiva desumanização: seja como um animal repulsivo, tal como a víbora, o rato ou o verme; seja como um monstro ou uma aberração; até alcançar o mais baixo nível de degradação, quando o antagonista é representado, afinal como o diabo em pessoa. Nesse ponto, o outro deixa de ser um adversário político para assumir a representação de um inimigo a ser não apenas vencido, mas liquidado (FONSECA, 2018, p. 160, grifo do autor).

Este Outro cada vez mais distante, pode perder características humanas e perder seus valores morais, pois “[...] tomam a forma de inversão da autoimagem do espectador.



Os estereótipos mais grosseiros estão baseados na simples pressuposição de que **nós** somos humanos ou civilizados, ao passo que **eles** são pouco diferentes de animais como cães e porcos” (BURKE, 2004, p. 157, grifo do autor).

### 1.1.2 O Mito da União

A unidade como tema mítico é desenvolvida por muitos intérpretes que, com as necessidades de seu tempo, procuram desmistificar o que Girardet (1987, p.170) observa como “[...] o drama de uma crise de civilização”. Para o autor, há “época crítica” e “época orgânica”, sendo a primeira quando todos os sentidos de cooperação, pensamento e ação conjunta cessam e “[...] a sociedade não apresenta mais que uma aglomeração de indivíduos isolados e lutando uns contra os outros [...]”. Já o segundo se refere ao senso de unidade que está por toda parte “[...] em tudo e por tudo[...]”.

Girardet (1987, p.143, grifo do autor), ao abordar a obra de Joseph de Maistre (1854), trata do que chama de ‘mistério da unidade’. Nela, o autor analisa o imaginário de que “[...] o mal vem de uma certa divisão a qual não sabemos explicar [...]” e que o bem somente ressurgir por forças contrárias. A exemplo, cita o episódio de Babel e de Pentecostes: o primeiro é onde as línguas se dividem e o segundo é onde há um esforço para reuni-las. “Assim, **tudo tendo sido dividido, tudo aspira à reunião**”.

Esse esforço, segundo o autor, é simbolizado por um cerimonial: um banquete a disposição de todos, ocorrendo o que chama de comunhão. Para Maistre, a religião adota esse sentimento universal como base de seus rituais, pois o alimento é essencial para a vida espiritual, tanto quanto para a vida corporal. Logo, “[...] nesse banquete todos os homens se tornam **um**, saciando-se de um alimento que é um, e que está todo em todos” (MAISTRE apud GIRARDET, 1987, p. 143, grifo do autor). Independente de classe, civilização, cultura ou quaisquer condições que estejam submetidos os homens, por todo lugar as refeições são tomadas como uma espécie de religião: como teoria do respeito, compreensão, etiqueta e frequentemente política. Dessa forma, não haveria qualquer outro sinal de união mais expressivo que o de “reunir-se para tomar, assim aproximados, um alimento comum” (GIRARDET, 1987, p. 143).

Visto a significação de banquete dada por Maistre, Girardet (1987, p.143) a associa aos eventos políticos de seu país, que deveriam “[...] constituir por mais de um século um dos aspectos essenciais o ritual político [...]”, considerando inseparável o banquete da

crônica da III República e de uma ‘quase-cotidianidade’ de suas práticas políticas. A reconciliação dos partidos políticos teria sido pensada pela Comuna de Paris durante a Revolução como um grande jantar: todos sentariam-se em uma enorme mesa, e a reconciliação se tornaria um banquete por toda a França. A visão de Michelet (1957) sobre a Comuna de Paris revela um único desejo: o de se perder no todo, pois sem unidade pereceriam.

Auguste Comte (1965) compartilhava das ideias de Michelet (1957), acrescentando que todo problema humano constitui a unidade pessoal e social, subordinado do egoísmo ao altruísmo. Saint-Simon (1969), por sua vez, pensava que em uma sociedade em que os membros se opõem, haveria conseqüentemente uma dissolução. O egoísmo, quando disseminado pela comunidade, tende a romper os laços de comunhão, o que significa que a unidade da crença não mais existe. Benjamin Constant, opondo todo esse pensamento sobre a unidade, se manifesta em uma linguagem muito similar a de Bossuet; porém, afirma que a diversidade é vida e a uniformidade é morte, enquanto que para Bossuet há vida na unidade e morte fora dela.

Diante dessas fórmulas e considerando tantos outros autores, Girardet explica que formou-se nesses últimos dois séculos uma linha divisória na história política e ideológica. De um lado evidenciado pelos antagonismos relacionados a autonomia do indivíduo, a aceitação de uma sociedade conflituosa com suas divisões e diferenças, bem como a desconfiança para com todas as igrejas, seus dogmas e credos. Do outro, com a visão de uma sociedade homogênea e coerente há o desejo pela união, “[...] a condenação em nome do bem comum do recolhimento do indivíduo em si mesmo e em seus interesses, o temor dos cismas e das dissidências, a busca de uma fé comum e a exaltação das grandes efusões coletivas” (GIRARDET, 1987, p.145). Essa divisão é percebida como duas visões da mesma realidade, porém com dois sistemas de valores sociais e possivelmente dois comportamentos, atitudes, sensibilidades e disponibilidades diferentes. O imaginário a respeito dela encontra-se ainda mais distante de qualquer lado; por isso que a temática da Unidade possibilita a criação de um rico campo de construção mítico.

Rousseau (1762) não é um dos primeiros a se opor ao axioma evangélico em que se diz “[...] dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus [...] ”, mas discute por meio dela as rupturas dadas pelo poder civil e o espiritual, o sistema teológico do sistema político, onde “o Estado deixou **de ser um**”. O conflito se instaurou no que consiste saber a quem obedecer, dessa forma, os indivíduos dependem de duas legislações e há praticamente duas pátrias diferentes. Aos membros de uma mesma comunidade política

recaía deveres contraditórios: ser cidadão e devoto. Por esse motivo que a Rousseau importa estabelecer uma ligação entre o culto sagrado e o Estado. O objetivo seria atingido quando do estabelecimento de “uma profissão de fé **puramente civil**, da qual caberá ao soberano fixar os artigos. Estes serão [...] o reconhecimento da existência de uma **Divindade poderosa, inteligente, benéfica, providente** [...] associado ao da **santidade das Leis**” (GIRARDET, 1987, p.147, grifo do autor). O autor nos atenta para questões que são mais que latentes na atualidade, vistas no contrato social descrito por Rousseau como “[...] a celebração da divindade com a da cidadania”. A instituição de uma religião civil consagra a reconciliação de uma sociedade consigo mesma; porém, “[...] o homem religioso virá confundir-se com o cidadão”. Já a unidade religiosa permite ao Estado total coesão. Despojar quaisquer que sejam as crenças e superstições e um grupo dentro de uma mesma comunidade elimina riscos de contradição interna. Assim, “[...]é na exata medida em que virão contribuir para a virtude e a felicidade de todos que a ‘virtude e a felicidade de cada um’ supostamente ganham todo seu sentido” (GIRARDET, 1987, p. 148).

Girardet (1987, p.157), ao revisar como se deu a apresentação da história nacional francesa, a forma como foi ensinada desde o ensino primário e os autores que influenciaram os verdadeiros fundadores de sua história, aprofunda-se na obra de Michelet que consagra Paris e seu papel na história nacional. Destaca primeiramente uma imagem de uma Paris devoradora, que aparentemente alimentava-se “[...] da carne e do sangue de cada uma das províncias constitutivas da nação francesa”. Mas seria ela a digerir e transformar toda realidade, tornando-se centro, prevalecendo ‘o geral’ sobre ‘o particular’, logo, todas as regionalidades haviam sido vencidas, restando o que Paris determinava.

Aos animais marinhos, insetos e outras criaturas, Michelet atribuía uma noção de ordem inferior por serem eles limitados a uma vida local, distantes do homem que fisiologicamente diferente, se elevou no mundo animal e com isso, conseguiu organizar-se em grupos, formando uma unidade. Com os povos não era contrário: diferiram-se entre si pelo senso e unidade “[...] o gozo comum de um grande número de partes, a solidariedade dessas partes entre si, a reciprocidade das funções que exercem uma em relação à outra, aí está a superioridade moral” (GIRARDET, 1987, p.157, grifo do autor). A exemplo, o autor cita os bárbaros, pois assim como os animais, provinham do solo e faziam parte dele, diferentemente dos franceses que alcançaram o espírito moderno ao repelir o “[...] **espírito local**, eliminando a **influência do solo**, do clima e da raça em proveito da ação social e política, Paris, **grande e completos símbolo do país**”.

Para Michelet (1957), o que garantia a superioridade da França em relação a todas as outras formas de organização coletiva — as nações —, é que “[...] esses sistemas representam, encarnam, inscrevem no mais profundo da realidade social o próprio princípio da Unidade” (apud GIRARDET, 1987, p.158). A França por sua vez, inigualavelmente grandiosa, seria ‘nação tipo, nação símbolo, nação exemplar’, sem ser um império como a Inglaterra, justaposição como Alemanha ou fusão de cidades como a Itália.

Ainda haveria uma ideia de predestinação geográfica da nação francesa, ‘a ideia de uma França preexistente à França’, uma imagem de pátria virtual, imaginária anterior à pátria real, ou seja, “[...] é enquanto reconstrutores mais ainda que enquanto fundadores, enquanto reunificadores mais que enquanto unificadores, que tendem a aparecer os grandes artesãos da nação francesa” (GIRARDET, 1987, p.159). Joana d’Arc, por sua vez, já sabia que a França existia e que estava carregada de memórias do passado, mesmo antes de a França se compreender como nação, pois era uma região retalhada em Estados independentes, governados por reis que refizeram a unidade política francesa. Seria o objetivo dos artesãos da unidade fazer a França ocupar seu espaço geográfico exatamente como lhe foi atribuído, demarcando assim, seus limites no mapa mundo.

## 1.2 Mitocrítica

Durand (1985, p.252, grifo do autor) considerou o modelo da psicocrítica de Charles Mauron (1962) no intento de conceber uma noção de mitocrítica, desenvolvendo um método de crítica literária em sentido ampliado, no sentido de analisar o “discurso que centra o processo de compreensão no relato de caráter **mítico** inerente à significação de todo e qualquer relato”. O autor subdividiu seu método em duas sistemáticas: a mitanálise e a mitocrítica, sendo a primeira voltada à análise dos mitos que governam uma sociedade e a segunda aplicada na análise dos textos literários ou artísticos em geral.

Moraes (2016, p. 142) observa que a mitocrítica é a própria crítica da obra em busca do mitema, feita por meio dos pontos fortes, repetitivos e indispensáveis à narrativa. E a mitocrítica, segundo Durand (1985, p. 253), prevê uma estreita relação entre narrativa e o mito. O mito então decompõe-se em ‘mitemas’ – “[...] a menor unidade de discurso miticamente significativa”. Esse ‘átomo’ mítico tem por característica ser de natureza estrutural: arquetípico enquanto junguiano e ‘esquemático’ no sentido durandiano. Ao

retomar o conceito de Lévi-Strauss, Durand definiu o mitema como “[...] de natureza estrutural e seu conteúdo pode ser indiferentemente um motivo, um tema, um cenário mítico, um emblema, uma situação dramática”. O autor evidencia ainda que no mitema o ‘verbal’ domina a substantividade. Araújo (2014, p. 25) considera mitema o coração do mito, o qual não reserva relações isoladas, pois estabelece ‘pacotes de relações’. Ou seja, é a menor unidade narrativa, um detalhe percebido em sua redundância, indispensável justamente pela repetição que é o que permite a análise sincrônica na leitura mitocrítica.

Metodologicamente, a decomposição proposta por Durand do mito em mitemas se divide em três passos:

1) Efetuar um levantamento dos temas, as recorrências simbólicas “obsessivas” que constituem as sincronicidades míticas da obra.

2) Examinar as situações e as combinações de situações dos personagens e dos ambientes que perfazem o plano diacrônico.

3) Detectar diferentes lições do mito através da análise da sincronicidade estrutural do seu relato (FERREIRA-SANTOS E ALMEIDA, 2012, p. 113). Dessa forma é possível correlacioná-los com outros mitos de épocas ou espaços culturais determinados.

Ao explorar os usos do mitema no sentido estrutural, Durand o divide em dois modos diferentes: o ‘patente’ e o ‘latente’. O primeiro se revela pela repetição explícita de seus conteúdos homólogos, que podem ser as situações, personagens, emblemas e afins. O Segundo modo se dá pela “[...] repetição de seu esquema de intencionalidade implícita” (DURAND, 1985, p. 254). Quanto às redundâncias, seria no modo patente que tendem ao estereótipo identificador, o que chama de ‘exagerada figuração’, que corresponde à “[...] denominação pelo nome próprio (ou, em grau menor, pelo nome comum, pelo lugar, pelo emblema); a transformação (no limite, a total inversão, até a perda do sentido mítico) faz-se, então, pela minimização da intenção moral ou dramática”. Já o mito latente tende à parábola: a “[...] transformação se dá por meio de uma espécie de drible da intenção em detrimento da indicação descritiva do nome próprio”.

### 1.3 Do separatismo histórico ao movimento O Sul é o Meu País

Os movimentos separatistas contemporâneos têm início em 1985 através da atuação de Irton Marx, autor do livro *Vai nascer um novo país: República do Pampa Gaúcho*, e que passou a ser conhecido nacionalmente como líder do movimento separatista sulista após entrevista no programa Fantástico, da TV Globo. Com data marcada para a proclamação da República do Pampa em 23 de maio de 1993, Marx não conseguiu reunir nem mesmo 20 mil adeptos em sua cidade, Santa Cruz do Sul. Mesmo assim, junto a outros poucos simpatizantes, Marx escreveu o Manifesto do Povo Gaúcho em território rio-grandense, proclamando a República do Pampa em 7 de junho de 1993 (ANDRADE, 1999).

Em 1986, Sérgio Alves de Oliveira, advogado e autor do livro *A Independência do Sul*, defendia também no Rio Grande do Sul a ideia separatista, mas incluía os três estados da região Sul. Diferente de Marx que havia criado um grupo separatista, Oliveira deu início, em 20 de maio de 1990, a um partido político: o Partido da República Farroupilha (PRF). Mas o projeto não foi adiante, pois foi considerado ilícito por ter “[...] o fim precípua de lutar contra a união indissolúvel dos estados integrantes da República Federativa do Brasil” (TJ-RS, 1991). Seu livro alimentou o imaginário de adeptos ao separatismo na época, encorajando um grupo de catarinenses, liderado pelo advogado e ex-prefeito de Laguna, Adílcio Cadorin a dar início a uma organização não governamental que, dois anos mais tarde, tornaria-se o movimento conhecido hoje como O Sul é o Meu País. Houve um momento em que as duas frentes separatistas se uniram, quando as lideranças de Cadorin e Irton Marx buscavam soluções para a separação do Sul do Brasil. Mas a tentativa deu certo por pouco tempo. Perceberam que seus objetivos seguiam ideias diferentes e, após alguns atritos, Marx foi destituído da presidência, deixando o movimento. Líderes se vão, seguidores ficam, e os adeptos do MIP se incorporaram ao OSMP. Embora sua origem esteja documentada nos livros de registros do movimento em 9 de abril de 1992, na cidade de Laguna em Santa Catarina, os separatistas se permitem visitar outras datas ao narrar sua trajetória.

Em uma evidente contradição entre suas tendências eurocêntricas e o esforço pela mitologia regionalista, ideólogos do movimento conferem ao Cacique Guairacá o título de primeiro herói ao defender a região Sul durante o período colonial, em 1554. A memória separatista destaca ‘um sentimento nativista de amor à terra Sulista’, no intuito de criar um sentido de união da população que na região Sul habitava, e que defendia o território disputado por Portugal e Espanha. Ainda segundo esse imaginário, cento e setenta anos após a derrota de Guairacá, o indígena Sepé Tiarajú daria continuidade à causa, combatendo a

coroa portuguesa e espanhola no território que pertencia aos Sete Povos das Missões (antiga República del Guairá, que hoje abrange parte do estado do Paraná e uma pequena faixa de Santa Catarina), sob a mesma bandeira em defesa do território, reafirmando o grito de Guairacá: “*Co Yvy Oguereco Yara*” (esta terra tem dono).

Em 1835 os sulistas retomavam o sentimento separatista com a Revolução Farroupilha. Eram eles a própria elite oligárquica. Insatisfeitos, os proprietários rurais reivindicavam um tratamento ‘privilegiado’ com a diminuição dos impostos, além de questionar a centralização do poder político e administrativo. Com a Guerra dos Farrapos, o Rio Grande do Sul usufruiu de um período republicano independente do império brasileiro, elegendo seus próprios presidentes durante a ‘República Rio Grandense’ — também conhecida por República de Piratini. Os republicanos, sob o comando de David Canabarro e com o auxílio do italiano Giuseppe Garibaldi, invadiram e conquistaram Laguna em 23 de setembro de 1839, proclamando a República Juliana — que compreende o estado de Santa Catarina —, durando pouco menos de dois meses. Vencidos, os farroupilhas assinaram um tratado de paz que reincorporava a região ao território brasileiro. A longa revolta é tida como a “[...] mais importante guerra civil ocorrida no Brasil, quer por sua duração — dez anos —, quer pelas implicações políticas que provocou ou pelo volume de tropas que envolveu, quer pelas relações internacionais e pela ameaça que trouxe à unidade nacional” (ANDRADE, 1999, p.74).

Destaca-se ainda dois fatos ocorridos nesta Revolta. O primeiro é a figura de Anita Garibaldi — Ana Maria de Jesus Ribeiro —, conhecida como ‘heroína de dois mundos’. Residia em Laguna e, em contato com os ideais farroupilhas, deixou a vida doméstica para participar da Guerra. Tornando-se companheira de Garibaldi, esteve com ele na Guerra dos Farrapos e na ‘Retirada de Roma’ em 1849, na Itália. Para os separatistas, Anita é um elo que conecta os três estados do Sul, pois seu pai teria nascido paranaense, sua mãe catarinense e, em meio a Guerra Farroupilha, ‘a mais importante heroína Sulista’ teria concebido seu primeiro filho em terras rio-grandenses. Sua morte também é a continuação de uma saga heroica para os separatistas, pois narram que Anita faleceu grávida e doente logo após a ‘Retirada de Roma’. Porém, uma série de enterros teriam ocorrido, sendo sete ao total. Segundo Wolfgang Ludvig Rau (1975), o corpo de Anita foi encontrado seminu e desfigurado por animais, já que havia sido enterrada ‘às pressas’ em cova rasa.

O segundo é a participação dos negros escravizados nas estâncias gaúchas, que eram ‘convocados’ para a Guerra dos Farrapos. Os farroupilhas, quando atacavam as fazendas, ofereciam a carta de alforria para que os negros aceitassem fazer parte do exército. Os negros

que lutaram por uma década sob o comando dos farrapos tinham habilidades militares, eram lanceiros e sua liberdade foi interrompida com o ‘pacto de paz’. Na noite de 14 de novembro de 1844, acampados e desarmados, os lanceiros foram atacados pelo exército imperial. As instruções — dadas na Carta de Porongos — do Barão de Caxias ao Coronel Francisco Pedro de Abreu dizia: “Poupe o sangue brasileiro o quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou dos índios, pois bem se sabe que essa pobre gente ainda pode ser útil no futuro” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009, p.81). Estima-se que o Massacre de Porongos tenha mil e setecentos lanceiros negros mortos, os quais não são referenciados pelos separatistas como parte de sua história, muito menos exaltados por sua importância nas conquistas durante o período de guerra.

De fevereiro de 1883 a agosto de 1895 ocorreu a Revolução Federalista que, “[...] foi um movimento de elites, como a maioria das **revoluções** no Brasil” (OLIVEIRA, 2013, p. 146, grifo do autor). Iniciada no Rio Grande do Sul, se estendeu a Santa Catarina em novembro de 1893 e ao Paraná em janeiro de 1894. Como define Luvizotto (2009, p.69), essa elite gaúcha era formada por dois grupos: de um lado, o partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos — filho de família rica de criadores de gado, como outros jovens que defendiam a causa. O partido fazia uma leitura positivista do passado farroupilha, defendia as ideias republicanas e federalistas, assim como a modernização conservadora da província. Do outro, o Partido Liberal (do Império), liderado por Gaspar Silveira Martins, composto por grandes pecuaristas da Campanha que defendiam a escravidão — dada importância dos cativos nos campos —, constituíam a elite tradicional. Os republicanos desejavam manter-se no poder e os federalistas representavam os interesses dos estancieiros. “Em realidade, dois grupos disputando a hegemonia do poder, uma representava a elite tradicional e retrógrada e a outra, mais nova e mais dinâmica, defendia uma forma singular de fazer política, e que, triunfando no conflito, teve possibilidade de impor-se à sociedade (OLIVEIRA, 2013, p. 146). O saldo dessa guerra contabiliza entre dez a doze mil mortos, foi a mais sangrenta guerra civil do Brasil republicano

Cinquenta anos após este episódio, na era Vargas, não se presenciaram revoltas armadas por parte dos sulistas. A ascendência alemã em si se torna uma ameaça ao Estado, que reage perante os acontecimentos globais causados pela Segunda Guerra na tentativa de eliminar quaisquer resquícios das atividades teuto-culturais com a Campanha da Nacionalização. Grande parte do discurso separatista contemporâneo advém deste episódio que, ainda com mágoas, motiva os sulistas em sua causa.



Chegado os anos 1980, os sulistas retomam o discurso separatista expresso no Manifesto de Irton Marx, em grande parte pelo histórico descontentamento com o ‘Poder Central’, pois as queixas não são diferentes daquelas já reclamadas no período da Revolução Farroupilha em que “[...] pode-se admitir que ela foi provocada pela má administração e pela grande exploração, no setor fiscal, por parte do Governo Imperial, e pela falta de afinidades entre os presidentes de província e o povo gaúcho” (ANDRADE, 1999, p.76).

Contudo, ainda há queixas quanto a forma pela qual o Brasil se organiza. Os separatistas seguem repetindo em seu discurso o repúdio a Constituição de 1988, que modificou a autonomia dos municípios, tidos como grandes beneficiários. Molon (1994) investigou o separatismo como “expressão de uma problemática do Federalismo”, constatando que, embora a questão seja de grande relevância, não é o ponto central do problema. Ainda assim, os separatistas têm se articulado para propor um novo pacto federativo visando o modelo original americano como o ideal, por ser “[...] o resultado de um complexo processo de união de Estados independentes e, portanto, de migração do poder regional para o núcleo do sistema” (MOLON, 1994, p.22). O autor lembra ainda que o transplante desses modelos idealizados — norte-americanos, na maioria dos casos — pelos brasileiros ocorre há algum tempo, pois “[...] como se vê, a ideia de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (MOLON, 1994, p. 165).

Perante este cenário, os separatistas que iniciam em 1990 o MIP — que tinha como objetivo emancipar o estado do Rio Grande do Sul — percebem que havia necessidade de apoio. Dessa forma, buscam “[...] nos vizinhos mais próximos, pois assim, acreditam, será mais fácil atingir seus objetivos, uma vez que alegam que Paraná e Santa Catarina sofrem da mesma discriminação por parte do Governo Federal que o Rio Grande do Sul” (LUVIZOTTO, 2009, p.43).

Nos anos 1990, diversos movimentos separatistas se manifestaram naquele período em que tensões entre regiões brasileiras — do Sul e do Nordeste — e o Poder Central se tornavam mais visíveis. Por um lado, o movimento Nordeste Independente nutria o “[...] ressentimento nordestino em relação às políticas desenvolvimentistas praticadas pelo governo central” (STURM, p. 10, 1997); do outro, o movimento sulista representado por Irton Marx alegava que a região Sul sempre esteve à margem das atenções do governo ‘sendo explorada’, enquanto a região nordeste era ‘beneficiada’ por um governo centralizador. Desde então, os separatistas sulistas se afirmam como detentores de uma cultura diferente dos demais estados brasileiros, por ter “[...] tradição e costumes arraigados desde sua origem, uma produção significativa de alimentos e que, por isso, estão condenados a **carregar** os

estados brasileiros mais pobres e que sofrem de discriminação política, econômica e fiscal por parte do governo federal” (LUVIZOTTO, 2009, p.33, grifo do autor).

A divergência entre regiões, seja por motivos econômicos, políticos ou culturais, “[...] muitas vezes parece simular uma simples atitude de defesa, instintiva e reflexa, de um grupo contra o outro (atacar quando se é atacado), resultando no aparecimento de movimentos separatistas” (STURM, p.10, 1997). Como exemplo de movimentos separatistas contemporâneos, verificamos que no Rio Grande do Sul houve o surgimento de seis iniciativas: Partido República Farroupilha (PRF), Movimento Pátria Livre (MPL), Movimento República do Pampa (MRP), Movimento República Rio-Grandense (MRRG), Frente Pela Libertação do Sul (FLS) e o OSMP que unificou a maioria dos adeptos desses movimentos menores. No Paraná, a militância separatista mantinha três movimentos: Sociedade Amigos do Paraná (SAP), Movimento República das Araucárias (MRA) e a comissão do OSMP em Curitiba, que absorveu até 1994 os dois movimentos. Em Santa Catarina, não foram destacados movimentos, pois eram ‘sem muita expressão’ e logo foram fundidos ao OSMP. Na região Sudeste destacam-se quatro movimentos: Movimento pela Independência de São Paulo (MISP), Movimento São Paulo Independente (MSPI), Frente pela Libertação Paulista (FLP) e Liga de Defesa Paulista (LDP). O Nordeste tem como representantes do movimento separatista o Movimento Revolucionário Nordeste Independente (MORIN) e o Grupo de estudos Nordeste Independente (GESNI) até os dias atuais. Desta forma, verifica-se o surgimento de uma grande quantidade de movimentos separatistas, alguns com poucas dezenas de simpatizantes, outros com dezenas de milhares. Muitos deles, ainda ativos, fazem-se presente nas cinco regiões.

Mas os tempos mudam, assim como os discursos. Sim, eles mudam — melhor, se mudam para outros lugares, pois ocupam também o ambiente das redes sociais, o que nos leva a perceber que não são restritos a um pequeno bairro ou cidade. É algo maior, extrapola os limites geográficos, invade o espaço que a todos conecta: a Internet tanto replica esses discursos de diferença, como reúne essas vozes em grupos ideológicos. Logo, o Movimento o Sul é o Meu País, ocupa seu espaço nas redes defendendo seus ideais, definindo-se como:

[...] uma associação cívica, democrática, suprapartidária, sem fins lucrativos, ou sectarismos social ou religioso, e terá como objetivo desenvolver pesquisas e estudos levantando dados sobre a conformação e condições históricas, culturais, geográficas, políticas, econômicas, sociais e tudo quanto se referir à região Sul do Brasil, provendo ensaios sobre as possibilidades de desmembramentos, fusões, incorporações, separação e criação de novos Estados e Territórios, propondo projeto de lei através das Assembleias Legislativas Estaduais buscando referendo plebiscitário para uma nova divisão administrativa, política e territorial para a

região Sul do país nos termos a que se refere o Artigo 18, Parágrafo 3 da Constituição Federal do Brasil, ou por Lei Complementar do Congresso Nacional. (MOVIMENTO..., 2018a)

Sua proposta implica na separação política e administrativa dos três estados do Sul — Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR) — e assim, ser “[...] reconhecido como o Movimento que possibilitou a união dos três Estados em uma nação soberana” (SOBRE O MOVIMENTO, 2018).

No esforço para criar uma identidade, o movimento se considera herdeiro de movimentos sulistas como as Revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893-1895). Luvizotto (2009, p.41) demonstra que “[...] a ideia de separação e independência não é uma novidade”. Quase que em paralelo, dois anos antes do OSMP, houve uma iniciativa que visava a separação do Estado do Rio Grande do Sul com o Movimento pela Independência do Pampa (MIP), em 1990.

Tendo em vista a união dos três Estados do Sul nessa campanha separatista, o OSMP escolheu o voto como ‘arma’, logo sua ‘revolta’ deixa os campos de batalha — como se deu no passado — para ocupar as redes sociais e as ruas das cidades. A convocação desse ‘exército’ ocorre por meio da popularização dos ideais separatistas divulgados pelo movimento. Para isso, no esforço para forjar uma comunidade imaginada, organizam eventos, assembleias, reuniões com as comissões municipais e disponibilizam materiais nas redes sociais. Como parte de sua estratégia, o movimento vinha desde 2011 executando o projeto ‘Consultas Populares’, desenvolvido pelo GESUL — Grupo de Estudos Sul Livre — no intuito de saber a opinião do público em relação à proposta de criação de um novo país, finalizado em 2015.

Em 2016 iniciaram pesquisas por meio de plebiscitos — organizados pelo próprio movimento, porém, sem valor legal —, chamadas ‘Plebisul’. Essa consulta tem como objetivo “[...] gerar uma declaração pública sobre a opinião do Povo destes estados, se deseja ou não, que esta região forme um país independente” (VOCÊ QUER..., 2019). Assim, no dia 1 de outubro, os sulistas votaram sim ou não para a pergunta: “Você quer que o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formem um País independente?” Um ‘X’ em um dos dois quadrados na cédula de papel dispensava qualquer documento oficial do eleitor, assim como a obrigatoriedade do voto.

No primeiro Plebisul participaram 616.917 eleitores, resultando em 96% de aprovação. Em 2017 foram 364.256 participantes, mantendo os 96% de aprovação (VOCÊ QUER..., 2019). Em 2018 não houve Plebisul, pois direcionaram seus esforços em coletar

assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular — PLIP Plebisul —, iniciado em outubro de 2017. Em 2019, não houve coleta de votos, mas o movimento anunciou no XXVII Congresso Nacional que se organizaram para realizar o Plebisul de 2020.

O número de participantes entre os anos de 2016 e 2017 sofreu uma queda de aproximadamente 45% segundo os separatistas. Em razão de uma série de motivos, tais como, ainda segundo eles, a falta de comprometimento com a causa — dos novos ativistas —; a demora e as filas fizeram com que os sulistas desistissem de assinar; problemas com o tempo — devido às chuvas, fecharam-se urnas e algumas mudaram de local —; a estimativa de que mais de 40% das urnas foram desativadas por falta de pessoal; pessoas que votaram no ano anterior não compareceram acreditando que não precisavam votar novamente; a relativização dos resultados pelos sulistas que não acreditam fazer diferença votar — por não ser um referendo legal — e os boatos de que a polícia repreenderia o ato, conforme ocorreu na Catalunha, aprisionando os ativistas. Porém, o resultado teria ocorrido dentro do esperado: “Como todos sabem não alcançamos nossa meta no número de votos do Plebisul. A questão mais importante a saber é que sacrificamos o Plebisul em favor do Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Este sim, mais importante e com validade legal” (NOTA OFICIAL..., 2017).

Por meio dos votos (voluntários), os separatistas tinham a intenção de reunir 1% de assinaturas dos eleitores de cada Estado sulista, entregando assim o PLIP às respectivas assembleias legislativas, para que um plebiscito formal possa ser convocado. Até o momento não foi divulgado se o movimento alcançou a meta de votos contabilizados em maio de 2018. Comemorando o resultado parcial, Deucher (2017b) afirma que o OSMP é “[...] a maior entidade de defesa do direito de autodeterminação dos povos da América Latina e está lastreado em mais de 960 municípios da região Sul do Brasil”.

Boa parte deste alcance se deu após a primeira década do movimento; o que os separatistas consideram como uma grande conquista pois “[...] vencer a inércia e a falta de mobilização dos Sulistas nos anos 1990 e chegar a 2017 com quase 30 mil militantes e lideranças e com uma aprovação de mais de 95% da população” (DEUCHER, 2017b). As estatísticas no entanto, correspondem ao total de sulistas que participaram dos plebiscitos e não do total de habitantes dos três estados do Sul. Este salto entre a data de fundação para os dias de hoje se deu, em partes, a partir de 2011 por meio da realização de uma pesquisa que teria indicado um grande apoio popular à causa separatista nas capitais do Sul (MOSER, 2012).

A produção de novos imaginários ganhou corpo nos protestos, nas revoltas e nos conflitos desencadeados em 2013. O que era oportuno para o OSMP, que desenvolvendo

suas próprias pesquisas, observou o aumento da aceitação do ideal separatista como resposta à crise: “Os números de 2014, em pesquisa feita logo após as eleições brasileiras, trouxeram um quadro extraordinariamente novo para os que acreditam na proposta de um Sul Livre” (DEUCHER, 2016, p.178). Reforçando uma imagem de que o Sulista é “[...] o povo que mais tem aversão a corrupção” (DEUCHER, 2016, p.178), o OSMP encontrou o cenário ideal para ressurgir. Entrou em cena pelo ‘calor’ das crises políticas que se desenhavam neste período de governo presidido por Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, visto pelos separatistas como um governo cuja prática se “institucionalizou de tal forma que a corrupção virou uma indústria” (DEUCHER, 2016, p.178).

Assim como as manifestações que se organizavam pela web nesse período, o OSMP também ocupava o espaço virtual com uma roupagem pacífica para construir sua comunidade, ao mesmo tempo que demonstrava apoiar outros movimentos separatistas (inclusive internacionais), reunindo simpatizantes e militantes. Por meio das redes sociais, amplamente difundida pelo uso dos *smartphones*, o movimento ganhou alcance e apoio dos municípios mais distantes, facilitando a comunicação entre as comissões das cidades, divulgando seus eventos e, com isso, repercutindo sua causa nas mídias — o que diferenciaria das campanhas corpo a corpo realizadas nos anos iniciais do movimento. Falcão (2000, p.25) observa que, nos anos 1990, havia na Universidade do Vale do Itajaí — em Itajaí onde se encontrava — assim como em outras universidades catarinenses, uma ‘invasão’ dos ideais separatistas, cativando seus colegas professores e alunos. Grande parte da comunidade acadêmica frequentava palestras e conferências; os materiais circulavam em murais nos corredores, jornais, panfletos e outros impressos; também encontrava-se facilmente alguns acessórios como adesivos, chaveiros, canetas e outros objetos com emblemas ou mensagens alusivas ao tema.

O uso das redes sociais auxiliou os separatistas a difundir seus ideais, assim como minimizar a imagem negativa que a eles foi associado nos anos 1990. O movimento se afirma plural e não admite a alcunha de racista e xenofóbico. Porém, ainda há resquícios dessa imagem, pois a figura de Irton Marx se tornou conhecida como o separatista simpatizante do nazismo — inclusive foi preso por portar material panfletário deste cunho a caminho de uma das assembleias. O separatista radical que antes de compor a diretoria do OSMP, articulava adeptos para separar apenas o Rio Grande do Sul, publicou um livro que ditava normas de comportamento que contemplava desde a guia dos cães até a posição ereta de caminhar de um negro, para que então estivessem todos os sulistas de acordo com os ‘bons modos’. Luvizotto (2009, p.48) aborda a questão do perigo alemão e o nazismo utilizando as

entrevistas concedidas por Irton ao jornal *Folha de S. Paulo* em 21 de fevereiro de 1993. Em resposta à pergunta sobre suas habilidades em falar alemão — por ser um descendente —, respondeu de forma descontraída que “Dá para dizer *heil Hitler*”. Em 1994 Irton foi entrevistado pelos pesquisadores Molon (1994) e Ruben George Oliven que o questionaram sobre as relações que os separatistas tinham com o nazismo e respondeu que era “[...] uma associação muito lógica, uma vez que ele, assim como a maioria da população gaúcha, é descendente de alemães. Na verdade, acusou de existir no Brasil um racismo contra as pessoas de origem alemã” (LUVIZOTTO, 2009, p.48), no intuito de justificar as acusações com teor de racismo feitas a ele e ao movimento.

Mesmo na ausência da figura de Marx, permanece as más impressões sobre o movimento, ainda mais quando é associado ao fato de que os três estados sulistas possuem a maior população branca do Brasil e que procuram resgatar tradições de seus antepassados europeus. Como exemplo, destaca-se a ideia de que com o luteranismo herdado, os sulistas seriam mais trabalhadores. No livro sobre o movimento, o autor separatista evidencia que “[...] a única forma de sustento e mesmo enriquecimento é através do trabalho, [...] no Brasil de hoje compra-se votos a preço de ouro [...] através de cartão que ousam chamar de **cidadão**” (DEUCHER, 2016, p. 176, grifo do autor). Segundo eles, essa imagem do movimento repercutiria até mesmo nas mídias internacionais, que tenderiam a destacar o trabalho como um dos valores do Sul e que por isso sentiriam-se motivados a queixarem-se da situação econômica. Porém, essas reivindicações são pano de fundo para o preconceito que os sulistas teriam contra o nordeste:

O sul do Brasil foi colonizado por imigrantes da Itália, Portugal e Alemanha, e muitos se orgulham do senso de organização europeu. É uma das regiões mais ricas do Brasil, e os organizadores da campanha foram capazes de capitalizar a frustração de que o dinheiro dos impostos vai para as regiões mais pobres do nordeste onde a população tem mais negros e mestiços e a escravidão foi mais prevalente entre os séculos XVI e XIX. (PHILLIPS, 2016, tradução nossa)

Outro indício de que os separatistas prezam por manter os padrões europeus, em uma tentativa de branquear a região Sul, é ignorar outras manifestações culturais, frutos da multiplicidade étnica brasileira. Há, por exemplo, muitos negros no Sul e, por consequência, evidências notáveis de sua influência cultural. Inclusive, encontra-se no Rio Grande do Sul “[...] a maior proporção nacional de adeptos da umbanda e do candomblé — 1,47%, quase cinco vezes o percentual da Bahia” (MELO, 2012). A falta de representatividade dessa

cultura — entre outras — no discurso separatista nos faz questionar de que forma os separatistas sulinos se veem e desejam ser vistos quanto à construção de sua identidade.

A hipótese é de que, ao defender que não se sentem brasileiros por não se sentirem representados pelo samba, carnaval e caipirinha; que ao pedir desculpas ao responderem sua nacionalidade como brasileiros; que ao associarem a imagem do Brasil estereotipado como país da prostituição, da ‘mulata puta’; que ao se considerarem amistosos a todas as regiões brasileiras, mas se auto-intitularem ‘burros de carga’ por ‘pagar as contas’ do resto do país, se colocando contra os programas sociais que supostamente sustentam o Nordeste; que ao criarem mitos a partir de idealizações indígenas e personagens brancos como heróis, omitindo a participação de figuras negras em sua história; que ao se ausentarem publicando poucos conteúdos sobre racismo em suas redes sociais e ao fato de criarem o dia da consciência sulista na mesma semana da consciência negra — sem fazer menção a esta última —, seriam os sulistas um povo diferente por não se ver negro.

A *internet*, além de um poderoso canal de comunicação, permite aos separatistas torná-la uma forte aliada na construção de seu imaginário, ainda que não seja o único meio. Algumas de suas ações, que antes eram feitas no ‘boca a boca’, tem se reinventado, se moldado para que sejam compartilhadas entre os adeptos. Um exemplo é a roda de chimarrão, que tradicionalmente ocorre de forma presencial, mas que, adaptada pelo movimento, faz parte de suas estratégias comunicacionais. Em suas redes sociais é conhecida como ‘Mateando com o Sul’: veiculada por meio de *lives*, permite aos sulistas participar do bate-papo enquanto tomam a erva mate. Os encontros e reuniões combinados à costelas fogo-de-chão, assim como os ‘panfletos’ e os plebiscitos, por sua vez, são realizados em galpões e nas ruas pelos separatistas. É por meio das redes sociais, contudo, que conseguem não apenas informar sobre os objetivos do movimento, como também fazer com que os sulistas em regiões mais distantes se sintam parte dessa nova comunidade, quebrando barreiras geográficas.

A interação entre a diretoria do movimento e os adeptos durante a transmissão das *lives* pelo *Facebook* apresenta temas que também são explorados no *site* em forma de texto, mas se mostra sem o polimento da escrita, sem o planejamento das palavras. Ao mesmo tempo em que são propostas pautas que discutem os anseios separatistas, as respostas são espontâneas e emocionalmente carregadas, fazendo da opinião das lideranças, a imagem do movimento. Como em uma conversa cotidiana, compartilham detalhes do pensamento separatista que se ocultam em pronunciamentos oficiais. O que torna este material muito significativo como objeto de análise, pois naturaliza toda a construção ideológica do

movimento, populariza o discurso, recebe *feedback* imediato ao verificar o número de visualizações e de interação com os comentários, possibilitando modificar os conteúdos abordados e corrigindo dados e/ou desentendimentos que eventualmente ocorrem. O conteúdo dessas *lives* abrange, além das pautas políticas, históricas e econômicas, questões culturais, sociais, morais e identitárias; pois o local as reuniões tanto situa o internauta das necessidades da cidade, como também faz um convite a conhecer seus atrativos. É no capítulo três que discorreremos sobre o contexto histórico do mate e em seguida, realizamos a análise.

## **2 ENTRE LINHAS: O SUL NÃO É O MEU PAÍS**

As mais diversas dinâmicas envolvendo movimentos separatistas são exploradas em distintas áreas, como linguística, letras, ciências sociais, ciências econômicas, antropologia, filosofia, direito e história. O estudo dessa literatura, sobretudo os trabalhos do campo da Comunicação, oferece chaves de interpretação indispensáveis para a compreensão global do problema que abordamos nesta pesquisa.

A coleta de dados para este estudo foi realizada de acordo com os parâmetros temático, linguístico, qualitativo e cronológico. Por haver vários movimentos brasileiros e internacionais, inclusive de diversos períodos, adotamos como critério a seleção dos autores mais citados, considerados como principais fontes para situar um panorama geral. Um segundo recorte delimitou a busca por ‘movimentos separatistas sul brasileiros’, que nos revelou quatro dissertações — duas delas correspondentes à década de 1990 foram descartadas por não ser compatível ao parâmetro temático e cronológico, que compreende o movimento anterior ao OSMP — assim como uma tese também publicada como livro; e cinco monografias acadêmicas disponíveis nos repositórios das universidades, descartadas pelo parâmetro qualitativo – pois se configuravam como estudos ainda preliminares. Ao delimitar as buscas em nome da organização ‘O Sul é o Meu País’, foram encontradas três dissertações, sendo uma delas disponível em forma de livro físico, além de seis artigos. Três desses artigos não correspondem ao parâmetro cronológico e outros dois artigos não correspondem ao parâmetro qualitativo. No parâmetro linguístico consideramos pertinente acolher uma dissertação em inglês por sua relevância temática, pois colaborou com dados obtidos exclusivamente por sua pesquisa de campo. Após a delimitação, definimos a técnica de leitura, pois “[...] é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos



no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência” (LIMA; MIOTO, 2007. p. 41).

## **2.1 Discriminação e preconceito no passado de um discurso separatista**

Ingrid Nancy Sturm (1997) realizou um estudo da área de linguística correlacionando a discriminação e o preconceito no discurso separatista sulista e nordestino, coletando dados em cartas de leitores da revista Istoé no período de 1988 a 1993. Sua reflexão se dá sob a ótica da Análise do Discurso, ao modo como pode ser percebido pelo público. Justifica por meio de Todorov (1996) que a recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que sua produção. Dessa forma, discorre sobre a atuação das duas formações discursivas antagônicas — O Sul explora o Nordeste e O Nordeste explora o Sul—, promovidas entre o Nordeste Independente e República Federativa do Pampa. Sua análise tem como foco o movimento separatista nordestino, por ter sido alvo da imprensa e do público.

Para Sturm (1997), o cenário separatista sulista e nordestino como movimentos antagônicos, um existindo em resposta ao outro, teve como impulso o ressentimento. O movimento nordestino alegava descontentamento em relação às políticas desenvolvimentistas que beneficiam os estados do Centro-Sul, prejudicando o Nordeste que, em atraso, sofre com a miséria, com o tratamento discriminatório e espoliador à sua região. O Sul reconta a mesma história, porém invertendo os papéis: o Nordeste como alvo das benesses do governo, enquanto o Sul se vê explorado pelo Governo que, segundo os separatistas, mantém o sistema das oligarquias nordestinas. O que deveria então ser justificado por meio de dados econômicos e políticos é argumentado de forma inesperada, com elementos emotivos — entre eles o racismo —, enquanto ocorre uma certa disputa regional, fortalecendo o sentimento separatista.

Sturm (1997) acredita que ser nordestino, assim como ser sulista, não é algo que possa ser recuperado a partir de um ponto preciso e histórico, mas que se torna possível a partir de elementos que se alternam de forma descontínua. Dessa forma, o discurso separatista brasileiro, naquele período, se mostrava permanentemente contraditório com o discurso da harmonia racial, observando ainda que, a essa corrente de pensamento, aliava-se um forte sentimento de nacionalismo brasileiro, construído por influências das raças fundadoras. Admitir as diferenças seria, então, interferir nessa imagem permanentemente cultuada.

Guimarães (1995, p.43) argumenta que “[...] nada fere mais profundamente a alma nacional, nada contraria mais o ideal de assimilação brasileiro que o cultivo de diferenças”. Todorov (2003), ao narrar as descrições de Colombo sobre a primeira viagem à América, traz o discurso do europeu em relato a Coroa. Seus apontamentos tratam do assimilacionismo de culturas periféricas pelas culturas dominantes, pois teria o navegador preocupado-se observar um território a ser explorado e não de reconhecer os indivíduos que ali habitavam, bem como seu modo de vida. Refletindo sua imagem nos escritos, o explorador evidenciou suas expectativas nos indígenas, lançando seu olhar colonizador, colocando-se como superior enquanto considerava os índios como seres inferiores e por isso, seriam mais próximos aos animais do que do europeu. Logo, verifica-se que não comporta a ideia de igualdade e de identidade, de ver o Outro como idêntico, contrapõe-se então a ‘diferença’, traduzida em superioridade e inferioridade e na recusa do Outro.

A pesquisa de Sturm não explora o movimento separatista o Sul é o Meu País, mas seu predecessor. Porém, suas reflexões atentam para questões que estão latentes na identidade sulista que tem sido construída pelo OSMP: o negro como parte desse povo sulista, multicultural como defendem os separatistas, porém ‘diferente’ dos outros brasis. Ao se posicionar como um movimento contra o racismo, o OSMP parece assumir como verdade a inclusão de todas as raças e etnias que o Sul comporta. Mas como alerta Bobbio (1992), há de se desconfiar dos ‘profissionais do anti-racismo’, pois haveria uma predisposição mental para a etnicidade, logo, haveria “um pouco de racismo em cada um de nós”.

Ao considerarmos que o termo ‘racismo’ tem variações, percebemos que o OSMP não se distancia tanto quanto parece dos movimentos separatistas que o antecederam, que eram mais radicais, como o movimento República Federativa do Pampa. ‘Racismo’, popularmente se restringe a uma violência explícita. Mas Sturm evidencia que se faz necessário abordar o tema por concepções mais abrangentes, como foi introdutoriamente colocado nos dicionários europeus em 1932. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1058) define que o racismo não compreende a descrição da diversidade das raças ou dos grupos étnicos — dado pelos estudos antropológicos ou biológicos —, mas refere-se ao comportamento do sujeito, principalmente quanto ao uso político de resultados aparentemente científicos como argumento de superioridade. Dessa forma, o autor descreve algumas distinções quanto ao termo racismo forte e racismo fraco: “[...] conforme o peso que tem o apelo ao fator da raça ou o maior ou menor determinismo racial”. Tendo em vista que o racismo não é algo que remete-se exclusivamente à superioridade racial, deixaria menos óbvio a acusação de racismo pelos separatistas. Logo, permite-nos identificar no OSMP o

racismo “[...] meramente teórico (de simples ideologia) e um racismo que se traduz em política de governo ou em comportamentos coletivos”. Além do racismo que conhecemos na dicotomia — branco versus negro — encontrado nas ‘grandes raças’, há também o racismo entre pequenas raças ou grupos étnicos — xenofobia, chauvinismo —, desenvolvidos inclusive, dentro de comunidades pluri-raciais e comunidades políticas distintas. Como exemplo de racismo fraco, Bobbio fala dos ingleses que, indagando suas origens e suas liberdades como nação, voltam-se a uma raça mais antiga, anterior aos romanos, tomando a raça saxônica como primordial. Embasados no mito da raça como nostalgia de uma raça pura, se apegam à vontade de remontar as verdadeiras características políticas de uma nação. Porém, “[...] trata-se de um racismo débil, sempre usado numa perspectiva política, que gera mais uma atitude de autocomplacência que uma verdadeira e autêntica discriminação” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.1060)

Partindo das considerações de racismo dadas por Bobbio, Sturm (1997) aborda o preconceito da região Sul junto a São Paulo contra os nordestinos. A desvalorização desses migrantes que, atraídos pela grande oferta de emprego da região ‘mais rica’, torna-se um Outro indesejado. Mesmo tornando-se provedor de mão de obra barata, é estereotipado como um povo que ‘não trabalha’, que ‘nordestino gosta mesmo é de carnaval e festa’; porém, os ‘sulistas, sim, é que são pessoas trabalhadoras’. Esses argumentos utilizados pelos separatistas nos anos 1990 não ficaram no passado mais radical do movimento, ele ainda permanece nos discursos do OSMP de forma mais ‘branda’, contrariando o discurso contra o racismo pelos separatistas sulistas. De acordo com Guimarães (1995, p.42), identifica-se como racista “[...] aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano) ”.

É importante pontuar que, assim como não podemos acusar de racismo — constituído como crime — o OSMP que se autodeclara contrário a quaisquer tipos de discriminação, podemos correlacionar elementos presentes em seu discurso como próximo do movimento República Federativa do Pampa e, por isso, como um potencial articulador de discurso de ódio. Sturm (1997, p. 13) descreve que os sulistas nos anos 1990 também afirmavam não ser racistas, mas garantiam que os nordestinos gostam de carnaval e festa, assim como a visão do sulista é de que lá no Nordeste ‘se trabalha pouco’. Ao sulista cabia o auto reconhecimento de ‘pessoas trabalhadoras’, pois relacionou-se ao trabalho qualificado dos europeus. Conclui a pesquisadora que essa visão diferente entre as vocações regionais serve ao propósito de desqualificar a mão de obra nordestina, que foi amplamente explorada na construção civil na região Sul. Lembra ainda que essas posições são comparadas ao desempenho econômico de

cada região: o Sul como trabalhador é mais rico, explorado e paga as contas do Nordeste, que não trabalha e vive de bolsas fornecidas pelo Estado.

O Racismo, segundo Teixeira Coelho (1992), seria uma prática comum brasileira, a ponto de existir um outro país dentro do Brasil: conservador, prepotente e racista, localizado a poucos centímetros da superfície, emergindo com naturalidade nas solenidades provincianas. Essa visão de outro país, para Sturm (1997, p. 15, grifo do autor), choca-se com a imagem de harmonia racial que ao Brasil é conferido, de nossa suposta e propalada “[...] capacidade natural de aceitar o outro, enfim, do **jeito** diferente que nossa sociedade teria encontrado para conviver pacificamente, embora seja composta de várias raças e, ainda, de tipos regionais tão díspares, legados das raças fundadoras”.

Confere-se crime de racismo quando uma pessoa negra é barrada de entrar em algum estabelecimento, por exemplo. Mas é difícil dosar declarações de racismo quando interpreta-se linguagens. Para Sturm (1997, p. 15), uma porta fechada seria uma forma de linguagem responsável pela “[...] banalização de sentimentos e crenças igualmente discriminatórios, sobre os quais não será possível ter plena consciência”. Da mesma forma, a falta de indignação da população quanto a episódios discriminatórios seria uma forma trivial de naturalizar o racismo. A pesquisadora alerta ainda que a discriminação pode ocorrer por ‘convicção’, pois o sujeito acreditaria que não cometeu crime algum — por não ter matado ou roubado — e que estaria ‘apenas’ a reforçar que algumas pessoas não se enquadram em certos padrões de cor, cabelo, fisionomia, sotaque, classificação social, afinidades musicais, entre outros, determinados pela comunidade que dita as regras.

Sturm afirma que o discurso é o meio para a manifestação de preconceitos, pois é na instância da linguagem também, que verifica-se a imprecisão dos limites entre racismo e diferenças culturais. Ao citar uma pesquisa em que adolescentes negros deveriam responder se já haviam sofrido preconceito, a primeira vista negavam, mas conversando um pouco mais, contavam histórias vergonhosas de segregação. Ao negro, admitir a existência do racismo é expor os preconceitos, é admitir que é negro e que há um padrão ao qual são rejeitados. A discriminação não é algo que existe exclusivamente contra negros. Sturm relata que a delegacia especializada em crimes raciais de São Paulo tem registrado casos de discriminação contra nordestinos em 1993: uma moça teria sido rejeitada para ocupar uma vaga de emprego por ter ‘forte sotaque nordestino’.

O consenso de uma definição do que é nacional está longe de ser estabelecido para Ortiz (1994, p. 8), que acredita na identidade como construção simbólica; portanto, não haveria uma identidade autêntica, mas pluralidades “[...] construídas por diferentes grupos

sociais em diferentes momentos históricos”. Dessa forma, o discurso regionalista renovaria disputas internas, muitas vezes justificado por argumentos econômicos e políticos relativos às desigualdades regionais, “[...] mas que condiciona tais aspectos a certas características de comportamento, e até mesmo a características: físicas constitutivas das identidades regionais” (STURM, 1997, p.18). Ainda há questões que abordam a geografia da região, pois a pobreza do Nordeste é associada à natureza inóspita da região; e tão ameaçador quanto, seriam as ações de políticos corruptos que aproveitariam-se da população humilde. O discurso regionalista, que para a pesquisadora está muito próximo do separatista, frequentemente é atravessado pela busca obsessiva de uma identidade nacional.

A análise de Sturm sobre a polêmica que a publicação da matéria na revista *Istoé* originou analisa que tanto o jornalista que escreveu a matéria, os leitores que enviaram cartas e a revista que as publicou são representantes do preconceito sulista contra o nordeste. Para os leitores nordestinos, os sulistas demonstraram ter uma ideia distorcida a respeito do Nordeste, assim como não reconhecem o valor do trabalho nordestino para o desenvolvimento do Sul. Os argumentos do jornalista visivelmente não atende ao público nordestino; porém, é aceito pelos sulistas que reafirmam a exploração por parte da região Nordeste. O papel da imprensa, por sua vez, não é neutra, pois tem papel fundamental nas opiniões que veicula. Essas opiniões que circulam livremente sem constrangimentos por parte da sociedade, reproduzindo o senso comum.

## **2.2 O Brasil meridional: o centro dos ideais separatistas**

Andrade (1999) analisa os principais fatores que, desde o período colonial até o final do século XX, contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira e dos movimentos ‘centrífgos’ separatistas. Percorre desde a fragmentação das capitâneas até o surgimento dos movimentos contemporâneos, apontando o sentimento nacional ante o regional como principal agente. Para o pesquisador, há uma consequência importante nos ideais separatistas, caso tomem força: a dissolução do país. O Brasil, segundo autor, não constitui uma nação bem característica e unida, falta também solidariedade entre pessoas e culturas diversas. Torna-se, então, um aglomerado de grupos sociais heterogêneos que muitas vezes ocupam uma mesma área, mas sem solidariedade entre si. O perigo previsto por Andrade (1999, p. 47) ocorre quando as “[...] diferenças econômicas e sociais mais se aprofundam e as mudanças vêm sendo feitas sem preocupações com o social e o cultural, e as forças centrífugas, em momentos de crise aguda, suplantam as forças centrípetas, levando o país à

dissolução”. Assim como a maioria dos países do mundo, o Brasil está sujeito à influência de grupos econômicos que procuram desmembrar grandes países em pequenas unidades administrativas, melhorando assim sua dominação sob o preterido território. Em resposta a essa ameaça, o autor se mostra completamente envolvido pelo senso nacionalista, pois acredita que o “[...] fortalecimento do sentimento nacional e uma orientação política nacionalista são indispensáveis à manutenção da unidade do país e à melhoria das condições de vida da população” (ANDRADE, 1999, p. 47).

Ao citar Touraine (1996), Andrade (1999, p. 167) chama atenção ao desenvolvimento da ideologia separatista em escala nacional. O desejo separatista pela fragmentação do país seria uma tentativa das elites em manter o controle social, pois “[...] é convencional lembrar que vivemos um momento de modernização do imperialismo (TOURAINÉ, 1996), que procura controlar a economia, a vida política e as estruturas jurídicas nacionais, a fim de submetê-las ao controle das grandes empresas”.

Afirma ainda que a destruição do socialismo real animou os grandes grupos econômicos, pois convencidos de que tinham o campo livre, procuram maximizar os lucros e, com isso, destruir as fronteiras e os direitos adquiridos pelos trabalhadores. Por este motivo, verifica-se em comum os argumentos separatistas que mesclam dados políticos e econômicos às diferenças nacionais e regionais, estimulando, quando de seus interesses, a ideologia separatista.

Destacando a extensão territorial brasileira, sua numerosa população e a diversidade cultural, bem como a capacidade de gerar riquezas, o pesquisador defende que as mídias poderiam trabalhar esses dados a favor de um conagraçamento e de um reconhecimento de convivência fraterna entre as diferentes regiões, mantendo as tradições e a riqueza brasileira; porém, em um sentido contrário, aguçam controvérsias e críticas. Mas como estado mais rico, São Paulo compõe junto dos três estados sulistas o conjunto de estados com maior aceitação dos ideais separatistas, incluindo o impacto da colonização europeia e asiática como um dos principais fatores.

A região meridional, segundo Andrade (1999, p. 168), é o centro de ideologias separatistas, sobretudo as áreas coloniais. Apontando Irton Marx como líder mais conhecido do movimento separatista sulista, faz uma breve apresentação dessa figura caricata ao desenhar o surgimento do Sul é Meu país. Relata que Marx, descendente de alemães, defende a preservação da cultura germânica e, ao mesmo tempo, absorveu tendências gaúchas e ibéricas, reivindicando ser o continuador dos ideais da Revolução Farroupilha; acredita na separação dos países que portam diferenças culturais — Espanha, Itália, Reino Unido,

Canadá —, declarando que não se sente ligado aos nordestinos, nem aos negros; considera os sulistas superiores aos habitantes do Norte e Nordeste por serem mais trabalhadores, industriais, com maior iniciativa e mais cultos, classificando como parasitas os nortistas e nordestinos. O representante separatista, em princípio, defende a fragmentação do Brasil, separando os três estados meridionais. Mas admite que cada estado poderia formar um país: logo, a união dos três é dispensável, assim como São Paulo — por considerar o estado mais rico e intermediário na exploração do Sul —, ao mesmo passo que sua relação com Brasília se torna ainda pior, odiando até mesmo as Forças Armadas e a Polícia Federal, que lhes são contrárias.

Andrade observa por meio de pesquisas de intenção realizadas pela revista *Istoé*, a aprovação de pelo menos um terço da população sulista ao ideal separatista, o que justifica o número de movimentos separatistas que surgiram nos anos 1990. Entre esses movimentos, O Sul é o Meu País é destaque entre a variedade de movimentos mais ou menos radicais. Ao considerar a hipótese de efetivação da separação dos estados meridionais, reconhece que os separatistas teriam problemas a enfrentar: a migração dos descendentes de colonos. Adentrando o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, “[...] levaram as suas técnicas agrícolas, as suas relações e tradições familiares, os hábitos alimentares, como o churrasco e o chimarrão, a sua religião [...] marcando a paisagem do Centro-Oeste e do Norte [...] presentes também no Oeste da Bahia” (ANDRADE, 1999, p. 171). Perante este cenário, o autor indaga como se comportariam os sulistas que residem em outras áreas com a separação do Sul, sentiriam-se estrangeiros no Brasil e migrariam de volta? Reflexivo e complexo é o que considera desse tema geopolítico.

### **2.3 O Separatismo como vocação**

Falcão (2000) explora a primeira fase do separatismo sulista contemporâneo no livro *Entre o Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no Século XX*. Acolhendo o tema como sugestão de pesquisa, relatou, em partes, sua experiência em meio ao surgimento do movimento O Sul é Meu País. Alunos e colegas de trabalho revoltos com a crise que se instaurava nos anos 1990, pareciam aderir às campanhas separatistas que invadiam corredores e auditórios das universidades.

Concordando que o Brasil é um país de dimensões continentais e que isso implica em numerosas regiões com formações históricas diversas, assim como inegáveis diferenças

sócio-econômicas e culturais, tratou em pensar de que forma essas distinções eram mais acentuadas entre os sulistas, especificamente em Santa Catarina. Em seguida, questionou se a “[...] variedade cultural deveria ser considerada como fator negativo na construção de um ambiente público [...] ou, ao inverso, a homogeneidade cultural é algo desejável e mesmo indispensável para a existência de uma sociedade baseada em valores simbólicos” (FALCÃO, 2000, p. 28). Por fim, buscou compreender quais referências histórico-culturais faziam com que uma parcela de indivíduos sentissem um mal-estar com a ideia de identificarem-se como brasileiros, trazendo a tona ressentimentos profundos e difusos.

Falcão (2000, p. 283) compreende o movimento separatista sulista como um fenômeno social e que, assim como o tradicionalismo gaúcho, denota tensões à unidade política do país, pois trata-se de um movimento declaradamente separatista e que dissemina um sentimento favorável ao desejo de separação em parcelas da população sulista. A ampla divulgação do tema pelas mídias na época causou repúdio aos intelectuais, políticos e autoridades, pois até então, considerava-se resolvida a questão da unidade nacional, estabelecida após o Império sufocar as revoltas, revoluções e guerras que ocorreram no território brasileiro. Para que se compreenda melhor a ideia de que o problema da unidade nacional já estaria resolvido, sugere que se busque como referência os materiais didáticos do ensino fundamental e médio, demonstrando que o imaginário referente a questão da identidade nacional que tem sido construído desde os anos iniciais nas escolas, o que lhe parece “[...] quase sempre como um desaguadouro natural legado pela colonização portuguesa e pelo processo de emancipação política sacramentado por D. Pedro em 1822” (Falcão, 2000, p. 284). Destaca ainda que a ideia de identidade nacional estaria fortemente ligada a forma como o Brasil é retratado: por possuir uma única língua, um mesmo patrimônio cultural – pela miscigenação étnica –, pela administração unificada e pela disposição unívoca de ter um importante papel mundial. Reconhece que, mesmo perante esse cenário, contraditoriamente o brasileiro é um povo ímpar.

Portanto, a ideia de separar o Brasil, segundo Falcão, tende a ser encarado como algo regressista e exótico, e que para se ‘comprovar a correção desse ponto’, cita o representante do separatismo sulista, Irton Marx, evidenciando sua ascendência alemã, visivelmente inspirado no nazi-fascismo e formulador de proposições racistas. Nesses termos, não haveria possibilidades de ser levada adiante. Os movimentos refluíram, mas não tiveram fim: em 14 de dezembro de 1995, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovou “[...] por unanimidade uma sugestão originada no movimento **O Sul é o Meu País** no sentido de realizar um plebiscito sobre a manutenção do atual regime federativo ou a instauração de



uma confederação”, (FALCÃO, 2000, p. 285) proposta essa barrada no Tribunal Regional Eleitoral.

Observando analistas da época, Falcão destaca duas motivações para evocar o sentimento separatista. A primeira corresponde a arrecadação de impostos pelo governo central e segunda, a distorção existente no sistema de representação política, que “[...] privilegia os Estado menos populosos (e menos dinâmicos do ponto de vista da moderna produção econômica) na composição do Congresso Nacional” (FALCÃO, 2000, p. 285). Uma realidade denunciada por empresários, órgãos da imprensa e lideranças políticas, tornou-se desalento com a crise instaurada a partir dos anos 1980, dada sucessivas tentativas de estabilização econômica e deflagração de corrupção que culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992. A origem de Collor, como de seu antecessor, José Sarney, tornou-se, então, marca de interesses escusos de políticos nordestinos. O pesquisador afirma não ter como calcular o impacto da opinião pública, mas elenca os noticiários dos meios de comunicação de massa como um acentuador desse sentimento nutrido pelos sulistas ao sentirem-se prejudicados. Ainda havia o agravante de que todos os problemas enfrentados pelo Nordeste era de total responsabilidade dos políticos e empresários nordestinos, classificados como inescrupulosos.

Para Falcão, os anos 1990 trouxeram consigo diversos indícios do enfraquecimento dos Estado-Nação, a reunião de populações com distintas culturas, línguas e crenças religiosas guardavam tensões que eram mantidas sob controle pela repressão estatal. Como exemplos cita a União Soviética — desmanchada em várias repúblicas independentes —; a antiga Iugoslávia; movimentos separatistas na Espanha, Itália, Bélgica e Canadá. Fenômenos como as migrações internacionais e a globalização que, além de atenuar fronteiras entre os países, fortaleciam a criação de mercados de integração regional. Todo esse contexto parecia justificar o separatismo surgido no sul do Brasil. Considerando ainda alguns aspectos como a realimentação de preconceitos regionais e sociais ligados a valores simbólicos referentes a origem do indivíduo e sua mão de obra — remanescente das mazelas escravistas, mandonismo de chefes políticos locais ou pelo catolicismo rústico do interior —; assim como as populações que teriam regenerado o sentido de trabalho, a participação política e até mesmo espiritualidade, graças ao convívio com imigrantes europeus localizados no Sul.

Amparado em dados de institutos de pesquisa, Falcão ilustra a problemática separatista sulista. A *Folha de S. Paulo*, em maio de 1993, publica que 32% da população em Porto Alegre era favorável à criação da República do Pampa Gaúcho. Em Curitiba, 27% apoiavam a causa, subindo até a 42% a aceitação dos ideais separatistas em cada capital

quando a consulta de intenções dizia respeito a efetivação da separação para obtenção de benefícios ao seus respectivos estados. No mesmo período, o Instituto Bonilha – de Curitiba – por sua vez, divulgava na *Istoé* que um eventual plebiscito não separaria o Sul, mas chegaria perto. Pois o percentual favorável de São Paulo (32,5%), Paraná (43,7), Santa Catarina (49%) e Rio Grande do Sul (47,1%), atingiria o total de 43,1%, dos votos a favor da separação com a inclusão do estado paulista, e o total de 46,6% sem ele. Para Falcão, os dados chamam atenção pelo alto índice de apoio, sem que tenha ocorrido de fato uma campanha publicitária de maior porte. Os dados forneceram ao pesquisador outras informações que o auxiliaram a compreender as motivações que inspiravam o sentimento separatista: 72% dos entrevistados se sentiam-se prejudicados pela distribuição de recursos federais; 20,85% indicaram que os políticos corruptos encontravam-se no Nordeste 31,41% apontaram para todas as regiões enquanto 0,70% consideraram que o Sul detinha políticos corruptos. A corrupção associada à má distribuição de verbas tornava evidente a resposta para a questão de qual região era mais beneficiada pelo governo federal, com 45,88% apontou-se que o Nordeste era o mais beneficiado, enquanto o Sul contava com 4,76% dos votos. As atribuições negativas ao Nordeste seguiam disparados nas pesquisas, inclusive a vinda dos nordestinos ao sul, pois 53,05% dos entrevistados achava prejudicial, enquanto 15,63% achava positiva essa migração.

Perante esses dados, Falcão (2000, p. 289) constatou que “[...] sua importância em termos de estrutura orgânica, número de filiados ou capacidade de mobilização era bem inferior à amplitude do sentimento favorável ao separatismo verificado entre os habitantes desta parte da federação brasileira”. Logo o separatismo sulista não era apenas um fenômeno de regressividade e excentricidade, estava também além dos preconceitos regionais, exibiu uma lógica quanto a preservação da unidade territorial e política brasileira.

Ao utilizar o conceito de Anderson (2008) para nação como ‘comunidade imaginada’, considera que os habitantes da região Sul não são portadores de uma nacionalidade específica. Somente ocorreria se, de fato, houvesse uma combinação de valores simbólicos como o cultivo de tradições culturais diferentes de outras regiões e que, entre si, fossem “[...] razoavelmente semelhantes, ou a percepção de uma determinada trajetória histórica relativamente uniforme, consubstanciando formas de representação inteiramente distintas e contrapostas àquelas que pretendem configurar o Brasil” (FALCÃO, 200, p. 291). A situação do Sul do país, para o pesquisador, não corresponde a esta combinação de valores, pois além da heterogeneidade da população na região, há, em diversos graus, grande identificação com o restante do país. Destaca ainda as diferenças entre os próprios estados

sulistas, como as formações históricas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que impediria de ‘estabelecer signos de identificação’ entre os mesmos. Reconhece que há uma necessidade de autonomia desses estados sulistas pelo motivo de não se considerarem integrados ao país e que, neste sentido, formam diversos subgrupos regionais.

Falcão (200, p. 293) relata um depoimento prestado pelo historiador Décio Freitas, que vê no separatismo o único caminho para o colonialismo interno, uma discussão a qual Falcão promove ao considerar que o Sudeste, especialmente São Paulo, é quem monopoliza o modelo de crescimento econômico, concentrando o poder na mão de minorias e “[...] concentra igualmente alternativas e oportunidades de acumulação e inversão de capitais, drenando-os em boa medida para o Sudeste”.

Este cenário, para Falcão, auxiliou a criação de uma tensão permanente no Rio Grande do Sul, o que não pode ser dito de Santa Catarina. Pois mesmo que se tenha prolongado aos catarinenses as disputas entre gaúchos e o Estado, foi em Santa Catarina a menor adesão nesses embates: além de manter relações mais íntimas com outros pontos do país, reafirmavam suas identidades culturais e não ampararam as tentativas de criação de uma história unificadora.

Para Falcão (2000, p. 295), o Sul ao mesmo tempo em que se coloca como diferente dos outros brasis, não “[...] constituiu um espaço muito propício para a criação de signos identitários unificadores de grande parte da população [...]”, o que não descarta a possibilidade de compartilhar os mesmos desejos e ter um ‘inimigo’ em comum, pois “[...] tampouco se definiu uma profunda e genuína identificação por parte de vários grupos desta mesma população com as premissas de uma cultura e nacionalidade brasileiras”. O inimigo referido era Getúlio Vargas, que durante o Estado Novo, por um viés autoritário, homogeneizador e excludente, instituiu a ideia de nacionalidade e cultura brasileira. Porém, não foi capaz de ‘produzir um efeito de esquecimento’ daquilo que as populações tinham como experiência histórica e afetiva acerca dela. Portanto, parte dos habitantes não foi convencido a aceitar a plena integração dessa comunidade política imaginada denominada Brasil. Em decorrência desses fatos, os descendentes dos imigrantes mantiveram vivas as lembranças, enquanto eram incorporados à sociedade brasileira, por vez e outra envoltos em embates culturais, mesmo durante as perseguições por parte das autoridades governamentais.

Conclui Falcão (2000, p. 296) que, em Santa Catarina, além da insatisfação política e fiscal, do desprestígio das instituições da União devido às denúncias de corrupção, dos preconceitos e regionais ou socioculturais, dos temores quanto aos efeitos dissolventes da globalização, existe um ambiente muito favorável entre segmentos das populações

catarinenses a acolher os discursos separatistas, visto os ressentimentos antigos ou novos que se encontram latentes. A representação do Sul como distinta histórica e culturalmente, para o pesquisador, é oriunda da imagem que os sulistas tem se esforçado para construir: de um povo que “[...] nunca teria se curvado diante das mais variadas adversidades”. Esses homens e mulheres sulistas revelaram-se aptos para um trabalho profícuo, para a vida ordeira, defendendo seus anseios de progresso e liberdade. Junto a essa imagem positivada dos sulistas há elementos simbólicos inerentes ao gauchismo e ao mito do imigrante bem sucedido, o que fortalece a percepção do sulista quanto a sua própria imagem.

O separatismo no Sul do Brasil, segundo Falcão (2000, p. 234), não deve ser taxado como um fenômeno marginal ou irrelevante, bem menos típico de minorias exóticas ou indivíduos desprovidos de inteligência ou propensos a fanatismos. Tudo o leva a crer que, como movimento orgânico mais ou menos bem estruturado, possui lideranças por vezes um tanto excêntricas com propostas pouco fundamentadas, mas existe uma problemática quanto a aceitação por parte de segmentos das populações sulistas — com destaque a Santa Catarina —, em inserir-se como parte dessa comunidade política imaginária batizada com o nome Brasil. Reforçando mais uma vez os motivos preconceituosos e de ressentimentos, defende que este não é um ato de veleidade, brincadeira ou perversão coletiva.

As aspirações separatistas corresponderiam a diversos fenômenos socioculturais, os quais foram “[...] arbitrariamente inventados, manipulados ou instituídos, em meio a conjunturas históricas específicas e com diferentes finalidades” (FALCÃO, 2000, p. 361). Portanto, o pesquisador, ao analisar os momentos de tensão ao longo da história do Brasil, constata que, na maioria dos casos, não houve intenção de criar um novo país separado do Brasil. Por isso, foram implementados projetos nacionalizadores — servindo a interesses políticos —, enfraquecendo assim, movimentos sociais que desestabilizassem a ordem nacional, sejam elas no intuito de nutrir sonhos ambiciosos de pertencer a um país menos heterogêneo e com problemáticas que exigem maior reflexão para sanar. Em síntese, Falcão (2000, p. 372) afirma que as refutações ao nacionalismo brasileiro por parte dos sulistas têm se mostrado conservadoras; porém, não justifica observá-las como um perigo recorrente à unidade do país.

## 2.4 O Sul é o Meu País: “aqui no Sul não gostamos de carnaval”

*“Here in the South, we do not like Carnival” Subnational Identity as a Political Strategy in Southern Brazil* — “Aqui no Sul, não gostamos de carnaval”: Identidade Subnacional como Estratégia Política no Sul do Brasil — a pesquisa explora o papel da identidade cultural subnacional no movimento separatista, utilizando o OSMP como estudo de caso. Sua expectativa era de que a alteridade cultural fosse a principal razão para os sulistas apoiarem as ideias separatistas, o que não se confirmou durante sua pesquisa de campo, mas afirma: ela forma a “cereja no bolo”.

Para Olst (2017, p. 5, tradução nossa) ficou claro que os adeptos ao OSMP não se sentem pertencentes a identidade brasileira e, para ilustrar o desejo separatista de assumir a (sub)nacionalidade sulista, destacou três das respostas obtidas nos questionários referente às motivações dos membros para apoiar o movimento: “Não me identifico com o estereótipo brasileiro [...]”, “Porque não me considero brasileiro [...]”, “Porque o Sul é o meu país e raramente me identifico com o resto do Brasil”. Essas afirmações dos entrevistados são alguns exemplos das muitas respostas que evidenciam argumentos relacionados às motivações emocionais, culturais e identitárias, contrariando os motivos racionais que estariam ligados à economia e à política, defendidas pelos membros como principais causas de apoio à causa. Olst acredita que a identidade sulista estaria ainda fortemente ligada à cultura dos imigrantes europeus que se fixaram na região Sul a partir do século XIX, juntamente aos valores culturais subnacionais do Rio Grande do Sul, como a ‘identidade gaúcha’.

A principal questão de sua pesquisa é compreender como o movimento OSMP “[...] utiliza a alteridade cultural da região sul do Brasil para mobilizar apoio a objetivos políticos” (OLST, 2017, p. 9, tradução nossa). Para respondê-la, Olst entrevistou líderes e membros da organização, coletou dados por meio da combinação de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, o que possibilitou comparar as diferenças entre as narrativas oficiais sobre a identidade subnacional cultural e as razões para apoiar o movimento. Com auxílio dos questionários que mesclaram perguntas fechadas e abertas, obteve 429 questionários respondidos — dos 125 mil questionários enviados por *e-mail* aos membros cadastrados no movimento. Como resultado, a pesquisadora esperava que os entrevistados respondessem de acordo com as ‘narrativas oficiais’ da liderança do movimento, porém não encontrou problemas com as divergências.

Entre os dados relatadas em sua pesquisa, Olst destaca a predominância dos homens no movimento: 90% dos questionários recebidos foram respondidos pelo público masculino, logo constata que há uma “[...] distribuição desigual da proporção homens/mulheres dentro do movimento” (OLST, 2019, p. 12, tradução nossa). Outro detalhe observado foi a recorrência do tema ‘educação’ durante as entrevistas, que acabou não abordando em sua pesquisa por seguir o roteiro já estabelecido antes mesmo de receber as respostas dos questionários. Porém, observa que o tema proporcionaria dados importantes a sua pesquisa. Verificamos que este é um assunto amplamente discutido nos vídeos do ‘Mateando com o Sul’ junto de outros argumentos emocionais que fomentam as mitologias criadas pelo OSMP.

Como discussão teórica, OLST utiliza conceitos de nação Guibernau (2013), aplicando às narrativas do OSMP as cinco dimensões propostas — psicológica, cultural, territorial, política e histórica. Também recorre a Anderson (2008) que pensa a nação como ‘comunidade imaginada’. Para a concepção dos conceitos de Estado-nação e de (sub)nacionalismo utiliza a definição de nacionalismo de Gellner, formulada por Leerssen (2006, p. 175), onde o nacionalismo se torna uma tentativa de “[...] mapear fronteiras políticas em fronteiras culturais”. Esses conceitos lhe permitem o desdobramento dos estudos sobre o nacionalismo em (sub)nacionalismo como um estudo acerca dos conflitos entre fronteiras culturais e políticas. Entre o regionalismo e o (sub)nacionalismo, mantém a “[...] ideia de que o (sub)nacionalismo fornece uma formulação mais clara para o sujeito, porque destaca um subgrupo num Estado-nação que formula a sua identidade local como fundamentalmente diferente da identidade nacional única promovida pelo Estado-nação” (OLST, 2019, p. 9, tradução nossa).

Olst compara os processos de nacionalismo e identidade nacional na Europa e na América Latina, em função do histórico entre colonizador e colonizado, que os aproxima e os difere ao mesmo tempo. As diferenças explicadas por Anderson permeiam a linguagem — um fator que o autor afirma não ter afetado tanto a América Latina — e a ascensão da classe média na Europa, fundamental ao nacionalismo. Portanto, “[...] a criação da identidade nacional na América Latina tornou-se principalmente uma questão de elites estatais e intelectuais” (OLST, 2019, p. 16, tradução nossa). E por consequência, a América Latina tornava-se o Outro, uma periferia do Eu Eurocêntrico. Essa contraposição de identidades revelou os papéis de um em relação ao outro, em que a Europa como centro, deteve características essenciais para o desenvolvimento de sua identidade nacional, assim como para a América Latina, como periferia, inferior ao Outro europeu — vista dessa forma principalmente pela elite latino-americana. Larrain (2000) delimita essa visão pessimista até

a segunda metade do século XIX, baseada na noção de que as opiniões e afirmações do Outro sobre o Eu possibilitou a Europa a criação de estereótipos negativos sobre o Eu latino-americano, os quais foram internalizados na formação da identidade nacional.

Olst confere ainda à literatura e à poesia, entre outros meios de comunicação, importante função como processos condutores da identidade nacional, pois são instrumentos para criação de ‘narrativas nacionais’. O ato de partilhar suas histórias, costumes e culturas derivados dessas narrativas é discutido no contexto das identidades nacionais e da invenção das tradições, tal como discutido por Hobsbawm e Ranger (1983).

A mídia de massa moderna, segundo a pesquisadora, também desempenha importante papel na construção da nação, ainda mais quando a classe média latino-americana está em ascensão e, junto dela, a influência da cultura popular. Esses fatores contribuem para que ocorra uma mudança no imaginário social e na construção da identidade nacional. Olst (2019, p. 17) cita Radcliffe e Westwood (1996) ao afirmar que “[...] a cultura popular serve como um instrumento para renegociar as narrativas oficiais da identidade nacional, que são frequentemente formuladas por um grupo de elite da sociedade”.

Sobre civismo e (sub)nacionalismo étnico, frisa que os processos de construção da identidade nacional são baseados na inclusão e exclusão, pois “[...] a nação como projeto político baseia-se na exclusão do Outro da comunidade que forma o Eu” (OSLT, 2017, p. 18, tradução nossa). O conceito de cultura cívica (ALMOND; VERBA, 1968) fundamenta a importâncias das crenças em uma comunidade como forma de desempenhar seus deveres cívicos, parte da narrativa cultural estudo de caso de Olst.

Olst promove um debate no campo do (sub)nacionalismo quanto ao uso das identidades culturais como estratégia de mobilização política. Demonstra que o Estado brasileiro segue uma lógica descentralizada, obedecendo uma divisão de três níveis de governo — federal, estadual e municipal —, implementado na Constituição de 1988. A lógica, por sua vez, é quebrada quando movimentos separatistas como o OSMP criam argumentos utilizando a alteridade cultural para justificar a insatisfação do grupo em relação a construção da estrutura Federal brasileira. Olst destaca ainda que, em outros países, são reconhecidos apenas os níveis federal e estadual, diferentemente do que ocorre no Brasil, que permite aos municípios acesso a instrumentos para tomada de decisão, orçamentos e órgãos administrativos. Ela observa, por meio das análises de Falleti (2010), que os processos de descentralização no Brasil proporcionaram um aumento de poder político municipal, que é um dos resultados desejáveis do separatismo: a descentralização. Logo, a pretensa reforma do pacto federativo pelos separatistas sulistas lhe parece uma busca além do sentido da

autonomia, pois o poder administrativo, fiscal e político não é o suficiente, desejam também o poder territorial, além do poder cultural:

Apesar da transferência de formas tangíveis de poder para o nível local neste tipo de governo, a identidade nacional construída no nível federal ainda é o **poder cultural** dominante na federação. Este argumento emotivo relaciona-se com a ideia de que o Estado federal continua a ser o Outro contra o qual o Eu subnacional se contrasta, provocando a dualidade de apelos ao separatismo num Estado federal descentralizado. (OLST, 2017, p. 19, grifo do autor, tradução nossa)

O movimento Sul é Meu País embora questione a estrutura administrativa brasileira, possui uma organização semelhante, obedecendo uma divisão de três níveis: um conselho nacional (Comissão ou Diretoria Nacional), comitês regionais (Comissões Regionais) e comitês municipais (Comissões Municipais). Olst (2017, p. 30) destaca ainda outra semelhança: “[...] o nível mais alto desta estrutura é chamado de Diretoria Nacional”.

Nem todos os (sub)nacionalismos defendem a independência, mas afirma que o caso do OSMP não é incomum. A pesquisadora destaca a importância de dois fatores descritos por Eaton (2014) para que ocorra com sucesso as mobilizações de identidades subnacionais como estratégia política: o enquadramento em oposições binárias — colonizador versus colonizado, nós versus eles, negro versus branco, etc — e a mobilização de estruturas por empreendedores políticos. Para demonstrar o ‘caminho’ percorrido pelos grupos subnacionais a se tornarem secessionistas, OLST se embasa nos três passos definidos pelo professor — de ciências políticas da Universidade de Heidelberg — Subrata Mitra (1995, p.70): “(1) estabelecer a agenda, (2) adesão de empreendedores políticos ao movimento, (3) as partes interessadas ‘menos aventureiras’ se alinham com o movimento”. Lembrando que o OSMP ainda não fez a transição de ONG para partido político, acredita que está prestes a fazê-lo, por este motivo, aplica o estudo que Mitra propôs ao Sul da Ásia.

Olst fala sobre a construção da identidade brasileira, resgatando aspectos históricos que datam o período da Independência do Brasil. Dom Pedro I é considerado um importante ator modernizador, contrastando a ideia de inferioridade que se fazia da América Latina como todo. A centralização do poder, assim como a concentração da economia e a unificação dos Estados era visto por ele e as elites brasileiras como formas de modernizar a nação; logo, ações como o ‘branqueamento’ da população por meio dos imigrantes europeus foi uma das medidas tomadas logo cedo. Porém, a miscigenação ocorreu por diversos grupos étnicos, acontecendo o que Lesser (2013, p. 4, tradução nossa) ilustra ao falar de um habitante da cidade de São Paulo “[...] o paulistano (residente da cidade) é um japonês que fala português



com sotaque italiano comendo uma esfiha (um prato tipo pizza coberto com carne e vegetais comuns no Oriente Médio)”.

Para explicar como o Brasil se tornou um ‘país de todos’, Olst relembra o senso de inferioridade ocorrido no passado, e que no século XX houve a substituição desse pensamento pela ‘vontade de modernizar’, construindo uma identidade nacional brasileira. A Revolução de 1930, contrariando as crises econômicas e políticas, apostou na centralização e na unificação, eliminando toda e qualquer forma de identidades subnacionais durante a época, suprimindo-as. Um dos episódios mais marcantes observados pela autora, foi a queima das bandeiras estaduais — outro instrumento de construção de identidade, usado por Olst ao comparar o simbolismo de nacionalidade (bandeira do Brasil) e a (sub)nacionalidade, pela bandeira rio-grandense — ato do presidente Getúlio Vargas, que no lugar, hasteou vinte e uma bandeiras do Brasil ao som de um coral de crianças cantando o hino nacional. Os intelectuais também concordavam que o Brasil somente se tornaria moderno se antes se tornasse um país nacional; para isso, reconfiguraram o currículo escolar, além de enfatizar a herança cultural, as tradições e as expressões culturais. Após a derrubada de Vargas, os militares deram sequência com as políticas centralistas e nacionalistas, acentuadas pelo regime do Estado Novo. Destaca ainda o papel dos militares com a popularização dos meios de comunicação de massa, que causaria um impacto considerável ao desenvolvimento da identidade brasileira, por ter inserido na programação a ideia de brasilidade.

Em contraposição ao nacionalismo, Olst trabalha as identidades subnacionais brasileiras com foco no estado do Rio Grande do Sul, que devido à “[...] distinção do processo de formação identitária [...] e à influência que essa identidade particular teve sobre as identidades subnacionais dos vizinhos Santa Catarina e Paraná através dos fluxos migratórios,[...] servirá como exemplo para a alteridade da Região Sul” (OLST, 2017, p. 24, tradução nossa). Conferindo ao estado gaúcho o título de ‘estado mais sulista do Brasil’, retoma seu histórico de conflitos contra o Poder Central a partir da Revolução Farroupilha — *Ragamuffin War* —, interpretando-o como uma “[...] reação direta contra as políticas centralizadoras criadas em nível político e econômico pelo Estado central” (OLST, 2017, p. 25, tradução nossa). Passa pelo término da República Velha (1889-1930) — o início da era Vargas — onde destaca o processo de centralização do Estado e a criação de uma identidade nacional, que teve continuidade pelos militares até 1980. Esse período compreende também o início dos movimentos sociais que, nos anos 1970, deram por meio da luta de ‘ativistas ambientais e o grupo de direitos gays’ a abertura necessária para o “[...] renascimento do

interesse pelas identidades culturais subnacionais, incluindo a identidade gaúcha no Rio Grande do Sul” (OLST, 2017, p. 25, tradução nossa).

Para Olst (2017), essa abertura possibilitou a popularização da cultura gaúcha, assim como a figura do gaúcho. Ao contar a origem dessa figura caricata como um sujeito rural, questiona como ele se tornou um ícone urbano, tendo seus produtos culturais — chimarrão, erva mate, uso de trajes tradicionais, assim como a música e a dança — expandidos aos grupos de classe média nos anos 1990. O ‘gaúcho’ não é exclusividade da região Sul brasileira, como um sujeito de fronteiras, está presente em outros países sul americanos. Ao gaúcho brasileiro, refere-se àquele que está “[...] exclusivamente ligado a um estado: o Rio Grande do Sul”, já o gaúcho argentino e uruguaio não representa uma região de seus países mas é visto como um “ícone nacional”. A ‘auto-identificação’ do gaúcho é para Olst (2017, p.26, tradução nossa), um “[...] marcador cultural da identidade subnacional do Rio Grande do Sul.” Para demonstrar a importância dessa figura na identidade sulista, analisa o gaúcho brasileiro definido por Érico Veríssimo — autor rio-grandense, enquadrando às cinco dimensões que fazem parte do (sub)nacionalismo:

refere-se a uma história e cultura partilhadas, às dimensões históricas e culturais do nacionalismo; [...] evoca uma memória da vontade da comunidade imaginada[...] de optar por pertencer ao império português e não ao espanhol; [...] conceptualização do Rio Grande do Sul como sendo o Estado fronteiriço para sempre; [...] alteridade baseado na localização geográfica no limite do Estado-nação brasileiro; [...] combinação de razões baseadas no fato de serem brasileiros **por escolha** e a localização geográfica da Região; [...] sofrimento do povo do Rio Grande do Sul pelos benefícios do Brasil como Estado-nação, embora economicamente mais do que militarmente nos últimos dias" (OLST, 2017, p. 26, grifo do autor, tradução nossa)

Conclui Olst (2017, p.27, tradução nossa), que o renascimento da cultura gaúcha é, em partes, encontrada no “anseio por um passado glorioso” uma característica atribuída ao (sub)nacionalismo, assim como também uma oposição à “centralização dos processos de identidade nacional”.

Os imigrantes europeus, assim como a figura homônima dos habitantes do Rio Grande do Sul, também influenciaram diretamente a identidade cultural no Sul. Considerados ‘imigrantes perfeitos’, o tipo ideal seria o europeu acostumado à agricultura e ao ‘branco suficiente’, porém, o perfil baseado nos suíços fracassou e, com isso, imigraram europeus de língua alemã e majoritariamente protestantes, ao invés de católicos, como desejado. Realocados para as áreas próximas à fronteira argentina, no intento de proteger as terras,

acabaram por ser isolados dentro de espaços que circulavam apenas elementos de sua própria cultura, sem contato com a nova identidade nacional. De forma similar, assim se deu o processo de adaptação dos italianos e japoneses que chegaram mais tarde. Além da imigração dos europeus para a região sul, é importante mencionar o fluxo de migração de gaúchos para o oeste catarinense, ao oeste e sudoeste do Paraná.

Em uma breve análise sobre o objetivo do OSMP, incluindo missão “Viabilizar a emancipação política e administrativa dos três estados do sul do Brasil de forma pacífica e democrática [...]”, visão “Ser reconhecido como o Movimento que possibilitou a união dos três estados em uma nação soberana[...]” e valores “Determinação, democracia, ética, transparência e comprometimento [...]”, Olst (2017, p. 35, tradução nossa) expõe algumas contradições. Sua pesquisa apontou que entre os motivos mais importantes para apoiar o movimento, estão os argumentos econômicos e fiscais, mas os mesmos não são mencionados na missão da organização, que apenas lista a emancipação política e administrativa para os três estados. Reconhece os esforços democráticos da organização e pelo plebiscito consultivo; porém contesta a pacificidade, pois recorda o chamado a novos membros ‘revolucionários pacifistas’, além da violência *online* que ocorre por meio de alguns membros. Compatível aos valores, Olst cita a bandeira do movimento, que sobre o fundo azul, em igual tamanho estão três estrelas, representando a igualdade dos três estados, além da possibilidade de haver uma capital por estado.

Como atividades externas, são mencionadas as ações por meio das redes sociais, que além de compartilhar conteúdos, um “*Self* sulista é assumido. Isso fica claro pela constante referência a frases como **nós, sulistas**, por exemplo” (OLST, 2017, p. 37, grifo do autor, tradução nossa). A capacidade de mobilização do movimento — devido a grande quantidade de seguidores e suas atividades nas principais plataformas que formam as redes sociais, bem como nas mídias tradicionais — “[...] confirma a ideia de Anderson sobre a importância da mídia de massa na construção de uma identidade popular (sub)nacional” (OLST, 2017, p. 37, tradução nossa).

“Aqui no sul, não gostamos do Carnaval” é para os habitantes da região Sul uma expressão comum de se ouvir. Trata-se de uma das diferenças entre a cultura ‘brasileira’ e a cultura sulista, comumente pronunciada em épocas de carnaval. Há julgamentos dos sulistas quanto ao investimento do Governo neste evento e, por isso, tão comum quanto a negação ao carnaval são os discursos de que “[...] o Sul trabalha enquanto os outros brasis festejam [...]”, que “[...] as verbas públicas seriam melhor investidas se os recursos fossem destinados à segurança, saúde e educação [...]”, etc... No caso de Olst, essa foi uma das respostas recebidas

no questionário aberto que aplicou. Embora não tenha se mostrado o principal motivo, “[...] a alteridade cultural e a identidade da região desempenham um papel em suas narrativas e discursos” (2017, p. 44, tradução nossa).

Os separatistas, segundo Olst, atribuem grande variedade de valores e características ao conceito de povo sulista, complementado na relação binária entre o *Self* sulista e o Outro brasileiro. Selecionando conceitos e aspectos culturais dos documentos e materiais publicados pelo OSMP, a pesquisadora levantou evidências de como os separatistas se percebem como povo da Região Sul: referem-se ao Brasil como América Portuguesa, apoiam a democracia participativa e a estrutura horizontal de poder administrativo, estão abertos para as culturas europeias — não portuguesas — e ao patrimônio indígena.

A aceitação de outras culturas na região é um aspecto ao qual a liderança catarinense tentou apresentar a Olst como parte da identidade sulista. Em conversas informais com as lideranças do movimento, Olst ouviu que há críticas sobre o OSMP ser ‘um movimento étnico’ e que isso seria uma informação falsa. Os separatistas justificam-se por se considerarem abertos a outras culturas, por receber ativistas de toda e qualquer origem ou classe, desde que estejam dispostos a construir um novo Estado. Baseando-se na miscigenação de culturas citada pelos ativistas na ‘Carta de Princípios’, Olst reconhece como verdade a absorção de alemães, italianos, poloneses, russos que chegaram por volta de 1830, misturando-se aos que aqui — evidenciam os separatistas — “[...] já tínhamos misturados com os africanos, com os guaranis, os espanhóis e os franceses”.

Como curiosidade de sua pesquisa de campo, Olst revela que todos os entrevistados possuem ao menos um lado da família com antepassados europeus, relacionando o papel das culturas mistas ao patrimônio europeu — não português — na cultura sulista. Além da língua, as influências europeias são proeminentes tanto nos sobrenomes quanto na gastronomia. Além da cultura europeia, destaca a pesquisadora, também há influências indígenas, principalmente nas narrativas e discursos oficiais, pois a “[...] herança indígena do povo guarani na Região Sul, é frequentemente enquadrada pelo movimento nas narrativas de resistência e opressão contra o poder central que explora a região” (Olst, 2017, p. 47, tradução nossa).

Viajando com um dos membros por Santa Catarina, Olst era informada de que na região havia territórios indígenas que hoje são pontos turísticos. Em entrevista, um dos membros do movimento relatou a Olst (2017, p. 47) que os portugueses não conheciam os indígenas do Sul, tratando “[...] os nossos guaranis do sul [...]” como animais, encarcerando e matando “[...]o nosso povo do Sul”.

Interpretando as respostas sobre a cultura sulista dadas pelos membros, a pesquisadora verificou que nem sempre pensam de acordo com as lideranças. Questionados sobre as diferenças culturais da Região Sul em relação ao resto do Brasil — se consideravam a cultura de sua região muito diferente ou não —, 59,2% dos membros responderam que sim, concordando com as lideranças. Para a pesquisadora a confirmação já era esperada, demonstrando que o movimento se enquadra em uma suposta alteridade cultural da Região Sul em relação ao resto do Brasil. Porém, as respostas em relação a nomenclatura adotada pelas lideranças em relação ao Brasil como América Portuguesa, parece não ser tão importante para os membros, pois a maioria, 55,5% prefere Brasil. A grande maioria confirmou que a ideia de democracia participativa é uma característica da cultura sulista, assim como 54,1% dos membros também atribuíram a estrutura governamental horizontal à cultura sulista. O Paraná nessa questão, foi o estado com maior apoio a essa ideia — 77% dos entrevistados. Para Olst, o percentual corresponde aos anseios de justiça que estavam em evidência no período em que o juiz Sérgio Moro liderava de Curitiba as investigações sobre corrupção no governo do partido dos trabalhadores.

Em Santa Catarina pouco menos da metade dos entrevistados considerou que a abertura para a diversidade cultural seja uma característica apenas dos sulistas. O que é ‘notável’ aos olhos da pesquisadora, que ao entrevistar líderes do movimento, ouviu por diversas vezes assuntos relacionados ao patrimônio guarani e o patrimônio português. Cerca de 20% dos entrevistados considera como pertencente às duas culturas, que está alinhado ao sentido de que o Brasil é um país misto — discurso esse de vários governos centrais, como o *slogan* do governo Lula ‘Brasil, País de Todos’. Um índice altíssimo de entrevistados (77,5%), concordam que a herança europeia — não portuguesa —, é um atributo do patrimônio sulista, tanto que um dos entrevistados confirmou dizendo que por vezes, se sentia mais ucraniano do que brasileiro. Quanto ao patrimônio indígena, as respostas foram controversas.

A especificidade do tema relacionado à identidade indígena foi um assunto que surgiu por parte de membros catarinenses, não estava no escopo dos questionários, pois a diversidade que Olst se referia incluía a herança asiática e africana. Raramente atribuído com exclusividade à cultura sulista, o patrimônio indígena — guarani, especificamente — foi uma conexão com a cultura sulista feita por membros catarinenses em entrevistas e conversas informais, porém os questionários demonstram que a herança indígena corresponde a 15,7% dos entrevistados catarinenses. Do total de questionários, 31,1% dos entrevistados acreditam que o patrimônio indígena corresponde tanto ao Brasil quanto aos sulistas; 28,8% afirmam

que não faz parte da cultura sulista ou brasileira e 22% assumem a cultura indígena como característica do Sulista.

Verificando as influências culturais dos entrevistados, Olst solicitou que indicassem de onde suas famílias se originaram até a geração dos avós. Quem tem antepassados que nasceram fora do Brasil, são de origem alemã ou italiana, mas a maioria das famílias dos entrevistados nasceu no Brasil, mais precisamente na região Sul. Portanto, “[...] o patrimônio e as tradições a que a maioria dos entrevistados se refere em suas respostas são tradições transmitidas a eles de uma maneira diferente da exposição direta a esses elementos culturais no país de origem” (OLST, 2017, p. 52, tradução nossa). Porém, não descarta que esse patrimônio cultural ligado a um ‘passado glorioso’ seja uma base importante para a construção dessa identidade sulista, ou (sub)nacional como enfatiza Olst.

Para completar, Olst solicitou que os membros escrevessem quais eram as diferenças entre a cultura subnacional nos três estados do Sul em comparação ao restante do Brasil. Foram setecentos e vinte e nove respostas, vindas de duzentos trinta e sete respondentes. As respostas foram divididas em oito categorias: Expressão cultural e gastronomia artísticas; carácter subnacional; imigração, colonização e etnia; cosmovisão e ideologia; língua; clima e geografia; organização administrativa. Mesmo que essas respostas não representem todos os membros, interessa a pesquisadora explorar as narrativas além da oficial utilizada pela liderança do movimento. A mesma combinação de respostas também foi articulada dentro dos pressupostos de ‘apoio’ ao movimento descritas por Deucher no livro sobre o OSMP.

FIGURA 1 - TABELA DE DIFERENÇAS CULTURAIS ENTRE O SUL E O RESTO DO BRASIL

Diferenças categorizadas por Olst			Fatores oficiais de apoio pelo OSMP		
<i>Categorias</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>	<i>Categorias</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
Expressão cultural e gastronomia artísticas	248	34,0%	Cultural	566	77,6%
Carácter subnacional	225	30,9%	Econômico	17	2,3%
Imigração, Colonização e etnia	81	11,1%	Geográfico	25	2,3%
Cosmovisão e ideologia	71	9,7%	Histórico	56	7,7%
Língua	64	8,8%	Moral	3	0,4%
Clima e geografia	24	3,3%	Político	40	5,5%
Organização administrativa	16	2,2%	Social	22	3,1%
<b>Total</b>	<b>729</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>729</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado de Olst (2017, tradução nossa)

Como diferenças de expressão cultural, foram listados a aversão ao carnaval, afinidades com as tradições gaúchas — chimarrão e trajés típicos —, herança cultural alemã e italiana, músicas e danças, todos colocados como costumes tradicionais praticados pelos sulistas. No caráter subnacional, foi mencionado o valor do trabalho como atributo aos três estados — parte da herança protestante adquirida pelos imigrantes alemães, evidenciado também no livro de Deucher. Olst (2017, p. 54) ainda cita o argumento de um entrevistado que credita ao luteranismo tais valores morais e éticos na formação do sulista, assim como enfatiza a importância da participação ativa dos cidadãos na sociedade, correspondendo ao caráter de organização administrativa. A categoria migração e etnia se referem à migração e aos antepassados europeus não portugueses na região como característico do Sul. Conclui Olst que os entrevistados concordam com as narrativas oficiais que o movimento produz sobre a cultura sulista, o que era esperado por ela. Entretanto, observa que “[...] os argumentos culturais são por vezes minimizados nas narrativas oficiais do movimento, uma vez que as narrativas oficiais se concentram em argumentos econômicos e políticos, especialmente quando se destinam a recrutar novos membros” (OLST, 2017, p. 55, tradução nossa). A pesquisadora acredita que, como o movimento busca demonstrar-se transparente e democrático, prioriza evidenciar essas características ao invés das questões culturais e étnicas, o que leva a associar a movimentos mais radicais que foram ativos no passado.

Oito razões para apoiar O Sul é Meu País: são esses os fatores explicados no *site* e no livro auto-publicado do OSMP para apoiar sua causa. Olst utiliza os mesmos fatores para discutir os resultados de sua pesquisa de campo. Sem saber se os fatores eram organizados por relevância, a pesquisadora optou por listá-los em ordem alfabética: fatores culturais, fatores econômicos, fatores fiscais, fatores geográficos, fatores históricos, fatores morais, fatores políticos e fatores sociais. Nos questionários aplicados, o fator econômico foi selecionado o mais importante nos três estados, seguido dos fatores políticos e o fator cultural em terceiro lugar, com 42% das intenções de apoio ao movimento.

No Rio Grande do Sul houve baixa adesão aos fatores culturais e históricos, contrariando as expectativas de Olst (2017, p. 58), que o considera “[...] um estado com uma história distinta e uma memória viva de independência, bem como uma forte identidade cultural subnacional, que ainda é importante tanto nas narrativas populares quanto nas oficiais do estado de hoje”. O fator fiscal (71,6%) e o fator político (71,2%) atingiram maior percentual, o fator cultural (39,8%) ficou em terceiro.

Os catarinenses assim como os gaúchos, consideram os fatores fiscais (73,2%) e os fatores políticos (67,5%) entre os três principais motivos. O fator geográfico que para os gaúchos é de 7,7% — o que surpreende a pesquisadora por considerar que, como estado de fronteira poderia elencar esse fator com certa relevância —, para os catarinenses têm maior importância, alcançando terceiro lugar (50%), confirmando o que presenciou durante as viagens narradas por um membro do movimento que “[...] referiu-se ao seu ambiente natural, às colinas, às linhas de costa e à vegetação como parte da forma como ele emoldurava sua identidade subnacional e como ele imaginava sua comunidade na Região Sul e em Santa Catarina especificamente” (OLST, 2017, p. 59, tradução nossa).

O Paraná compreende o menor número de participantes da pesquisa, representam 13% da amostra, o que reflete a distribuição do movimento no estado. Porém, o papel dos fatores fiscais (76,8%), políticos (60,7%) e culturais (51,9%) são os três principais fatores de apoio. O que surpreendeu Olst (2017, p. 59), pois “[...] no Paraná se identificam relativamente mais fortemente com o argumento cultural do movimento, o que está em linha com as impressões que obtive de entrevistas e conversas com membros locais que enfatizaram sua ascendência européia não portuguesa”. Mesmo sendo um grupo pequeno no Paraná, a pesquisadora considera que a causa é fortemente apoiada com uma alteridade subnacional mais forte do que nos dois outros estados sulistas.

Algumas das respostas na entrevista não puderam ser classificadas dentro das oito categorias, gerando subgrupos. Além do mais, os membros mesclaram as razões para apoiar o movimento, gerando razões culturais baseadas no patrimônio, outras em cultura cívica, por exemplo. Ao tentar rotular essas respostas, Olst percebeu o quanto era discrepante a interpretação dos fatores morais entre a liderança do movimento e as interpretações dos entrevistados. De acordo com as narrativas oficiais do movimento, os fatores morais estão relacionados ao Governo e as investigações quanto a corrupção, já para os membros, este assunto enquadra-se mais em uma razão política.

O funcionamento do Sul como um novo país, se assemelha aos desejos de um empresário. Argumentam os separatistas que os municípios não necessitam de um prefeito no sentido político, mas precisará de um administrador, para que o município funcione como uma empresa. A pesquisadora considera essa visão dos separatistas como uma ‘interpretação empreendedora do Estado’.

Além do mais, os membros revelaram-se conservadores quanto aos valores tradicionais e o papel da família. Estende-se ao papel da educação a visão tradicional e familiar, pois para os separatistas, a educação no Brasil tem priorizado ideologias comunistas



que são contra os valores religiosos, familiares — ferindo os valores dos membros separatistas que são a favor da família ‘tradicional’, igreja cristã e assim por diante. Olst (2017, p. 65) contesta o posicionamento do OSMP como um movimento apolítico, pois identificou preferências — dos membros — por uma política de direita, “com ênfase em uma visão empreendedora sobre governança e visões conservadoras sobre política social”.

Concluindo, Olst percebe por meio de dados fornecidos por sua pesquisa que O Sul é o Meu País se enquadra atualmente como um movimento transparente e democrático, inclinado para a ‘Direita política’ enquanto busca se afastar de movimentos predecessores mais radicais. Porém, notou nas entrevistas e conversas com os membros “[...] a expressão de fortes estereótipos negativos de outras regiões do Brasil, mais notavelmente sobre a região Nordeste” (OLST, 2017, p. 70). Em resposta a questão de sua pesquisa — como o OSMP utiliza a alteridade cultural da região sul do Brasil para mobilizar apoio a objetivos políticos? —, descobriu que as narrativas oficiais do movimento indicam alternância do Eu Sulista contra o Outro brasileiro, enquadrada como alteridade cultural, mas também como alteridade cívica, revezando entre a herança europeia não portuguesa e a moral cívica sulista. Lembra que o (sub)nacionalismo vai além dos motivos racionais, baseando-se em razões emotivas, como a “[...] herança compartilhada e a identificação cultural com a comunidade imaginada” (OLST, 2017, p. 71, tradução nossa). Mesmo que a identidade cultural subnacional — enquadrada como razão cultural — não seja o principal motivo de apoio ao movimento, é de grande importância, forma a ‘cereja no topo’ da narrativa desse movimento, pois em sua opinião é o motivo que faz distante o Sulista do Outro brasileiro ‘problemático’. Por fim, questiona se há possibilidade de imaginar uma nação sem um Estado, assim como imaginar um Estado sem nação. Acredita que a situação instável da política e da economia brasileira no período em que realizou sua pesquisa, é “[...] a garantia de uma continuação de tradições (inventadas) através da existência de um Eu que contrasta com o Outro problemático, cria esperança para o futuro em tempos incertos para os apoiadores de O Sul É O Meu País” (OLST, 2017, p. 71, tradução nossa).

### 3 AS INVENÇÕES DE UMA TRADIÇÃO SEPARATISTA SULISTA

Em meio às condições de revoltas experienciadas no Rio Grande do Sul, surgiu durante a guerra do Paraguai uma iniciativa de cunho cultural em Porto Alegre. Fundando em 1868, a Sociedade Parthenon Literário que tinha como propósito organizar a vida literária dos rio-grandenses. Uma sociedade formada por um conjunto de intelectuais conhecidos como “a geração Partenon” foi responsável por enaltecer de forma romantizada a figura do gaúcho, o cenário campeiro, seu folclore e a história do estado. O Partenon organizou os elementos para orientação da literatura regional que compreendia o aproveitamento do “tipo local, exploração da paisagem e da natureza, invocação da história, em especial, dos feitos heroicos e guerreiros, dos costumes, lendas e histórias do espaço rio-grandense” (MOREIRA, MOREIRA, PÓVOAS, 2018, p. 9).

Motivados a iniciar sua educação replicando os moldes do romantismo, os gaúchos criaram um discurso cultural onde os distinguiu do restante dos brasileiros. O reencantamento com as paisagens locais e seu povo lhes dava convicção necessária para formar uma identidade regional como nação, que deu início também aos ideais separatistas. Essa produção literária sugeria uma diferenciação entre os rio-grandenses e os demais integrantes da nação brasileira, e mesmo que a literatura produzida no Rio Grande fosse brasileira, “a marca local de que se revestia trouxe consequências a seus autores, uma vez que enfatizou um certo ar separatista, de cuja aura até hoje parece que a literatura rio-grandense procura se libertar ou pelos menos justificar suas peculiaridades” (MOREIRA, MOREIRA, PÓVOAS, 2018, p. 9).

Embora a Sociedade Partenon tenha sido precursora da exultação gaúcha, somente em 1898, com o surgimento da primeira agremiação tradicionalista, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, obteve-se uma organização quanto aos ritos festivos e outras atividades ligadas ao culto das tradições “por meio de representação de atos, tais como canções populares, danças, exercícios e mais práticas dignas, em que os executores se apresentem com o traje e utensílios portáteis, tais como os de usos gauchescos” (JACQUES, 1979, p. 56). O autor, além de enfatizar este culto como centro de convivência, disseminava em seu discurso que as tradições gaúchas eram uma questão de uma “evolução natural” de seu povo, deixando a entender o distanciamento estabelecido a outras regiões.

Oliven (1991, p.40) aponta dois aspectos comuns para princípio deste culto às tradições gaúchas, “a presença do campo” e a “figura do gaúcho”. Este é o personagem que já não mais se assemelha à imagem marginal e errante que no passado foi transformado em

peão de estância. Uma nova imagem do gaúcho se fez diante do modelo criado pelos agremiados: “a criação do herói regional, o gaúcho, ‘centauro dos pampas’, de valor físico e moral; aderiram ao plano republicano, promovendo o Rio Grande como o espaço de exercício da liberdade e da fraternidade” (MOREIRA, MOREIRA, PÓVOAS, 2018, p.10).

Absorvido e enraizado na identidade dos rio-grandenses, o imaginário desse gaúcho despertou o anseio de recriar sua experiência. Foi em 1954, por iniciativa de estudantes secundários, que ocorreu a formação de um Centro de Tradições Gaúchas. Aos sábados à tarde, em um galpão improvisado na casa dos pais, se reuniam em semicírculo e tomavam o mate, compartilhando entre si os hábitos do interior, que segundo Oliven (1991, p.43) “queriam recriar o que imaginavam ser os costumes o campo e o ambiente das estâncias”. Esse cenário onde os jovens retomam os hábitos daquele gaúcho visto como “centauro dos pampas”, pouco se difere da tentativa dos separatistas que tem reinventado a roda de chimarrão no intuito de resgatar sua versão da história e seus ritos, assim, fortalecendo e renovando suas mitologias.

Porém, o histórico da bebida antecede a essa figura do gaúcho. O consumo da erva mate advinda dos tempos indígenas, perdurou mesmo com a dominação jesuíta, pois deram continuidade ao cultivo da erva e consumiam também os padres, o que mudou foi a forma de consumir no decorrer das gerações. É destacado por Oliven (1991, p. 41) como característica do processo de constituição do gaúcho “essa dialética entre velho e novo, passado e presente, tradição e modernidade”, concordando com o que Hobsbawm (1984) entende por invenção das tradições.

O mate inicialmente era consumido pelos indígenas da tribo Guarani, que até onde se conhece, “estabeleciam suas relações com a erva a partir de elementos imateriais, sendo utilizada como um ‘elo’ que ligava o mundo material ao espiritual, ou como um elemento que facilitava a comunicação com o sobrenatural” (CONTINI, 2006, p.20, apud ROA et al., 2008, p.17). Ao frequentar os ervais nativos para se curarem de seus males, pouco poderiam imaginar que ali iniciava-se uma tradição “pois, escolhidas as folhas, obtinham a sua infusão e a ‘distribuíam entre si em uma cuia, que passava, de mão em mão, ou de bôca em bôca’... assim dando início à solene roda de chimarrão dos gaúchos brasileiros” (THOMÉ, 2011, p.57). Na atualidade, o mate é um hábito dos gaúchos que se estendeu a algumas regiões catarinenses e faz parte dos rituais de Centro de tradição Gaúcha espalhados por todo Brasil, tornando-se assim, “uma tradição, uma espécie de resistência cultural espontânea” (Pereira et al., 2004, p. 9).

Institucionalizado pelos gaúchos, a roda de chimarrão se configura como uma

questão cultural e de preservação da própria identidade. Da mesma forma que os “povos indígenas constroem uma relação mitológica com o seu território como expressão de sua própria identidade e têm um enraizamento simbólico diferenciado com o mesmo” (ROA et al., 2008); também o fazem os rio-grandenses. É por recriar essa relação de forma mitológica com o preparo e o consumo do mate, com quem compartilham enquanto ouvem as canções tradicionalistas forjadas no romantismo literário dos agremiados, que o mate se torna tão característico da região e, assim, é absorvido também pelo movimento separatista sulino.

Tomar chimarrão é, para os “mateadores”, um gesto de hospitalidade e amizade que aproxima pessoas. “Cevar o mate é aproximar as pessoas em uma roda de chimarrão, fazê-las conversar entre si e envolvê-las em uma micro comunidade ao redor de uma cuia e de uma chaleira”. (THOMÉ, 2011, p.58). O mate, ao reunir duas ou mais pessoas, é como um ato de comunhão, celebrando o sagrado, o presente do deus Tupã aos guaranis e que foi adquirido pelos sulistas. Porém, ao intitular-se como herdeiros dessa cultura, os separatistas atualizam velhos mitos, reinventando rituais e tradições, no intuito de atribuir à sua identidade uma conexão com o passado, evocando os mitos de origem enquanto comungam dessa bebida para que todos se tornem por ela, um, dando sentido de unidade ao movimento separatista.

O “Mateando com o Sul” é uma série de vídeos veiculados na página do movimento no Facebook, que se configuram como uma ação comunicacional do movimento separatista, destinado ao debate entre membros do movimento e seus seguidores. São realizados de acordo com as necessidades do movimento, em dias alternados e, por isso, não ocorrem com periodicidade. Possui duração média de uma hora e geralmente são presididos por Sandra Parma — liderança da cidade de Rio do Sul —, junto de convidados que são membros das comissões da cidade em que é transmitido. A veiculação ocorre por meio de *lives* diretamente pela página oficial do movimento no *Facebook*, mas as primeiras edições também transmitiram pelo *Youtube*.

Matear nem sempre corresponde ao ato de compartilhar o chimarrão entre os adeptos durante as conversas. O ritual comporta outras bebidas, como chopp e água, por exemplo. Tudo depende do clima e da cidade, pois cada qual com suas características comerciais, possibilita nesse espaço, consumir a bebida local como publicidade para a cidade, além de reforçar a propaganda ideológica do movimento, bem como utilizá-la como mote inicial das discussões. As reuniões podem sofrer alterações na formação da “roda”, tanto que há transmissões com dois participantes e outras com seis ou mais. Mas de forma geral, os separatistas vêem sua ação como algo próprio de sua cultura e, assim como em qualquer roda,

onde houver duas ou mais pessoas reunidas “haverá uma cuia de chimarrão que vai passar de mão em mão, onde a conversa rola solta, simbolizando a amizade e o mantimento das tradições gaúchas, passando a construir principalmente nos mais jovens a experiência das gerações que os precederam” (Anuário Brasileiro Da Erva-Mate, 2000). A quantidade de pessoas nessa roda presencial é móvel justamente por ser uma atualização do tradicional na era da tecnologia. Ela se inventa a partir dos *smartphones*, que abrem a roda para os milhares de adeptos que “chegam” para discutir os ideais separatistas. Em algumas edições, Parma inicia a transmissão dos vídeos um pouco antes do horário para que os adeptos entrem na página para assistir as *lives*. Enquanto isso, a líder separatista seleciona uma banda de tradição gaúcha para compor o som ambiente durante o período de espera e compartilhamento do *link* do evento nos grupos de *whatsapp*.

O ambiente reúne vários símbolos que remetem à identidade sulista que os separatistas têm se esforçado para construir, como também, bandeiras e cores do movimento. É nítido que não se preocupam em fazer uma transmissão nos moldes estéticos que as emissoras de televisão brasileira comporta, ainda menos a linguagem visual apresentada por *youtubers*. Muito precariamente gravam os vídeos com o que aparenta ser um *smartfone*, o que dificulta bastante a captação dos áudios e a transcrição das conversas. A iluminação dos ambientes também se torna um problema pela falta de produção, mostrando-se subexposta. Esse cenário caseiro não é desprezioso: confere ao propósito de chamar os adeptos para uma conversa que ocorreria nas salas e cozinhas dos separatistas, simbolizando que sua casa — o Sul — os recebe no conforto de seus lares como um irmão, uma amigo próximo, um compatriota.

Parma iniciou o “Mateando” em junho de 2018, concentrando 14 das 18 edições no mesmo ano e as outras 4 transmissões em 2019. Como critério de seleção dos vídeos adaptamos a semana composta de terça-feira a sábado, pois não houveram *lives* nos dias de domingo e segunda-feira. Verificamos que as transmissões ocorreram da seguinte forma: na terça e na quarta-feira foram realizadas três transmissões em cada dia; na quinta e na sexta-feira foram quatro em cada, e no sábado ocorreram três *lives*. Para tanto, houve um segundo critério que corresponde ao maior número de visualizações, mas como havia transmissões muito próximas, optamos em não utilizar vídeos que fossem sequenciais no mesmo mês, para que a amostra fosse a mais aleatória possível. Dessa forma, nosso corpus compreende os vídeos:

- Mateando Rio do Sul em 28 de maio de 2019 (terça-feira), 6,3 mil visualizações;
- Mateando Dúvidas em 23 de janeiro de 2019 (quarta-feira), 8,7 mil visualizações;

- Mateando Chapecó em 19 de julho de 2018 (quinta-feira), 5,9 mil visualizações;
- Mateando Curitiba em 06 de julho de 2018 (sexta-feira), 7,2 mil visualizações;
- Mateando Joinville em 21 de julho de 2018 (sábado), 6,0 mil visualizações;

FIGURA 2 - TABELA DE *LIVES* DO OSMP

<b>Ordem</b>	<b>Live título</b>	<b>Número de Visualização</b>	<b>Data</b>	<b>Dia Semana</b>
1	Mateando Pouso Redondo	296 – <i>Youtube</i>	13/06/2018	Quarta
2	Mateando Ituporanga	264 – <i>Youtube</i>	19/06/18	Terça
3	Mateando Petrolândia	203 – <i>Youtube</i>	26/06/18	Terça
4	Mateando Lages	461 – <i>Youtube</i> / 7mil – <i>Facebook</i>	27/06/18	Quarta
5	Mateando Rio dos Cedros	3,9 mil – <i>Facebook</i>	28/06/18	Quinta
6	<i>Mateando Curitiba</i>	7,2 mil – <i>Facebook</i>	06/07/18	Sexta
7	Mateando Pomerode	4,1 mil – <i>Facebook</i>	14/07/18	Sábado
8	<i>Mateando Chapecó</i>	5,9 mil – <i>Facebook</i>	19/07/18	Quinta
9	Mateando Xanxerê	3,5 mil – <i>Facebook</i>	20/07/18	Sexta
10	<i>Mateando Joinville</i>	6,0 mil – <i>Facebook</i>	21/07/18	Sábado
11	Mateando Criciúma	6,1 mil – <i>Facebook</i>	3/08/18	Sexta
12	Mateando Laguna	4,5 mil – <i>Facebook</i>	04/08/18	Sábado
13	Mateando Blumenau	6,4 mil – <i>Facebook</i>	10/08/18	Sexta
14	Mateando São Lourenço RS	2,9 mil – <i>Facebook</i>	19/09/18	Quarta
15	<i>Mateando Dúvidas</i>	8,7 mil – <i>Facebook</i>	23/01/19	Quarta
16	<i>Mateando Rio do Sul</i>	6,3 mil – <i>Facebook</i>	28/05/19	Terça
17	Mateando Lages	5,4mil – <i>Facebook</i>	15/08/19	Quinta
18	Mateando Resoluções 27º Congresso	1,4mil - <i>Facebook</i>	21/11/19	Quinta

Fonte: Autor (2019)

No livro homônimo do movimento separatista O Sul é Meu País, de Celso Deucher, é possível encontrar também os mitos recorrentes como nas *lives* e entrevistas, pois na obra apresenta o discurso separatista embasado na trajetória do movimento desde sua fundação em 1992 até seu lançamento em 2016. Descreve os marcos do grupo, seus princípios, as ações adotadas, assim como a realização de uma consulta popular no ano de 2016, além de citar as principais lideranças que conduziram OSMP até os dias atuais. O autor é catarinense, graduado em história, atuando como professor de história, geografia, filosofia e sociologia, atua também como jornalista, se reconhece como escritor e pesquisador. Além do livro sobre o movimento, assume a autoria de 23 obras literárias. Faz parte do GESUL, é um dos fundadores do movimento e continua a ser uma das principais referências como liderança, representando o movimento em entrevistas e palestras.

Para que pudéssemos realizar a análise mitocrítica, estivemos atentos aos mitos recorrentes destacados nas falas dos separatistas tanto nas *lives* do mateando, quanto nas entrevistas concedidas pelas lideranças do movimento e nos escritos do livro de Deucher. Dessa forma, é necessário ter em mente o método qualitativo proposto por Durand (1985) como processo de três momentos: identificar temas redundantes; examinar as situações

combinatórias de situações, personagens e cenários; detectar as possíveis lições do mito e as relações com outros mitos. Por haver um número limite de mitos, os contextos sócio-histórico-culturais apresentem "metáforas obsessivas", identificadas seguindo as prescrições deste método.

Levando em conta os riscos que compreendem a análise da realidade, nos encontramos em um paradoxo, como nos lembra Girardet (1987, p.23): “o mito só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente”. Neste caso, estamos parte envoltos desse universo mitológico criado pelos separatistas, porém de fato não experienciamos como um separatista, é pelo o olhar externo do pesquisador que nos debruçamos sobre o objeto. Nos são comuns as simbologias que impregnam o cotidiano e a convivência com a reprodução desses discursos por adeptos que nos são próximos. Dessa forma, espera-se que a familiaridade com o objeto nos permita termos um olhar menos duro e engessado, embora tenha-se convicção de que não será possível “transcender a oposição do racional e do imaginário”.

Utilizando as constelações mitológicas propostas por Girardet, identificamos nos temas recorrentes presentes no discurso separatista, a conspiração, a pureza das origens e a unidade que os levará à salvação. Na primeira constelação, os separatistas constroem sua ideologia atribuindo ao Brasil a imagem de corrupto, evidenciando que existe um bem e um mal, um “nós” e os “outros”. Buscam manipular as crises ao longo da história, além de denunciar um complô contra o Sul que estaria sob ameaça desse “Outro”. No segundo ocorre a construção da imagem do Sul, de sua identidade, sua ligação com o passado, é onde tentam criar uma linha cronológica da pureza do sulista. O terceiro é onde o separatismo ocorre como resposta aos momentos de crise, uma proposta de união aos cidadãos de bem que desejam prosperar por meio do trabalho e dos valores que o movimento emprega em sua campanha ideológica.

Mas como nos atenta Girardet (1985), os conjuntos mitológicos possuem limites difusos e por isso é possível encontrar mitos que, embora sejam pertencentes a questão da identidade constituída pela pureza das origens, pode também adentrar classificações diferentes, mesclando-se com o mito do complô ao definir-se o oposto do estereótipo do inimigo, entre outras. Desta forma, estamos cientes de que a efervescência mítica é, por natureza mais fluida e permite infinitas associações entre os mitos.

### 3.1 A crise enunciada

Os noticiários nacionais e internacionais a partir de 2016 notaram uma grande movimentação no cenário político brasileiro, o qual se tornou um período de crises propício a efervescência de vários conjuntos míticos. A região Sul destacava-se por apresentar um grupo que trazia em seu discurso o descontentamento para com o Estado, que vinha passando por vários casos de denúncia de corrupção. As consultas populares para contabilizar a popularidade do desejo de separação da região Sul tornou-se conhecida e seguiu manipulando o imaginário sulista com os ideais separatistas.

Vemos em *sites* de notícias como O *Bloomberg.com*, que o Sul estaria unido contra o Brasil pela causa separatista. A matéria: “*Catalan vote inspires Brazil’s southern separatist movement*” (IGLESSIAS, 2017) — Votação da Catalunha inspira o movimento separatista do sul do Brasil —, onde os “três estados mais ricos localizados ao sul do Brasil” estão “redobrando seus esforços” para se separarem do país que está em crise.

O *site Express.com* do Reino Unido noticiou: “*First Brexit, now BRAXIT? Brazil faces SPLIT as southern states want to form NEW country*” — Primeiro o Brexit, agora o BRAXIT? Brasil enfrenta a DIVISÃO como os estados do sul querem formar o NOVO país —; a matéria associa o movimento separatista brasileiro ao *Brexit* na manchete, mas pontua as influências catalãs para a realização de um plebiscito “falso” (por ser legalmente inválido) no sul do Brasil que ocorre em resposta à crise brasileira. Os separatistas sulistas, segundo o *site*, estariam se opondo à corrupção apontada como herança do Nordeste. De acordo com um dos entrevistados: “Se você ouvir o sotaque da legislatura política do Brasil, é um nordeste” (MILLAR, 2017, tradução nossa).

A *BBC*, utilizando a imagem do ex-Presidente Michel Temer logo abaixo de sua manchete “*Brazilians in the south asked to vote on secession*” — Brasileiros pediram para votar na secessão —, evidencia a corrupção como fator de descontentamento e a falta de retorno dos impostos como investimento nos estados do Sul, redirecionando recursos para a região Norte.

O *Brasil Wire* fala sobre o movimento separatista sulista em sua matéria intitulada “*The Balkanisation of Brazil?*” — A balcanização do Brasil? —, contextualiza o período instável que o Brasil tem enfrentado desde 2013 como “um período de instabilidade pós-golpe”. Para eles, os separatistas sulistas estariam considerando o *Brexit* como um “modelo de como o que antes era impensável pode ser possível”, pois a desejada autonomia do Sul, para os sulistas, estaria mais próxima, ao abrir caminhos para o livre mercado, pois como a *BMW*,



outras empresas poderiam se instalar na região; logo, um cenário atrativo para as empresas internacionais. De olho neste mercado, o líder do movimento separatista nordestino fala sobre o neocolonialismo interno pelo qual o Nordeste passa: independente, poderia negociar diretamente os produtos manufaturados e industrializados que lhes custa muito mais caro, considerando que são fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra abaixo dos valores praticados pelo mercado.

O site do *The Washington Post* também noticiou o plebiscito separatista sulista, utilizando uma imagem da presidente Dilma Rousseff rodeada por repórteres e a manchete “*A half-million Brazilians want to break away and form a new country*” — Meio milhão de brasileiros querem se separar e formar um novo país. A justificativa para a participação de 617 mil sulistas no evento organizado pelos separatistas é de que, em suma, se trata de uma resposta, rejeitando os políticos “tradicionais”. Ao relatar que o Brasil se recuperava do “controverso” *impeachment* de Dilma e as relações do Partido dos Trabalhadores com escândalos de corrupção, citam o entrevistado de um jornal local no Rio Grande do Sul “Nós, no sul, temos condições de nos sustentar e gerar riquezas. Hoje geramos uma montanha de riquezas em impostos e benefícios que são exportados e não há contrapartida” (HALF-MILLION..., 2016, tradução nossa). Assim como as outras mídias internacionais, defende a ideia de que a região Sul se queixa em função do Nordeste “Segundo dados do governo, em julho, o estado da Bahia, no nordeste do Brasil, com 15 milhões de habitantes, pagou menos da metade dos impostos federais do Rio Grande do Sul, no sul, com 11 milhões de habitantes” (HALF-MILLION..., 2016, tradução nossa).

A essas discrepâncias noticiadas entre o arrecadamento de impostos e os investimentos destinados pelo Estado, identifica-se como mito conspirador. O Sul, pela ótica desses veículos internacionais, seria uma região muito rica e explorada por um Estado que tem sido constantemente noticiado pelos escândalos de corrupção. Também identificamos o mito da união, pois nas manchetes não há menções de um estado ou outro, mas a união dos três estados sulistas para uma causa que tem como objetivo libertar-se das amarras que o Brasil teria imposto. Além dos aspectos econômicos e políticos, a matéria fala sobre as diferenças culturais, voltando-se a pureza das origens, lembrando que o Sul foi colonizado por imigrantes europeus e que ainda há cidades que falam a língua alemã; que todo ano é realizada uma versão da festa do chopp, a Oktoberfest catarinense em Blumenau; além de destacar que a “supermodelo” Gisele Bündchen é descendente de alemães e natural do Rio Grande do Sul. Para completar, a crise com a qual o Brasil vem enfrentando aponta Curitiba como base das investigações contra corrupção; logo, o Sul se diferencia do Brasil corrupto e

sua propaganda ideológica se confirma pelas mídias convencionais que sua causa seria justa.

A imprensa brasileira também deu atenção aos plebiscitos separatistas, informando os objetivos do movimento, coletando entrevistas e opiniões da população durante as duas votações. Em 2016 verificamos que a cobertura das mídias foi pouco menor que em 2017; porém, ambas expuseram situações de tensão entre o movimento, seu discurso e o público. Entre os veículos mais conhecidos, *O Sul é o Meu País* em 2016 teve sua causa noticiada pelo *Estadão* e a *Folha de S. Paulo*, além de *sites* de notícias como o *Sputnik*. Entre a constatação de que 95% da população que votou no primeiro plebiscito a favor da separação do Sul, alertavam essas mídias que a onda emancipacionista vinha crescendo. As causas indicam as crises de 2013 como forte motivação, que trouxeram à tona as antigas queixas contra o Estado quanto a arrecadação de impostos e a devolução de verbas para os municípios, alegando que não poderiam continuar “escravos de Brasília”.

Em 2017, além de se reportarem ao segundo plebiscito, as mídias levantaram questões práticas quanto à sobrevivência de um país formado pela região Sul. Comparando os anseios dos separatistas aos indícios apontados por especialistas, o Sul mesmo sendo considerado a segunda região mais rica do país — com 16,41% do PIB brasileiro em 2014 —, não teria qualquer chance de prosperar como novo país. A economia, comparada a de pequenos países europeus, seria fortemente abalada por ser uma economia interdependente da brasileira, separando a região, seria necessário pensar em “políticas comerciais para exportar e importar e produtos, dentro de uma rede de protecionismo, com uma série de barreiras tarifárias. Não é algo simples”, explica o economista Alexandre Porsse. Outra questão abordada pelo economista foi o orçamento para criação de uma nova máquina pública, para ele seria mais efetivo discutir os “fundos que estão por trás dos mecanismos de transferência de recursos e reforma tributária” (LUCIANO, 2017).

O tema separatismo, promovido principalmente pelo OSMP, tem maior visibilidade dos veículos de comunicação brasileiros durante o período plebiscitário, sendo noticiado de setembro ao final de outubro de 2017 por pelo menos dezoito sites de notícias locais e de alcance nacional. Entre chamadas que comparam o movimento sulista ao movimento catalão, alianças entre movimentos separatistas, motivações econômicas ou em oposição à corrupção brasileira.

### 3.2 Conspirando

Ao contar a sua versão da história, as lideranças do OSMP manipulam informações para fomentar o discurso separatista, construindo no imaginário sulista a imagem de que o Sul é explorado pelo Estado desde os tempos de Império. Quanto mais se aproximam do período de colonização do Brasil, maior é a constelação mitológica produzida pelo movimento.

Em uma publicação nas redes sociais, Deucher (2017) evidencia períodos de crise em que houveram disputas de poder político entre o Sul e o Estado, conduzindo os adeptos a crer que há uma disputa entre o bem e o mal. Segundo os separatistas, o mal continua vencedor, pois se consideram pertencentes a uma região explorada. Contam como primeira derrota, a morte de Sepé Tiaraju, um dos principais líderes da resistência indígena contra o Tratado de Madri. O guarani missioneiro foi morto em combate no dia sete de fevereiro de 1756, defendendo seu território contra os portugueses, por esse motivo, recebeu dos separatistas o título oficial de primeiro herói sulista.

Em 1835 “mais uma vez, pelo uso da força, os Sulistas foram vencidos nos campos de batalha e obrigados a assinar um Tratado espúrio de Paz com o Brasil, depondo as armas e voltando ao trabalho para sustentar os corruptos e corruptores do poder central” (DEUCHER, 2017). Um grande mal se instaura pela segunda vez aos olhos dos separatistas, o Estado foi responsabilizado por ‘negar aos sulistas’ o território que consideram como seu de direito. Nesse episódio lamentam o fim da República Rio Grandense, selado com o tratado o poncho verde, mas simplesmente ignoram o fato de haver uma população negra que foi morta para que o acordo se concretizasse. Ao ignorar em sua versão da história a contribuição de aproximadamente 1400 lanceiros negros — a quem deveriam ter concedido a prometida liberdade — durante a Guerra dos Farrapos, os separatistas demonstram que não identificam o negro como parte de seu povo. Pois da mesma guerra reconhecem como heroína a catarinense Anita Garibaldi — descendente de europeus e companheira de Giuseppe Garibaldi. A reintegração do Sul ao Brasil é vista como a segunda derrota dos separatistas, não pelo fato de continuarem a pagar mais impostos pela comercialização de charque, pelo poder político sobre o espaço geográfico, mas também seu poder cultural, pois a união indissolúvel do Estado tem por consequência uma identidade nacional, fortalecida pelos símbolos brasileiros que a constitui.

Deucher (2017), ao narrar mais um intento separatista — dessa vez, a Revolução Federalista (1883) — assume posicionamento liberal-escravagista para o movimento,

colocando-o em oposição aos republicanos, pois Castilio buscou apoio de Floriano Peixoto para dar um golpe militar e se manter no poder:

a Revolução Federalista englobando os três estados meridionais e mais uma vez, o Brasil promoveu um banho de sangue, vencendo-nos através do terror das degolas e do assassinato em massa de nossos líderes na Ilha de Inhatomirim em Desterro, capital catarinense. Aliás, para nos humilhar ainda mais, o nome desta capital Sulista foi tragicamente mudado para “Cidade de Floriano” (Florianópolis), nome do tirano brasileiro que nos atacou. Mais uma vez perdemos a guerra e mais uma vez, tivemos que na marra, continuar sendo brasileiros (DEUCHER, 2017).

A todo momento os separatistas afirmam que foram obrigados a continuar como brasileiros, continuando presos às correntes de um Brasil tirano. Ao Estado conferem o título de corrupto, explorador, assassino, fazendo-lhe uma imagem autoritária que impõe ao Sul tanto a arrecadação de impostos como a cultura e a identidade “homogênea” brasileira. Para os adeptos separatistas o Brasil se torna o mal a ser combatido, pois segundo seu imaginário, o Estado que tem vencido, ao longo dos anos, todas as investidas de liberdade que o Sul intentou. Além de utilizar todo arcabouço histórico como um plano de dominação do Estado, há evidentemente no discurso separatista contemporâneo, um episódio que revelaria o plano de corromper também a cultura e a identidade do sulista, que se reconhece herdeiro de imigrantes europeus, suscitando as mágoas que motivam os separatistas em sua causa:

O que o Brasil fez conosco na década de 1940 foi uma tentativa de exterminar nossa diversificadíssima cultura, proibindo-nos de falar os idiomas de nossos antepassados e impondo apenas a língua portuguesa, e na marra. Hoje poderíamos ser um do povo poliglota falando até seis idiomas fluentemente (incluindo o Português) para nos comunicar com o próprio Brasil e com o mundo. Este verdadeiro genocídio cultural exterminou não apenas as línguas aqui faladas, mas seus significados. Todos sabemos que a língua de um povo é a condutora de sua cultura. Isso nos foi arrancado a ferro e fogo pelo poder central. Mais uma vez fomos obrigados a continuar sendo brasileiros na marra. (DEUCHER, 2017).

A temática sobre a herança linguística dos antepassados europeus é recorrente também nas transmissões do Mateando com o Sul, surgindo nas discussões de pautas culturais e educacionais. No mito da conspiração o inimigo age sornateiramente, destituindo, roubando e corrompendo todos os valores, logo, a língua como expressão cultural é parte de um passado glorioso, da pureza das origens do ser sulista. O sulista não é apenas aquele que pertence ao espaço geográfico Sul, mas aquele que valoriza a língua de seus ancestrais europeus, que mantém ativa as práticas culturais como a dança, a música e a culinária. A

partir do momento em que foi proibido vivenciar tudo aquilo que acreditam ser parte de suas origens, os separatistas se sentem ‘calados’ e o Estado passa a ser aquele que articula apagar a história do sulista, despojando a população de toda sua riqueza regional. Em seu discurso não são roubados somente nas arrecadações tributárias, mas como plano de total corrupção de valores, o Brasil estaria a esvaziar toda a cultura sulista para impor seus produtos culturais às crianças sulistas, apagando o passado e comprometendo o futuro da nova nação que pretendem construir. Na edição “Mateando Dúvidas” o diálogo entre Parma e Glienke exemplifica as falas que se repetem nas demais edições:

P - É isso que eu quis dizer, a gente precisa ser respeitado de várias maneiras, uma delas, o jeito de ensinar as crianças é diferente aqui no Sul e eles querem colocar um único jeito de ensinar, impor, e nós precisamos mudar isso. Se nós temos uma cultura que valoriza os antepassados, a história, deixa valorizar, deixa mostrar, conta a história da região, isso é um orgulho para nós, ninguém gosta de esquecer o que passou, a gente gosta de relembrar e ter isso como exemplo para os nossos filhos.

G - E você acabou de falar da educação né Sandra, a educação é um aspecto, tem que ter um parâmetro nacional e devemos seguir, obviamente, concordo, até porque meu Deus do céu, imagina o que que vira, vira uma anarquia, vira uma bagunça. Mas temos que ter um parâmetro nacional, mas ao mesmo tempo nós temos que ter a valorização da região, valorização da cultura regional, da história. Por exemplo, acho que lá no Rio Grande do Sul na escola deveria ser obrigatório aula de dança gaúcha, eu acho que deveria ser obrigatório na maioria das regiões onde é bem forte isso, {S - pelo menos mostrar o orgulho que os nossos antepassados sentiam} embora a traição gauchesca está espalhada pelo Brasil todo. [...] temos aí a cultura germânica, Pomerode, que é minha terra natal acabou de ter a tradicional festa pomerana, alusiva aos 60 anos de Pomerode.

P - As famílias falam alemão né, {E - eles têm o Alemão} então, e lá na escola eles também aprendem o idioma alemão, só que isso deve ser expandido para outras cidades, não só a alemã.

G - A italiana por exemplo, em Rio dos Cedros, Indaial, essa região que é mais italiana, oferece a opção do idioma italiano para manter tradição cultural.

P - Sempre uma segunda língua, uma segunda língua nativa e o inglês que é o normal, porque ele é universal. Então seriam três idiomas, português, uma língua nativa e o inglês, que seria importante para todo mundo.

Comentário de adepto - Alemão e Italiano não são línguas nativas, foram introduzidas, mas vale a iniciativa com certeza.

P - A língua nativa que a gente fala, é porque nossos antepassados, eles nasceram aqui e os pais deles já falavam, então ela se tornou nativa depois e uma certa né, digamos assim...

G - Talvez a gente colocou o termo de forma, no contexto de forma... que a gente quis se referir a língua originária deles dos povos de onde vieram e foram introduzidas aqui. Corretamente!

Nesse aspecto, são fatores que o movimento vai continuar batendo nas teclas de valorizar a cultura do Sul, a questão econômica, macroeconômica da região sul, óbvio.

E aí eu faço um parêntese que no passado, no período de regime militar, muitas culturas foram proibidas de falar outros idiomas e de exaltar a sua cultura de origem, suas tradições e com isso se matou, se massacrou parte da riqueza cultural que os nossos antepassados tinham nas mais diferentes regiões do Brasil. E não tem como você criar uma cultura única num país enorme como é o Brasil, é impossível, é um país continental. [...]. Recentemente eu viajei algumas regiões do Brasil de moto curtindo umas férias e, a gente vê as diferenças, a gente vê a diferença cultural, sócio cultural, diferença econômica, é muito diferente. (PARMA, GLIENKE, 2019, 18”14’)

A interpretação da língua alemã e italiana como nativa é tão enraizada pelos separatistas, que mesmo o adepto mais consciente do termo acha válido a tentativa de naturalizar os idiomas como parte do currículo escolar, no intuito de preservar as tradições dos colonos europeus. Porém, não há iniciativa por parte dos separatistas em resgatar elementos da cultura indígena, parte de sua alegada origem. O primeiro herói eleito não deixou heranças, sua língua ou dos demais povos indígenas que já habitavam a região não é uma perda considerável ao que viria ser o sulista poliglota. De seus heróis indígenas se sentem pertencimento apenas por uma fala, que teria sido exclamada em batalha, registrada por homens europeus: “*Co Yvy Oguereco Yara*” — essa terra tem dono. As lideranças do OSMP esvaziam todo o sentido dessa possível fala, transmitindo a ideia de que o primeiro sulista, um indígena, é também um separatista.

Deucher (2017), destaca ainda que a situação política vivenciada pelos brasileiros com a presidência de Dilma Rousseff, sofre diretamente os reflexos do ano de 1986, pois “a República Brasileira já enclausurada no Planalto Central (Brasília), promove uma guerra civil não declarada entre as oligarquias regionais e jogam o País numa crise política e econômica que dura até os dias atuais”.

O OSMP, embora não seja um desses grupos minoritários ameaçados ou oprimidos, se reconhece e se comporta como tal. Logo seu discurso se encaixa na situação de instabilidade em relação à sociedade global — adotando barreiras que objetivam minimizar as influências culturais externas, procurando valorizar a cultural local. Para eles, o modelo brasileiro de programas sociais, por exemplo, é um meio de manter o sistema oligárquico em funcionamento. Os separatistas não reconhecem as necessidades da população de outros estados com menor produção de riquezas, além de ignorar que o sistema também é benéfico para a região Sul. Afirmam que o Norte e o Nordeste usufruem a maior parte desses programas e, por isso, são verdadeiros sanguessugas preguiçosos. Tudo indica que “a rede das solidariedades antigas se desfaz. As fidelidades transformam-se em desprezo [...]. O ‘nós’ torna-se ‘eles’ [...] ao invés de se reconhecer através das normas existentes na sociedade

global, o grupo em questão se redescobre e se define como diferente” (GIRARDET, 1987, p. 181).

É percebido na construção do discurso separatista que as lideranças se posicionam como aqueles que permitem aos sulistas serem libertos das ‘garras do monstruoso’ Estado, pois não seria o movimento quem diz aos sulistas o que fazer, se consideram um meio pelo qual os sulistas são conduzidos a uma nova pátria, supostamente mais honesta e próspera. No entanto, essa jornada de lunática nada tem. De acordo com Barthes (2009), os mitos, embora pareçam “simpáticos”, não são inocentes, evidenciando que há uma intencionalidade em associar um adversário político a formas animalescas, a monstros repulsivos, ou à própria personificação do diabo, pois isso distancia o rival da imagem da figura humana, torna o Outro um inimigo a ser vencido. Enquanto que o partidário da causa, por contraste, passa a ser representado como uma figura divina, um guerreiro ou um mártir capaz de unir a sua comunidade.

O OSMP se reveste por uma com uma ‘armadura política’, posicionando-o contra o Estado — afirmando-se apolítico em relação ao que consideram como uma política brasileira, uma política corrupta — requerendo, para si, o *status* de um movimento que possibilita aos habitantes sulistas expressar-se como ‘diferente’ daquilo que se reconhece como brasileiro, aquilo que é explorador por natureza. É sob essa armadura que os debates cívicos na esfera pública se tornam uma fantasia, uma oportunidade aos cidadãos desencantados em poder vivenciar simulacros de antigas batalhas, travadas por seus primeiros heróis, “repletas de conspirações demoníacas, de guerreiros sagrados conduzindo o povo à Terra Prometida e de profetas anunciando o retorno à Era de Ouro” (FONSECA, 2018, p.154).

A construção desse imaginário separatista possui um mentor que desde a fundação do movimento está presente e ativo. Deucher mostra-se especializado em assuntos pertinentes ao separatismo, trazendo em seu livro as principais referências da literatura acadêmica, além, claro, de saudosistas adeptos ao movimento e às tradições sulistas. Também é coordenador do grupo de estudos Sul livre — GESUL —, promove palestras, escreve crônicas e publicações para as redes sociais, concede entrevistas e participa das ações que promovem o movimento. Isso lhe permitiu viver esse universo mitológico de uma forma tão profunda, que o torna uma autoridade separatista. Dessa forma, encontra-se repetidas vezes em todos esses meios, os mitos que compõem as metáforas obsessivas do discurso separatista.

Para Deucher (2016, p. 178) o Estado brasileiro é mais do que corrupto, pois durante os últimos vinte anos, os políticos teriam “surrupiado” cerca de trilhões de reais, o que seria uma prática do “governo petista” que teria institucionalizado “de tal forma que a corrupção

que virou uma indústria”. Utilizando dados do IPEA, o separatista ironiza uma matéria da *Folha* em que a indústria da corrupção seria “uma das principais responsáveis pela crise econômica brasileira, pois gerou desemprego e conseqüentemente afetou a distribuição de renda no país. Portanto agora é oficial, para não termos crise é importante que essa indústria mantenha-se intacta e a todo vapor”. Há, segundo o autor e ideólogo separatista, outra indústria que merece destaque: a indústria da seca. Seria ela uma forma “drenar recursos do Sul e Sudeste para as mãos das oligarquias regionais? Aquela que pagava até pajé para não fazer dança da chuva no Nordeste, porque se houvesse estragava” (DEUCHER, 2016, p.180). O ideólogo acredita que as duas maiores indústrias do país seriam estatais e como sócios, lista os principais nomes dos políticos denunciados por corrupção no governo de Dilma Rousseff.

O sulista, como descreve Deucher, (2016, p. 178), não é compassivo dessa dinâmica econômica e para validar sua afirmação, apresenta dados — por institutos brasileiros não mencionados — que no Sul o “povo que tem mais aversão a corrupção”. Logo, o ideal de sulista justo necessita de um representante, o juiz que sediou em Curitiba o desmantelamento do que Deucher denomina como a indústria da corrupção, é Sérgio Moro, responsável por “inventar de querer quebrar a economia do Brasil”. Em seu discurso, o Brasil representado pela ‘corja petista’ teria conseguido efetivar seu plano de dominação, mas Moro, representante da justiça e da honestidade, sulista, teria descoberto todo o plano maléfico da organização, denunciando-a. Os adjetivos em seu discurso enfatizam os estereótipos atribuídos aos brasileiros e aos sulistas, evidencia a luta entre o nós e eles, entre o bem e o mau, portanto, revelar os planos inimigos é um ato heroico, que pode custar vidas. As ironias permitem compreender que além de corruptos organizados, a inteligência sulista é capaz de desvendar os planos do Estado, e aquele que tentasse impedir, teria o fim de sua vida:

Além de petulante, o tal juiz é considerado pela direção da ‘Indústria da Corrupção’, um desalmado, pois acabou colocando a economia no buraco e com isso milhões de brasileiros perderam o emprego. Não estranhem se daqui a pouco pedirem a prisão do Juiz para salvar a economia do Brasil. Pior, não estranhem se daqui a pouco o intrépido Moro simplesmente aparecer com alguma coisa “braba” e ir para o outro lado mais cedo. Afinal, é moda no Brasil “passar” qualquer um que se ponha no caminho do status quo vigente (DEUCHER, 2016, p.180).

Nos vídeos do “Mateando com o Sul” os casos de corrupção no Brasil são pautados pela liderança do movimento e pelos adeptos, nos comentários das transmissões. A edição de Joinville traz como uma das principais discussões os custos para manter o Estado e faz parte



desse discurso a ênfase na redução do espaço geográfico como estratégia de governabilidade. Repete-se por diversas vezes que seria mais eficiente administrar um país menor, como a região Sul, ao invés de ‘uma federação monstruosa’ que comporta toda a extensão brasileira. Em uma analogia feita por Deucher, Glienke (2018, 24”19’) afirma que “quanto maior o paiol de milho, maior a quantidade de ratos. O Brasil hoje é um grande paiol de milho, cheio de ratos; então, se diminuísimos o paiol, diminuísimos os ratos”. Para construir a imagem de um Brasil corrupto, portanto, vemos que os separatistas optaram por desumanizá-lo, conferindo a ele simbologias como a sujeira e a podridão, tornando-o um lugar monstruoso, repleto de ratos, raposas, parasitas, sangue-sugas- todo um bestiário mítico capaz de corromper, de apagar a memória e a história do Sul.

Para os separatistas a população brasileira não participa do cenário político, o que permitiria aos governantes o livre acesso aos cofres públicos, alimentados pelo trabalho dos sulistas e, por consequência, ao fazer de uma grande nação, não teriam controle sobre suas economias. Para se opor a esse sistema, constroem um imaginário de transparência, onde a administração do novo país seria mais participativa e descentralizada, dando maior controle aos sulistas, que sem burocracia poderiam exonerar o administrador de sua cidade, a qualquer sinal de desvios de conduta: “não adianta a gente trabalhar, pagar impostos, o dinheiro vai nas malas e afins, se a gente não tiver antenado e começar a participar um pouco dessa vida pública e política, como a gente vai conseguir depois controlar?” (ESPÍNDOLA, 2018, 23”49’). Notícias sobre o dinheiro público encontrado em malas de governantes são utilizados pelos separatistas com frequência para validar o discurso e que o Brasil é um país corrupto. A repetição dessas falas no decorrer das transmissões alerta para uma ameaça constante, que pode ser combatida apenas pela união dos sulistas.

Na edição do Mateando em Curitiba trazem a discussão de que o Governo seria responsável por causar uma grande onda de desemprego na cidade e na região. Os adeptos relatam que ao viver de ciclos, Curitiba teria passado pela extração de madeira — sua principal fonte de renda desde a vinda dos tropeiros, que são exaltados como visionários de uma grande metrópole — para iniciar junto das indústrias um período de modernização da cidade. Este projeto teria sido prejudicado pelo Estado por não investir na construção de rodovias, que auxiliariam a escoar a produção local, bem como a falta de incentivo às indústrias que por esse motivo, teriam abandonado a região.

o problema não é a arrecadação, o problema é que nós mandamos 80% disso para Brasília. A média das cidades em Santa Catarina fica em 20%, [...]

esses 80% faz muita falta, para que as empresas possam se instalar aqui na região e ter uma boa condição, né? Então o que que acontece? O governo vem leva as nossas riquezas, 80% vai embora, as empresas têm muitos impostos para pagar, não tem incentivo nenhum, porque o município poderia isentar alguma coisa se os impostos ficassem aqui (PARMA, 2018, 16”30).

Expondo suas expectativas de pequenos empresários, lamentam a falta de incentivo do Governo, para eles o corte de verbas é intencional, tudo faz parte do grande plano de dominação e exploração do Sul. O Estado, segundo Parma (2018,17”56’), seria cego, taxando e aumentando os impostos, “escraviza ainda mais o seu povo, tirando os empregos. Porque essa crise é provocada pelo próprio Governo, as empresas não têm culpa de ter que pagar tantos impostos, então a gente não tem que culpar o patrão, não tem que culpar o prefeito que não faz as coisas”. A separatista utiliza artifícios de mobilização social para engajar os adeptos, apresentando estatísticas, mase aricula na intenção de manipular o imaginário dos adeptos na credita que a população solução seria “participar mais e ver que o único culpado disso tudo é o Governo”, essa participação da população seria orientada peloque não daria aos sulistas o mínimo de condição de “ter uma vida melhor”.

No “Mateando Rio do Sul” Parma inicia a transmissão com um comentário feito por um adepto em que afirma “a única alternativa de sermos livres ou parcialmente livres destes políticos corruptos seria criar um país no Sul” (2018, 09”59’). A mediadora, ao dar sua opinião, demonstra que, no passado, acreditou no Brasil e que, ao enxergar que não havia mais jeito, que mudança de governantes não alteraria a realidade do sulista e que por isso teria deixado de lutar pelo país. Parma, assim como os demais brasileiros, teria sido uma patriota; porém, o Brasil, ao decepcionar-lhe com tantos casos de corrupção, teria causado seu afastamento. Desperta pelo movimento, tornaria-se uma separatista por renovar suas esperanças, já que o Poder Central estaria corrompido, independentemente de quais candidatos ou partidos fossem eleitos. Como exemplo cita a administração de Bolsonaro “que entrou para fazer uma reforma, limpar aquilo tudo, e não está conseguindo, ele está de mãos atadas [...] por mais que um governante tenha boas intenções, ele não consegue ajudar a nós aqui no Sul” (PARMA, 2018, 10”30’). Para a separatista, uma forma de melhorar esse sistema seria a reforma do pacto federativo, uma das bandeiras defendidas pelo movimento. Seu convidado, um advogado, ao ser questionando, argumenta que a corrupção é uma característica intrínseca do povo; que mesmo ao reclamar, seria tal qual seus representantes.

realmente é difícil hoje acreditar nos políticos, a classe política está muito desgastada. Tivemos uma renovação de praticamente quase 50%, mas as velhas raposas continuam lá. E a culpa não é delas, a culpa é nossa que

votamos nessas velhas raposas, então eu acredito que é mais problema cultural, do que um problema em si da política. Nós continuamos votando nessas pessoas porque o povo continua se vendendo por um sacolão, o povo continua se vendendo por um caminhão de brita. Então eu entendo que realmente há como agente mudar isso e esse mudar passa pela gente, para a gente conversar as pessoas que votam não se vende, voto se dá para depois se cobrar efetividade. E, infelizmente hoje isso no Brasil a gente não tem (CLÓVIS, 2018, 11”11’).

Logo ao iniciar o “Mateando com o Sul em Chapecó”, Parma comenta que foi uma viagem longa, que não imaginava ser tão distante e demorada a viagem entre a cidade e seu ponto de partida, a região do Alto Vale. Após apresentar o município e sua economia, o convidado, um professor, esclarece que a cidade sofre com o desdém do Estado, pois a distância geográfica do litoral catarinense até Chapecó não seria tão longínqua em linha reta. Visto como um de seus problemas, a BR 282 não teria sido duplicada e isso dificultaria o acesso ao litoral. A Ferrovia do Frango que ainda está em projeto também deixaria de atender às necessidades econômicas da região, causando atraso econômico e prejudicando a competitividade da região. Devido a falta de competência de deputados federais da região, “não tiveram a capacidade de se unir e lutar pela nossa região, ficaram brigando entre eles, cada um defendendo seu curral político, eleitoreiro e simplesmente perdemos com isso” (KORB, 2018, 4”35’)

A duplicação de rodovias é um tema que provoca alvoroço no imaginário separatista, logo torna-se uma velha pauta das rodas de chimarrão. No “Mateando em Joinville” as obras de em atraso alteraram os ânimos dos participantes. Ironizando a duplicação da rodovia 470 que conecta as cidades do Vale do Itajaí à BR101, Glienke manipula todos os dados e estatísticas para conferir à presidente, que já havia sofrido o impeachment, toda responsabilidade de mortes por acidentes ocorridas na rodovia. O Estado deixa de ser representado por sua inacessível localização, Brasília deixa de ser o inimigo para dar uma nova face: de uma mulher que assumiu o poder. E como parte de seu plano, estaria a ceifar vidas, corromper os valores sulistas e prejudicar o desenvolvimento das cidades que necessitariam da duplicação dessa rodovia para prosperar. A propaganda separatista demoniza Dilma personificando-a como o mal que os aflige. A figura da presidente que além de mulher, é representante do Partido dos Trabalhadores, esse por sua vez, mitificado como perigo socialista. Dilma é, neste momento, tudo o que o Estado representa desde o Império; mas para a campanha efetivar-se, é necessário evidenciar que ela não foi capaz, em sua gestão, que não conseguiu concluir a obra durante seu mandato e que isso a torna também, uma assassina.

Eu quero mandar os parabéns para a dona Dilma Rousseff. Hoje passei na BR470 e está linda a duplicação que você inaugurou em 2010. [...] Parabéns Dilma, obrigada Dilma! Vergonha gente! Oito anos e está lá empacado e vai demorar mais oito anos e não vou poder andar naquela rodovia. Uma das principais rodovias para transportar todo o nosso ciclo produtivo, o fluxo de veículos é quase maior que na BR101 e está ali, matando pessoas todo dia. E outra, vocês matam, vocês governos que não cumprem, não fazem essa duplicação, vocês são assassinos dessas pessoas que morrem nessa rodovia (GLIENKE, 2018, 26”35’).

Logo após criar grande distâncias entre o Sul e Brasília em meio a este cenário ameaçador, os separatistas se tornam próximos aos sulistas, evidenciando sua hospitalidade. Visualizam como característica de seu povo a disposição para promover momentos de comunhão entre os adeptos. Chamando para um “tradicional carreteiro” esperam reunir os sulistas que comungam das mesmas ideias, celebrando com alimento — o que já é proposto com o mate —, ser apenas um, em ideais, como grupo, como povo, como cultura que cultua as mesmas tradições, pois “quem conhece um pouco da comissão de Joinville sabe que a gente tem tradição de fazer alguns almoços, jantares, fizemos muitas vezes costela fogo de chão [...] se você aqui de Joinville quiser, vem aqui curtir com a gente e vem conversar também com a gente” (ZARNITZ, 29”40’).

Os mitos possuem margens difusas, dialetizando-se. Logo, o mito da união é uma das narrativas para responder ao mito da conspiração. O Sul, segundo os separatistas, deve manter-se unido para vencer o mal, que de todas as formas dificultará seu progresso, infiltrando seus agentes em todos os lugares, manipulando as escolhas dos sulistas quando na tentativa de realizar benfeitorias para sua comunidade.

O “Mateando Dúvidas” foi a primeira transmissão de 2019 e teve como objetivo esclarecer aos adeptos a continuidade do movimento, pois não se encerraria após a eleição de Jair Bolsonaro. O discurso, que até então era visto como “não nos reconhecemos brasileiros, somos sul-brasileiros”, muda um pouco: Glienke já se reconhece como brasileiro por ter obrigações civis para com o país. Também não flagramos palavras que retratassem o país de forma negativa: inclusive, mostram-se esperançosos. Outra diferença é a forma de pontuar os problemas de estrutura que o país sofre, mas ao invés de assumir uma posição de ataque em que o Estado articula-se para prejudicar o Sul, é visto como algo que será resolvido, porém não de forma salvadora, mas como obrigação, como um serviço prestado de forma eficiente que creditam a Bolsonaro como competência.

o pessoal agora está dizendo que o movimento parou, que acabou agora que

o Bolsonaro é presidente. Detalhe, o Bolsonaro é um presidente eleito pela grande maioria da população brasileira que vai dar sequência o comando do país, Ok? Até aí tudo bem, ele ganhou porque houve uma grande esperança do povo brasileiro por uma mudança que é o que se espera, é o que todos nós como cidadãos brasileiros ainda somos, mesmo dependendo do movimento Sul é o Meu País, mesmo defendendo uma ideia de separatismo, nós continuamos sendo brasileiros. E como brasileiros nós queremos melhor segurança para todos, melhor saúde e melhor educação, então esperamos isso, porque isso é uma obrigação do governo. Não é nenhuma regalia, nenhum favor que o governo faz quando ele garante a segurança na rua, quando ele garante a saúde, a educação sua e de sua família. [...] então dizer “o movimento vai apoiar o Bolsonaro?” Não, o movimento continua de forma independente e mais do que nunca nós vamos observar as ações do governo cobrar do governo mudanças para a região sul do Brasil (GLIENKE, 13”24’).

Esse posicionamento se dá em função de vislumbrar Bolsonaro como aliado, pois mesmo que afirmem não apoiá-lo, identifcam-se com ele e, por isso, o Estado deixa de representar a ameaça socialista encarnado por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores para atender aos interesses de um Sul empresariado, representado por uma parcela da população que se vê como proprietário de um negócio emergente, impedido pelo Estado de acumular riquezas:

Sidnei Teixeira está dizendo “chama o mito para ser presidente. (risos) Quem sabe, ninguém sabe o futuro, vai saber, ele está indo em uma linha que vai muito de encontro com o que nós sulistas pensamos. Que é o conservadorismo, o liberalismo econômico, e o conservadorismo aqui que a gente preza demais e vai que, vai que... a gente não sabe. Ele tem falado muito da agricultura que é algo muito forte no Brasil, que é a base nossa de todo dia que depende da agricultura, não desmerecendo a indústria comércio nem nada, mas sabe como que é. O agronegócio tem uma base muito grande e infelizmente, ao longo dos anos foi usado muito politicamente e isso precisa ser podado para que se tenha realmente uma agricultura de poder igual para igual, para o pequeno e médio agricultor. Isso é fundamental para o desenvolvimento do país e muita gente não entende a importância da agricultura. Posso dar um exemplo: o trabalhista na agricultura, o que mais atrapalha o agricultor é a questão trabalhista. Na agricultura às 5 horas da manhã tem que tirar leite da vaca, 10 horas da noite tem que tirar o leite da vaca. Ai vem lá a jornada de trabalho, o ministério do trabalho e diz “não pode”, tem que contratar dois funcionários, um para tirar leite de manhã e um pra tirar leite de noite. Existe umas ridicularidades legislativas no Brasil, que tornam extremamente caro o processo, a indústria torna tudo mais fácil, ela faz lá um turno de 6 horas, 8 horas, três turnos no dia. Agora lá na agricultura não funciona assim. (PARMA, GLIENKE, 2019, 37”17’).

O Estado mínimo é defendido pelos separatistas por ter em conta o sistema federativo brasileiro como altamente custoso. Evidenciam que é criada toda uma estrutura para pagar

altos salários aos cargos públicos e que estes “movem a máquina pública, empregando muitos assessores”. Os vereadores são comparados aos professores quanto ao custo para os municípios e, dessa forma, inserem no imaginário separatista a inutilidade de cargos como de um vereador. Ou, ainda pelo trabalho que ele exerce, deveria ganhar o mesmo tanto que um professor, que possui jornada de trabalho maior. Em momento algum cogitam a possibilidade de pagar ao professor o mesmo que um vereador, elevando seus salários, mas o contrário ocorre, “rebaixando” o vereador ao mesmo salário de um professor. Tanto, que esse pensamento é uma das indignações proferidas pelos separatistas quando o assunto se torna os “altos salários” dos professores universitários.

Um aliado do municipalismo, o estado mínimo é para os separatistas uma possibilidade de dar maior autonomia aos municípios, que decidiriam como investir esses recursos no local que é arrecadado os impostos. No discurso separatista, o modelo atual de governo seria falho, pois haveria uma sobrecarga do Estado aos municípios que, sem as verbas necessárias, não seriam capazes de manter as estruturas criadas em funcionamento. Como exemplo, no Mateando de Joinville, Glienke (2018, 8”11’) pontua cidades como centros de atendimento a outras menores, aumentando a demanda de serviços de saúde, por exemplo. O Estado construiria nas cidades os postos de atendimento, mas “a resposta financeira do Governo federal não vem a altura da demanda [...] construir é fácil, agora manter a estrutura é jogar a responsabilidade no município. Mas a verba não está no município, a verba está lá em Brasília”. Para o presidente do movimento, o repasse das verbas seria uma “mixaria”, pois “o restante fica lá em Brasília, some lá, meias, malas e outros lugares”. A “bandidagem”, o dinheiro que some “nas malas e afins” são recorrentes alusões a episódios de escândalos e corrupção ocorridos no período em que o governo do Partido dos Trabalhadores esteve em vigor.

Toda alegada “riqueza” produzida, ao não ser investida na cidade, ocasionaria também problemas sociais. Os números revelados pelos separatistas ultrapassam a casa dos milhões e as arrecadações federais confiscariam 80% do montante, o que impediria seu desenvolvimento, além de comprometer a infraestrutura, segurança e a saúde. Como problema de segurança pública, exemplificam as disputas entre facções criminosas em Joinville e em Florianópolis. Parma traz para a roda de chimarrão em Joinville o comentário do participante Leonardo Silva Fonseca (2018, 11”10’) que assistia a transmissão: “essas facções só existem por causa do governo brasileiro, eles criam o problema e apresentam a ‘solução’ deles”. A mediadora continua o discurso afirmando:

é bem isso que acontece mesmo, eles criam o problema. Ou seja, ao invés de investirem na educação, o que eles fazem? Eles investem ao contrário. A nossa educação é muito precária e forma pessoas muito mal preparadas, e então tem que investir em outro segmento que é a segurança, presídios, que ajudam em nada a população. Não colocar a educação em primeiro lugar vai fazer mais presídios, conseqüentemente a bandidagem vai aumentar (PARMA, 2018, 11”18’).

Justificam que o problema de segurança pública tem como foco a falta de educação para os habitantes, pois segundo os separatistas, 65% dos joinvilenses ativos teriam apenas o ensino médio. Estes seriam dados fornecidos pela prefeitura em seu portal de transparência, logo os índices conferem veracidade à fala dos membros aos adeptos que reagem apoiando com comentários. É importante para os separatistas evidenciar os dados quanto a educação, pois são parte do discurso em que existe um Outro, um inimigo que sorrateiramente articula seus movimentos para corromper a educação, desviar os valores morais e culturais sulistas.

A problemática não diz respeito apenas a poucas escolas, mas também à qualidade de ensino, pois, para os separatistas, a educação formaria “pessoas muito mal preparadas” para o mercado de trabalho. O currículo, visto como uma ameaça por discutir pensadores marxistas presentes nas universidades federais e estaduais de renome, como a UFSC, UDESC e SOCIESC seria o responsável por fazer doutrinação e incitar o socialismo. Mas também há queixas que compreendem fatores financeiros, pois afirmam que “Santa Catarina é muito discriminada nessa questão de distribuição de recursos” (ESPÍNDOLA, 2018, 13”19’). Por esse motivo, alegam que teriam perdido quinhentos bilhões em verbas que seriam destinados ao estado nos anos de 2018 e isso comprometeria o funcionamento de escolas de formação técnica, que seriam capazes de “salvar um jovem da periferia”. Nesse discurso, dispensam maiores “malabares” na educação, “basta o básico”, pois um curso de ferramenteiro ou técnico em mecânica já seria, segundo o imaginário separatista, o suficiente para preparar o trabalhador sulista. Também é discutido os valores a serem desprendidos para as reformas das escolas. Um dos membros dá sua opinião quanto aos “exageros de milhões” que acaba custando, quando pouco menos de cem mil “daria para reformar a escola e deixar bom para os nossos alunos” (ZARNITZ, 2018, 18”25’). A educação, como podemos observar, é para os separatistas uma ferramenta necessária para instruir “gente que faz”, são pessoas que culturalmente são estimuladas a produzir, a adquirir bens para tornarem-se sulistas. A educação como reflexão e crítica ao sistema capitalista torna-se uma ameaça a essa estrutura social que se baseia na mão de obra como valor, princípio e pertença.

O saneamento básico também é um dos pontos discutidos como parte do discurso

separatista, pois seriam discriminados até mesmo neste quesito, já que a média nacional seria, segundo Parma (2018, 20”35’) de 50%, enquanto que em Santa Catarina a média seria de 35%. Constatam mediante esses números apresentados que devem buscar recursos para melhorar os índices, bem como evidenciam fazer com os problemas de pavimentação. Este é mais um exemplo em que atribuem ao Sul a simbologia do trabalho como característica da identidade sulista. Em sua propaganda ideológica, buscam ainda promover a noção que, para obter condições mínimas de sobrevivência, devem priorizar a unidade, investir em sua própria capacidade de organização como comunidade e realizar os serviços que o Estado não realiza:

Evidenciam que algumas ruas que estão asfaltadas, não obras realizadas com recursos públicos, e sim, porque alguns moradores se reuniram como povo trabalhadores que são, e pagaram esse asfalto. E olha só, até mesmo nesse momento o poder público dificulta, porque tem uma meia dúzia de empresas que detém essa concessão e só eles podem fazer, e acaba pagando caro por um asfalto. Você paga todo esse tributo que vai para Brasília e não volta. Por isso que em Brasília quando você sobrevoa, vê que cada casa tem uma piscina, é só mansão, lá não falta saneamento. (ESPÍNDOLA, 2018, 20”57’).

Enquanto os separatistas criam uma imagem negativa do Brasil, tentam consolidar em seu discurso a imagem de um Sul hospitaleiro, de uma região que abraça gente de todos os lugares e etnias, que por isso não seriam racistas nem xenofóbicos. Como novo país, estariam de fronteiras abertas para o mundo, “para receber todo cidadão de bem, todo cidadão que quer trabalhar, que quer dar o melhor para a sua família sem ser explorado como somos hoje pelo poder central de Brasília [...] o Sul vai abraçar o mundo que quer vir aqui desenvolver com a gente” (GLIENKE, 2018, 3”53’).

O problema do preconceito para com outras regiões e culturas passa a ser reduzido ao conceito do “cidadão de bem”, aquele cidadão-modelo associado a condutas conservadoras. É importante considerar que a expressão tem relações com o jornal panfletário “Good Citizen” (1913 a 1933), produzido e distribuído pela organização americana de supremacia branca, a *Ku Klux Klan*. Mas o sentido empregado de cidadão de bem refere-se aqui, a luta entre o bem e o mal, a proposta de uma separação moral estabelecida, “em vez de ‘os bons cidadãos são aqueles que assim se comportam’, dir-se-ia ‘nós cidadãos de bem que somos aqueles que se comportam assim’” (FIGUEIRA, 2019, p.228). Logo, é evidente a distinção entre o “nós” e “eles”, reforçando pelos estereótipos do trabalhador e do malandro.

Estes elementos reconhecidos no mito do complô demonstram o cidadão de bem como aquele que tem como princípio e valor o trabalho que está imerso em uma jornada pela



libertação das correntes que o mantém preso ao Estado corrupto. No discurso dos separatistas, é necessário reafirmar a identidade do sulista como trabalhador, pois aquele que tem os mesmos valores, independentemente da localidade de onde se origina, pode se sentir abraçado, fazer parte da região e ser sulista. Já aquele que vivencia o carnaval por exemplo, não é o sulista por não ser trabalhador, então é necessário frisar no discurso separatista que o Outro, é da “malandragem”, do jeitinho brasileiro, pertence ao Brasil explorador e corrupto ou que “quer ser explorado”.

No imaginário separatista o trabalho é uma virtude que depende da boa vontade das pessoas, descartando assim, as problemáticas sociais, geográficas e históricas que o negro, o indígena e a população periférica enfrentam. Mas como pensar no outro que é marginalizado, que sofre discriminação social, que mesmo com o auxílio do sistema de cotas para ter acesso a especialização da mão de obra não compete igualmente no mercado de trabalho? Certamente não é em uma roda de chimarrão composta por brancos — liberais na economia e conservadores nos costumes —, que serão discutidos os porquês de um negro com qualificação não ser contratado, enquanto um branco também concorrer a mesma vaga de trabalho. São essas lideranças que durante as discussões do “Mateando”, em entrevistas e publicações nas redes sociais, articulam dados imprecisos para construir o discurso em que o Sul está cansado de trabalhar e pagar as contas de Brasília, que usufrui de seu dinheiro para pagar bolsas a quem não trabalha.

O racismo torna-se inexistente aos olhos dos separatistas, pois ao colocar como critério o trabalho como valor, teriam licença para conferir ao Outro, o caráter da diferença. O Brasil do carnaval é o caminho oposto ao Sul que não para. É nesse momento que os estereótipos desempenham sua função nas narrativas separatistas, compondo as mitologias do “herói” frente a um mal representado por um Estado que conspira contra seu desenvolvimento em detrimento dos valores corruptores e espoliadores. Ao generalizar todas as problemáticas sociais, desumanizando-as, torna-se mais fácil separar-se do Brasil e criar um Sul explorado e vítima do sistema, de um mal maior.

Para o mito da conspiração funcionar, é necessário que os elementos se repitam para que o estereótipo de país da malandragem e da corrupção se instaure e, dessa forma, a ideia de separatismo seja reconhecida como a única solução salvadora para os sulistas. Participar da vida pública é, no discurso separatista, o Sul se unir pelo movimento, é para eles a conspiração do bem, que busca desvendar os planos malévolos do Estado para vencê-lo. Assim, os separatistas vivenciam uma conspiração socialista, pois, para eles, o Estado teria como objetivo manter o sistema federativo atual para sugar e explorar o Sul, dividindo suas

riquezas — construídas com a força do trabalho — para repassar a outras regiões menos produtivas sob forma de bolsas e compra de votos.

Ou seja, no discurso separatista é construída uma imagem de Estado corrupto, porém o estado como algo que lhes é inacessível, o que corresponde aos altos cargos. Já os vereadores e prefeitos das cidades sulistas seriam tão vítimas quanto, pois além de serem sulistas em cargos políticos, também é um meio dos separatistas conseguirem apoio para sua causa, além de ser porta de entrada durante as campanhas eleitorais como estratégia de montar uma “bancada sulista”. Também se esforçam em destacar as diferenças entre o Brasil com uma política centralizadora e o Sul participativo em seu discurso, pois na atual conjuntura, os representantes municipais estariam intencionados em fazer algo por seu povo e por esse motivo se submeteriam a “ir a Brasília e ficar implorando migalhas”. Afirmam que o Sul como país seria diferente, pois com o municipalismo estariam “discutindo onde investir, quais são as prioridades para o cidadão” (GLIENKE, 2018, 9”27’).

Os governantes dos altos cargos estariam instalados em um local distante, reunindo-se secretamente para confabular contra a sobrevivência das famílias sulistas. Assim, o Sul como um novo país não seria apenas uma ideia, mas um desejo consolidado:

por isso que quando a gente fala em formar um novo país, criar um novo país, na verdade ele já existe, o Sul, o nosso Brasil, o Sul, ele está aí na nossa veia correndo, aqui pulsando. E eu falo para as pessoas com paixão mesmo, é porque na verdade, eu quero que essa gente que trabalha aqui possa se beneficiar de seu suor” (ESPÍNDOLA, 2018, 9”49’).

### 3.3 Ich bin... lo sono... eu sou?

Ser brasileiro, eis a questão! Para os separatistas sulistas, consta na versão de sua história que foram “obrigados” a serem brasileiros. Ao voltar-se aos tempos de glória em que seus heróis já estariam lutando pela autonomia da região, a memória separatista destaca “um sentimento nativista de amor à terra Sulista unindo nosso povo para lutar contra Portugal e Espanha, que disputavam este território” (DEUCHER, 2017). O discurso separatista não objetiva unicamente impor limites geográficos, a questão é sobre afirmar-se brasileiro, que seria na atual conjuntura, assumi-la como identidade. Aquela tela que na introdução deste estudo mostrava por analogia as diversas tonalidades daquilo que se conhece por povo brasileiro, nos dias atuais tem recebido novos vernizes, modificando identidades. Os separatistas sulistas mesmo que ajam de acordo com as normas sociais brasileiras, não se

identificam com o ideal nacional, inclusive imaginam-se em outra comunidade, oriunda da pretensa separação da federação brasileira. Por não compartilhar das simbologias que definem o Brasil como nação, é que não seriam capazes que “gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986, p. 106, apud HALL, 2006, p. 49).

“Co Yvy Oguereco Yara” — esta terra tem dono — é o grito de guerra atribuído a Sepé Tiaraju, um dos principais líderes da resistência indígena contra o Tratado de Madri, o guarani missioneiro que foi morto em combate no dia sete de fevereiro de 1756. Essa “terra” estava situada em uma fronteira disputada pelos impérios espanhol e português, onde hoje é o Rio Grande do Sul. Os guaranis que já estavam “adaptados” às reduções jesuíticas se rebelaram quando Portugal tomava o território que pelo Tratado deixava de ser espanhol, e por consequência, extinguiu a companhia de Jesus com suas missões. Burd (2012), ao retomar a trajetória de Sepé, destaca que “no grito pela guerra estava implícita a terra” (SANTOS, 2000, p.210) na intenção de manter o território, tal qual havia organizado os jesuítas. O OSMP, por sua vez, faz uso desse grito de guerra como um slogan da causa separatista, buscando na memória sulista os “feitos heroicos” de Sepé Tiaraju uma conexão: são assim como ele os separatistas ao afirmar “O Sul é o Meu País”.

A história de Sepé Tiaraju vai além das questões historiográficas: a literatura o traz como lenda, um santo, um mito, “para complicar a situação, não estudamos apenas um homem, estudamos um mito. Como separar um do outro? Onde termina o homem e começa o mito e vice-versa? Como diferenciar o mito da história?” (BURN, 2012, p.8). Para os separatistas, a imagem de Sepé Tiarajú representa os sulistas em sua essência, como parte de seu mito fundador. O jovem guarani, ao lutar pela terra, se fez verbo, deixando seu grito o legado a todos os sulistas que como ele, hoje consideram defender sua região dos corruptos, dos sanguessugas, dos “ratos” que governam a “América Portuguesa”.

Dessa forma, demonstram forte apego às questões culturais advindas dos imigrantes europeus que formaram colônias no Sul, fortalecendo a ideia de que não são brasileiros, mas também não são alemães, italianos ou japoneses, mas sul-brasileiros. Hall elucida a perspectiva identitária dos separatistas sulistas, que ao mesmo tempo em que não possuem um sentimento de identidade e lealdade para com os simbolismos que representam a brasilidade, sabem eles que são sulistas por não se sentirem brasileiros.

No *Facebook*, em uma transmissão ao vivo, estão seis participantes sentados lado a lado, formando um semicírculo. Um membro da liderança de Joinville é quem apresenta seus “compatriotas” junto da presidência municipal, o presidente nacional do movimento e a liderança de Rio do Sul. Os integrantes no esforço de evidenciar a identidade sulista em sua

campanha separatista, vestem a camisa do movimento, camisas de cor azul ou deixam aparente a bandeira dobrada sobre as pernas. Sob suas cabeças uma faixa com a logo do movimento e “O Sul é o Meu País” em letras garrafais. A apresentação dos participantes ocorre de forma descontraída e sofre interferência de uma “brincadeira” com a presidente da liderança municipal, deixando claro que se opõem ao Brasil governado pelo Partido dos Trabalhadores, pois perguntam a ela se devem tratá-la como “presidenta” (2018, 0’53’); rindo responde “presidente”. Todos continuam a rir e justificam a ausência do mate por culpa do atraso de outros membros que estariam dançando balé no festival de dança, evento que faz a cidade ser reconhecida nacionalmente, dado prestígio de ser a única cidade filiada da companhia russa de balé. A figura da mulher como liderança do movimento não se reconhece como igual quando associada a imagem que construíram da presidente do Dilma Rousseff. Ao definir-se presidente municipal do gênero feminino, seria ela diferente por não ter os mesmos ideais, por acreditar pertencer a outra comunidade, ela é diferente da presidente brasileira por não identificar-se com a cultura brasileira e tudo o que ela representa. A negação é uma forma explícita de demonstrar que sua identidade é parte de um jogo interesses que tem como objetivo, afirmar-se um sujeito “sulbrasileiro”. Ela é, no imaginário separatista como uma Anita: uma mulher imbuída nos valores conservadores e liberais que compõem a ideologia separatista. Logo, como a heroína sulista, seria ela uma atualização da figura heroica que Anita representa para o movimento na luta pela independência de seu povo contra as correntes brasileiras.

Para Deucher (2014), o separatismo é algo pessoal, é um sentimento interno que se reflete em milhões de outras pessoas que, como ele, não sentem-se brasileiros e que inclusive pediriam desculpas ao responder sobre sua nacionalidade. Esse sentimento de vergonha relatado na entrevista é uma opinião pessoal de Deucher oficialmente desvinculada do movimento, mas que se reflete diretamente aos adeptos separatistas, aqueles milhões de sulistas que se sentem como ele. Esse sentimento mascara muitos preconceitos que são negados pelos separatistas. Ao negar-se como brasileiro, Deucher (2014) justifica: “Cara, eu não sou daquele país lá da bunda grande, da mulata puta, do não sei o quê [...] essa imagem que o Brasil faz questão de passar. [...] esse país erótico em que as meninas com doze anos colocam os peitinhos para fora e chamam os gringos pra virem comer elas”. Para o líder separatista, o Brasil vende uma imagem sexualizada e o Sul seria contra, embora “admita” que no Sul também ocorra a exploração sexual, porém, culpabiliza as mídias que seriam responsáveis por veicular produtos que sofrem influências de personalidades Globais como “uma sulista, uma Xuxa da vida”. Quando questionado sobre esse aspecto refletir a cultura

sulista, Deucher negou: “Não, não é. Aqui, o pai olha para a filha e diz: ‘Filha, tu vai te formar’. (...) Não que os outros povos sejam: ‘Ah, os outros são vadio (sic) e nós somos trabalhador (sic)’, não é essa a questão. (...) Nós reconhecemos, o sul reconhece, que tu só pode prosperar via trabalho”. O separatista finaliza sua defesa sugerindo que as outras regiões brasileiras ficam deitadas “coçando as partes”, esperando receber dos programas sociais as “Bolsa Família, uma Bolsa-não-sei-o-quê, esse paternalismo estatal”.

Há também entrevistas com membros que expõem seus valores morais e culturais junto aos argumentos políticos, econômicos e administrativos. Canofre (2014) relata que durante o XXII Congresso Nacional — ocorrido durante a semana de comemorações Farroupilha —, os sulistas reafirmaram as razões que possuem para se separar do Brasil, recaindo sobre a corrupção e à política nacional com frequência. Enfatizaram o posicionamento do movimento como acolhedor, por aceitar pessoas de todos os credos, raças e tendências políticas; porém, é necessário “que o indivíduo esteja imbuído do desejo separatista”. Além disso, notou nas falas dos líderes e palestrantes que “tudo que está errado ‘é traduzido em repulsa ao Bolsa Família, às cotas raciais, ao processo do Mensalão’”. A repulsa contra o programa social do Governo é justificada pelo consenso dos separatistas de que não é uma resolução para o problema do desemprego, pois o “favelamento do Sul” seria, uma consequência da falta e investimento federal — retomando o alegado problema da arrecadação tributária e a “injusta” representação parlamentar que fomentaria as “oligarquias que tomam conta do estado nacional”.

No “Mateando com o Sul em Joinville”, Parma — liderança de Rio do Sul — é convocada para falar sobre a cidade, pois tem trazido em outras edições do “Mateando” dados e curiosidades culturais sobre as cidades e por isso, é considerada uma pesquisadora pelos membros do movimento. O clima de brincadeiras continua e fazem trocadilhos com o nome da cidade e o clima chuvoso, mas lembram que Joinville é conhecida por ser a “cidade das flores” e a “capital da dança”. A mediadora inicia sua narrativa resgatando no passado joinvilense uma origem muito antiga para contar sua história. Os primeiros habitantes teriam surgido como uma sociedade primitiva, comprovado pelos estudos desenvolvidos em sítios arqueológicos locais, teriam identificado nos sambaquis que havia vida na região desde 4800AC. Após alguns dados sobre cultura de subsistência desses habitantes, Parma (2018, 2<sup>o</sup>48’) complementa: “os índios Tupis-guaranis ainda habitavam as capitânicas quando chegaram os primeiros imigrantes europeus. Então a história se iniciou muito lá atrás”. Fica evidente a tentativa de costurar uma linha cronológica própria do Sul conectando os povos primitivos, os tupis-guaranis e os europeus. Esses nativos teriam deixado um legado nos

sambaquis, os quais mantiveram-se intactos no período em que os tupis-guaranis habitaram a região. Os indígenas tornam-se um elo entre o passado antigo e a modernidade trazida pelos europeus que, ao mesclarem-se, reuniram todas as características que supostamente forjaram a identidade do sulista. Mantidos pelos símbolos que remetam a civilidade, os valores relacionados a terra, à história, às tradições e ao trabalho, cabe aos separatistas proteger essa essência pura do sulista.

Requisitada a dar seu relato de vida para validar toda a discussão, a presidente municipal se abstém por não ser uma joinvilense, revelando que veio de Curitiba e não teria vivência o suficiente para colaborar. Este é o mote para evidenciar que Joinville é uma cidade que “abraça”, pois, os demais membros são originários de outras cidades e afirmam que não se sentem deslocados:

todo mundo que chega aqui se sente joinvilense, eu por exemplo, nasci em Imaruí, uma cidadezinha ao sul do estado de Santa Catarina. Vim para cá com nove anos de idade e eu me sinto joinvilense, então eu me auto declarei joinvilense e quando alguém me pergunta de onde eu sou, eu não tenho dúvida: eu sou de Joinville. (ESPÍNDOLA, 2018, 3”25’)

Aqueles que são abraçados nas cidades sulistas são os que migraram em busca de trabalho e muitas vezes estão longe do lar, da família, dos amigos e de sua cultura. Por ser o Sul uma região que evidencia o trabalho como principal característica de seu povo, Joinville, a maior cidade em extensão, teria grande importância nacional diante de sua capacidade de sediar grandes indústrias e por isso, alegam uma suposta força industrial. O espaço geográfico seria outro atrativo, a maior cidade do estado comportaria pessoas de diversas regiões brasileiras, majoritariamente de outras cidades sulistas que migram pela oferta de trabalho dessas grandes indústrias — o sulista trabalhador migra dentro da própria região para ocupar os grandes centros empregatícios. Os separatistas ao buscarem evidências para fomentar seu discurso, destacam-se como polo industrial de metal-mecânica e plástico, bem como a maior produtora de ferramentaria e agroindustrial. A “grandeza” da cidade é comparada à Islândia — percebida pelos separatistas durante o período da Copa Mundial —, de menor extensão territorial. Logo constata-se que “o Sul é grande e é rico” e que assim, teria potencial para ser mais desenvolvido do que países como a Islândia.

### **Considerações Finais**

O movimento O Sul é o Meu País representa um grupo de pessoas que desde os anos 1990

tem explicitado uma ideologia separatista embasada em expectativas de uma elite sulista conservadora. Diferente da população brasileira que também tem reivindicado seus direitos se opondo à corrupção e às crises financeiras, os separatistas consideram-se um terceiro grupo, que não pertence aos movimentos de oposição brasileiros. Durante o período de instabilidade do governo de Dilma Rousseff, os separatistas encontram o cenário ideal para retomar o seu discurso, utilizando as redes sociais como meio de manipular dados para reforçar o estereótipo do Brasil corrupto e explorador, atribuindo-lhe todos os adjetivos possíveis para enfatizá-lo como o mal a ser vencido.

No intuito de solidificar a ideia de um inimigo que conspira contra o desenvolvimento do Sul, posicionam-se como defensores de uma região que tem o trabalho como característica intrínseca de seus habitantes. Seriam trabalhadores por natureza, devido a herança protestante adquirida pelos imigrantes alemães que construíram as colônias sulistas arraigadas nos valores e princípios do luteranismo. Essa herança estaria sob ameaça, pois em sua versão da história, o Estado teria assassinado seus líderes, apagado sua história, impondo um sistema educacional falho, impedido a população de falar suas línguas “maternas”, impondo a cultura do carnaval e do futebol, consumindo seus recursos e utilizando as mídias para forçar os sulistas a continuarem sendo brasileiros. Esse cenário compõe o mito da conspiração, pois todas essas ações seriam parte de um plano de dominação do Governo para corromper a identidade sulista e continuar a explorá-los. Por esse motivo, encontra-se como metáfora obsessiva no discurso separatista a ideia de que seriam diferentes dos demais brasileiros, que assim como o Governo da “malandragem”, os outros estados também exploram o Sul ao “viverem de festas e programas de assistência social”.

Faz parte de sua propaganda ideológica construir a imagem de um Sul com clima, cultura e raízes diferentes do restante do Brasil. Evocam para o seu imaginário social antigos heróis que desde o Império tem lutado contra as correntes que aprisionam a região ao “monstruoso” Brasil. O adjetivo é dúbio, reflete tanto o tamanho do país, como a imagem que se esforçam para construir e assim desumanizá-lo. Para os separatistas, o Sul além ter potencial para se tornar autônomo, poderia ser um país menor como a Islândia, assim, teria suas riquezas melhor administradas sem uma grande e custosa estrutura administrativa, aumentando o poder de tomada de decisão dos municípios, como também o que educar e o que priorizar como leis. Além de poder político, administrativo e econômico, deteriam o poder cultural. Então, através da manipulação do mito da união, os emancipacionistas buscam se mobilizar contra o inimigo, defendendo sua terra, suas riquezas, sua história e sua cultura ameaçada pelos “sanguessugas”, pelos “corruptores” que inserem novos vícios e modificam

a educação e os valores sulistas. Nesse discurso, o Sul não se sente brasileiro por não admitir as culturas de outras regiões. No esforço de manter as raízes e as tradições, o movimento tem reinventando tradições que não são tão antigas – algumas delas, inclusive, recém inventadas. Dessa forma, não sofreriam as influências das culturas de outros estados que são vistas como formas de homogeneizar o país. A união dos sulistas garantiria a preservação de sua cultura e tradição, sem o risco de ter como influência o funk, o samba e tantas outras expressões culturais, que advém da cultura africana. As mulheres brasileiras também seriam responsáveis por contaminar o Sul com a imagem de um país marcado pelo turismo sexual e pelo carnaval, práticas avessas à identidade sulista.

Além de resgatar na história seus heróis, recordam de homens e mulheres, índios e brancos que teriam contribuído para a causa separatista. A participação do negro não é mencionada, porém, não se observam como racistas nem xenofóbicos, pois estão de braços abertos para receber todo cidadão de bem que queira fazer do Sul, sua casa, desde que tenha vontade de trabalhar. Nota-se que tudo aquilo que em segundo plano se identifica com a cultura africana é dispensada. Ao não assimilar o negro como parte da identidade sulista, não aceitar os produtos culturais que são consumidos pela população em massa, não estão lutando contra homogeneização do Sul, mas sendo intolerantes com a cultura negra presente majoritariamente em outros estados brasileiros.

É também visível a luta dos separatistas contra um inimigo que lhes é invisível: a globalização. Ao mesmo tempo em que se utilizam dos meios globais para comunicar e difundir sua ideologia, estão suscetíveis a receber influências não apenas da cultura nordestina ou do sudeste, por exemplo, sua cultura sofre ameaça pela instabilidade dos sujeitos fragmentados, das várias identidades que são por eles assimiladas de acordo com seus interesses. Os aspectos culturais do Sul não estão a salvo do muro que os separatistas levantam em suas fronteiras, ao forjar uma identidade sulista, os ideólogos defendem que a região deseja se separar no intuito de impedir que essas culturas se tornem híbridas e, dessa forma, mantenham a hegemonia cultural, pois julgam-se como predominantemente herdeiros das culturas europeias. Todo esse arcabouço é construído para legitimar sua causa e mobilizar seus seguidores.

## **Referências bibliográficas**



- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- ANDRADE, Manuel Correia de. **As raízes do separatismo no Brasil**. Bauru: Edusc, 1999.
- ARAÚJO, A. F. Da mitocrítica à mitanálise: um contributo metodológico em educação. In: ARAÚJO, A. F.; GOMES, E. S. L.; ALMEIDA, R. d. **O mito Revivido**: a mitanálise como método de investigação do imaginário. São Paulo, Képos, 2014. p. 17-53.
- Anuário brasileiro da erva-mate (2000). Gazeta Grupo de Comunicações. Santa Cruz do Sul.
- BACZKO, Bronislaw. **A Imaginação Social**. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, n. 5, 1985. p. 296-332.
- BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino, 4a ed. Pedro de Souza e Rejane Janowitz. - 4a ed. - Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- BHABHA, H. (1990). **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG
- BEZERRA, LIMA, Ada Kesea Guedes, Elizabeth Christina de Andrade. **A Produção de Mitos na Política**: A Imagem Pública de Lula no Cenário Midiático. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf>. Acessado em 22 de Dez. 2019.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Giaufanco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru: EDUSC, 2004
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CASSIRER, Ernst. (1994). **Ensaio sobre o Homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. a era da informação, sociedade e cultura, 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v.2.
- COELHO, Teixeira. **Um 'simulacro' enraizado no país**. O estado de São Paulo, São Paulo, 3 out 1992. Caderno de Cultura, p.2.
- DEUCHER, Celso. Breve história do sentimento emancipacionista do povo sulista. **Sul Livre**. 2017b. Disponível em: <https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/>. Acesso em: set. 2019
- DEUCHER, Celso. Celso Deucher, do 'O Sul é o Meu País'. **Diarinho**, Itajaí, 21 out. 2017a. Caderno Entrevistão. Disponível em: <https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/celso-deucher-do-o-sul-e/>. Acesso em: set. 2019.
- DEUCHER, Celso. **O Sul é o Meu País**. 2. ed. Brusque: Gesul, 2016.
- DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (orgs). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, p. 280-315. 2005

DURAND, Gilbert. Sobre a exploração do imaginário, seu vocabulário, métodos e aplicações transdisciplinares: mito, mitanálise e mito crítica. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo: v. 11, n. 1-2, p. 244-256, 1985.

EATON, K.: “Recentralization and the Left Turn in Latin America”. **Comparative Political Studies**, Vol. 47(8), 2014, pp. 1130-1157.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

\_\_\_\_\_. **História das crenças e das ideias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESTATUTO O Sul é o Meu País. *Sul Livre*, 2018a. Disponível em: [https://www.sullivre.org/wp-content/uploads/2016/08/20180123a\\_MSMP\\_Estatuto.pdf](https://www.sullivre.org/wp-content/uploads/2016/08/20180123a_MSMP_Estatuto.pdf). Acesso em set. 2019.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Editora Univali, 2000.

FALLETI, T.: **Decentralization and Subnational Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press 2010.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

FERREIRA-SANTOS, Marcos; ALMEIDA, Rogério de. **Aproximações ao imaginário: bússola de investigação poética**. São Paulo: Képos, 2012.

FONSECA, André Azevedo da. A imagem nas mitologias políticas: heróis sagrados e vilões demoníacos na disputa pelo seu coração. In: MUNDO, imagem, mundo. Belo Horizonte: Malagueta Produções, 2018, p. 153-162.

FONSECA, André Azevedo da. **A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONSECA, André Azevedo da. A imagem nas mitologias políticas: heróis sagrados e vilões demoníacos na disputa pelo seu coração. **Mundo, imagem, mundo**. Belo Horizonte: Malagueta Produções, 2018.

FONSECA, André Azevedo da. A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade. **Contracampo**, Niterói, v. 1, n. 16, p.167-182, jan. 2007. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17453>. Acesso em: 07 fev. 2020.

GELLNER, E. **Nações e Nacionalismos**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIBERNAU, M.: “Nationalism without States” in **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**, chapter 30, edited by J. Breuilly. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 43, p.26-44, nov. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: dez. 2019.
- JUNG, C. **Arquétipos e inconsciente coletivo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- Leerssen, J.: **National Thought in Europe: A Cultural History**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006.
- LÉVI-STRAUS, Claude (1975). **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimento metodológico na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: set. 2019.
- MELO, Itamar. Dados do IBGE colocam municípios do Estado como campeões em credos: Porto alegre é a capital com população mais judaica do país. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 30 jun. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/06/dados-do-ibge-colocam-municipios-do-estado-como-campeoes-em-credos-3806966.html>. Acesso em: 13 ago. 2019
- MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito do mito político. *Dados*, Rio de Janeiro, v.41. n.3, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Mitra, S.: “The Rational Politics of Cultural Nationalism: Subnational Movements of South Asia in Comparative Perspective”. **British Journal of Political Science**, 1995, vol.25(1), pp.57-77.
- MOLON, Newton Duarte. **Colapso da União: o separatismo no Brasil**. São Paulo: Pensieri, 1994.
- MORAES, H. J. P. **Sob a perspectiva do imaginário: os mitos como categoria dos estudos da cultura e da mídia**. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (orgs.) *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2016.
- MOREIRA, Alice T. C.; MOREIRA, Maria E.; PÓVOAS, Mauro N. **Partenon Literário**. Dados eletrônicos. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2018.
- MOSER, Sandro. Após 20 anos, Movimento O Sul é o Meu País volta a se organizar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 fev. 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/apos-20-anos-movimento-o-sul-e-o-meu-pais-volta-a-se-organizar-7jzxgixm9hzh5d9g0y897cc3y/>. Acesso em: set. 2019.

MOVIMENTO O Sul é o Meu País: estatuto. **Sul Livre**. 2018. Disponível em: [https://www.sullivre.org/wp-content/uploads/2016/08/20180123a\\_MSMP\\_Estatuto.pdf](https://www.sullivre.org/wp-content/uploads/2016/08/20180123a_MSMP_Estatuto.pdf). Acesso em: set. 2019.

NOTA oficial: resultados finais e avaliação do Plebisul 2017. **Sul Livre**. 2017. Disponível em: <https://www.sullivre.org/nota-oficial-resultados-finais-e-avaliacao-do-plebisul-2017/>. Acesso em: set. 2019.

OLIVEIRA, Sérgio Alves. **A independência do Sul**. Martins Livreiro Editor, Porto Alegre, 1986

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Os 120 anos da guerra civil de 1983. **Revista Historiae**, Rio Grande, v.4, n.2, p. 137-147, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: a Vozes, 2006.

OLST, Alexine van. “**Here in the south, we do not like carnival**”: subnational identity as a political strategy in Southern Brazil. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino Americanos) - CEDLA, Amsterdã, 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade nacional**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PHILLIPS, Dom. A half-million brazilians want to break away and form a new country. **The Washington Post**, Washington, D.C., 05 out. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/10/05/half-a-million-brazilians-want-to-break-away-and-form-a-new-country/>. Acesso em: ago. 2019.

RADCLIFFE, S., S. WESTWOOD: **Remaking the Nation: Place, Identity and Politics in Latin America**. London: Routledge, 1996.

RAU, Wolfgang Ludwig. **Anita Garibaldi: o perfil de uma heroína brasileira**. Florianópolis: Edeme, 1975.

ROUSSEAU, J.J. Do contrato social: ou princípios do direito político. In: *Rousseau*. v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>. Acesso em: fev. 2020.

SOBRE o movimento. **Sul Livre**. 2018. Disponível em: <https://www.sullivre.org/sobre-o-movimento/>. Acesso em: set. 2019.

STURM, Ingrid Nancy. **Discriminação e preconceito no discurso separatista: alguns aspectos das relações enunciativo-discursivas**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Campinas, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268884>. Acesso em: jul. 2018.

SUL LIVRE. Mateando com o Sul - 2019. 1:06:51. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/videos/2459400317405760/>. Acesso em: jan. 2020.

SUL LIVRE. Mateando com o Sul Dúvidas 2019. 1:18:52. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/videos/280663889499926/>. Acesso em: jan. 2020.

SUL LIVRE. Mateando com o Sul em Chapecó 2018. 49:45. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/videos/1843902602364500/>. Acesso em: jan. 2020.

SUL LIVRE. Mateando com o Sul em Curitiba 2018. 55:07. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/videos/1823535437734550/>. Acesso em: jan. 2020.

SUL LIVRE. Mateando com o Sul em Joinville 2018. 50:33. Disponível em: <https://www.facebook.com/sullivre.oficial/videos/1847346402020120/>. Acesso em: jan. 2020.

TJ-RS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ED 591011523 RS. Relator: Ruy Rosado de Aguiar Júnior. DJ:14/03/1991. **JusBrasil**. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5336279/embargos-de-declaracao-ed-591011523-rs-tjrs>. Acesso em 08 de nov.2019.

TODOROV, Tzevetan. Amar. *In*: TODOROV, Tzevetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 123-182.

VOCÊ quer que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formem um país independente? **Sul Livre**. 2019. Disponível em: <https://www.sullivre.org/voce-quer-que-parana-santa-catarina-e-rio-grande-do-sul-formem-um-pais-independente//>. Acesso em: set. 2019.